



# Anais da Assembléia

Nº 136

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 102.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 1988.  
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Nelson Vasconcellos. Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Raul Lopes e Tadeu Lúcio Machado (43). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Ferrari Júnior, Alexandre Ceranto, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Rafael Greca, Sabino Campos, Valderi Mendes Villela e Werner Wanderer (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO ORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Mensagens:

MENSAGEM Nº 130/88

Curitiba, 09 de dezembro de 1988.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais,

o incluso anteprojeto de lei alterando a redação do artigo 1º da Lei nº 8560, de 13 de outubro de 1987, que versa sobre operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Assembléia Legislativa, decorre de exigências formuladas pela Caixa Econômica Federal no sentido de que na lei que autoriza a contratação de tais empréstimos constem especificamente incisos sobre os programas referentes a Centros Comunitários, Creches, Universidade Popular do Trabalho e Escolas Profissionalizantes, a fim de que assim possa ser dado andamento aos procedimentos de captação de recursos para os mencionados programas.

Por outro lado, em face da relevância da matéria, solicito que o anteprojeto de lei em causa seja apreciado durante o atual período de reuniões extraordinárias dessa Augusta Casa de Leis, convocado através da Mensagem nº 122/88, de 25 de novembro de 1988.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

## ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O Art. 1º da Lei nº 8560, de 13 de outubro de 1987, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica o Poder Executivo, através da Administração Direta e Indireta, autorizado a contrair empréstimos até o valor equivalente a 10.000.000 (dez milhões) de Obrigações do Tesouro Nacional - OTN's, prestar fiança ou aval, conceder contragarantia de fiança, de aval ou de qualquer outra garantia prestada por entidades da Administração Indireta do Estado, até o valor de 15.000.000 (quinze milhões) de Obrigações do Tesouro Nacional - OTN's, em operações junto à Caixa Econômica Federal, através do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS, destinados a dar suporte aos seguintes programas:

I - SEGURANÇA PÚBLICA

II - JUSTIÇA

III - SAÚDE

IV - EDUCAÇÃO

V - OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA

VI - CENTROS COMUNITÁRIOS

VII - CRECHES

VIII - UNIVERSIDADE POPULAR DO TRABALHO

IX - ESCOLAS PROFISSIONALIZANTES."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM 131/88

Curitiba, 15 de dezembro de 1988

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que dispõe sobre o Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (I.C.M.S.).

A inclusa cópia autêntica do Ofício nº 927/88, de 15 de dezembro de 1988, a mim dirigido pelo Senhor Secretário de Estado da Fazenda, cujos termos ratifico, contém, de forma detalhada, esclarecimentos quanto à necessidade e oportunidade da medida ora encaminhada ao exame dessa Augusta Assembleia Legislativa, o que, face à urgência e relevância da matéria, solicito seja feito no atual período de reuniões extraordinárias, conforme convocação feita através da Mensagem nº 122/88, de 25 de novembro de 1988, a fim de que por força de preceitos da Magna Carta, seja transformada em lei com eficácia a partir de 1º de março de 1989.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS  
Governador do Estado

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ  
ANTEPROJETO DE LEI 345/88

SÚMULA: Lei instituidora do ICMS.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º - Esta lei institui, com base na alínea "b" do inciso I, do artigo 155 da Constituição Federal, o imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS).

CAPÍTULO I

DO FATO GERADOR

Art. 2º - O ICMS, tem como fato gerador as operações relativas à circulação de mercadorias e as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Parágrafo Único - O imposto incide também sobre a entrada de mercadoria importada do exterior, ainda quando se tratar de bem destinado a uso, consumo ou

Curitiba, quinta, em 15.12.88

ativo fixo do estabelecimento, assim como o serviço prestado no exterior.

Art. 3º - Ocorre o fato gerador do Imposto:

I - na entrada no estabelecimento destinatário de mercadoria ou bem importados do exterior;

II - na entrada no estabelecimento de contribuinte, de mercadoria ou bem oriundos de outra Unidade da Federação, destinados a uso, consumo ou ativo fixo;

III - na utilização, por contribuinte, de serviços cuja prestação se tenha iniciado em outro Estado e não esteja vinculada a operação ou prestação subsequente alcançada pela incidência do imposto;

IV - na aquisição, em licitação promovida pelo Poder Público, de mercadoria ou bens importados e apreendidos;

V - na saída de mercadoria, a qualquer título, de estabelecimento de contribuinte, ainda que para outro estabelecimento do mesmo titular;

VI - na saída de mercadoria de estabelecimento extrator, produtor, gerador de energia, para qualquer outro estabelecimento, de idêntica titularidade ou não, diversa, destinada a utilização em processo de tratamento ou de industrialização, ainda que as atividades sejam integradas;

VII - no fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias por qualquer estabelecimento, incluídos os serviços que lhe forem inerentes;

VIII - no fornecimento de mercadorias com prestação de serviços:

a) não compreendidos na competência tributária dos municípios, como definido em lei complementar;

b) compreendidos na competência tributária dos municípios e com indicação expressa, na lei complementar, de incidência do imposto de competência estadual;

IX - na execução de serviços de transporte interestadual e intermunicipal;

X - na geração, emissão, transmissão, retransmissão, repetição, ampliação ou recepção de comunicação de qualquer natureza, por qualquer processo, ainda que iniciada ou prestada no exterior.

§ 1º - Para efeito desta Lei, equiparar-se à saída a transmissão de propriedade de mercadoria, quando esta não transitar pelo estabelecimento do transmitente.

§ 2º - Na hipótese dos incisos IX e X deste artigo, quando o serviço for prestado mediante ficha, cartão ou assemelhados, considera-se ocorrido o fato gerador no fornecimento dos instrumentos necessários e sua prestação.

§ 3º - O Estado poderá exigir o pagamento antecipado do Imposto, observado o disposto nos artigos 18 e 20, nos casos de venda ambulante, entrada de mercadoria no Estado para revenda sem destinatário certo

e outras situações previstas na legislação.

§ 4º - Estabelecimento destinatário, para os efeitos do inciso I do artigo 3º, em relação ao trigo importado sob regime de monopólio do Banco do Brasil S.A., é o dessa entidade, situado no Distrito Federal.

## CAPÍTULO II DA OPERAÇÕES NÃO TRIBUTADAS SEÇÃO I DAS ISENÇÕES

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar Convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em norma complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, letra "g" da Constituição Federal.

§ 1º - A norma que regulamentar os Convênios poderá:

I - condicionar a concessão de quaisquer benefícios fiscais à apresentação, pelo interessado, de certidão negativa de dívida ativa estadual;

II - condicionar que os benefícios fiscais deverão ser requeridos para efeito de sua individualização;

III - exigir na concessão dos benefícios fiscais, quaisquer documentos considerados necessários para provar a satisfação dos requisitos correspondentes ou ao controle, acompanhamento ou direito à fruição.

§ 2º - O despacho concessório, nos termos do inciso II, do parágrafo anterior não constituirá direito adquirido em favor do beneficiário, ressalvada a hipótese de isenção condicionada ou a prazo certo.

§ 3º - Ao regulamentar a matéria tributária a Secretaria da Fazenda arrolará as hipóteses de isenção, e imunidade observadas as disposições previstas:

I - em tratados e convenções internacionais;

II - em convênios celebrados ou ratificados na forma de lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso XII, alínea "g" da Constituição Federal.

III - na lei complementar a que se refere o artigo 155, inciso X, alínea "a" da Constituição Federal.

## SEÇÃO II DA NÃO INCIDÊNCIA

Art. 5º - O imposto não alcança operação com ouro, quando definido em lei como ativo ou instrumento cambial.

Art. 6º - São imunes ao imposto as operações que destinem ao exterior produtos industrializados, exceto os semi-elaborados.

§ 1º - Para os efeitos deste artigo, semi-elaborado

I - o produto de qualquer origem que

submetido à industrialização, se possa constituir em insumo agropecuário ou industrial ou dependa, para o consumo, de complemento de industrialização, acabamento, beneficiamento, transformação e aperfeiçoamento;

II - os produtos resultantes dos seguintes processos:

a) abate de animais, salga e secagem de produtos de origem animal e preparação de carnes;

b) abate de árvores e desbastamento, descascamento, esquadriamento, desdobramento, serragem de toras e carvoejamento;

c) desfibramento, descaroçamento, descascamento, lavagem, secagem, desidratação, esterilização, prensagem, polimento ou qualquer outro processo de beneficiamento, de produtos extrativos e agropecuários;

d) fragmentação, pulverização, lapidação, classificação, concentração (inclusive por separação magnética e flotação), homogeneização, desaguamento (inclusive secagem, desidratação e filtragem), levigação, aglomeração realizada por brinquetagem, nodulação, sinterização, calcinação, pelotização e serragem para desdobramento de blocos, de substâncias minerais, bem como demais processos, ainda que exijam adição de outras substâncias;

e) resfriamento e congelamento.

§ 2º - Excluem-se das disposições do item I deste parágrafo, as peças, partes e componentes, assim entendidos os produtos que não dependam de qualquer outra forma de industrialização, além da montagem e acondicionamento para fazer parte de novo produto.

§ 3º - A lista e o nível de tributação dos produtos a que se refere o parágrafo primeiro serão estabelecidos em Convênio, mediante deliberação dos Estados ou em lei complementar.

## CAPÍTULO III DOS ELEMENTOS QUANTIFICADORES SEÇÃO I

### BASE DE CÁLCULO

Art. 7º - A base de cálculo do imposto é:

I - na hipótese do inciso I do artigo 3º, o valor constante do documento de importação, acrescido do valor dos Impostos de Importação, sobre Produtos Industrializados e sobre Operações de Câmbio e despesas aduaneiras;

II - no caso do inciso IV do artigo 3º, o valor da operação, acrescido, quando incidente, do valor dos impostos de Importação, sobre Produtos Industrializados e de todas as despesas cobradas ou debitadas ao adquirente;

III - na saída de mercadoria prevista

nos incisos V e VI do artigo 3º, o valor da operação;

IV - no fornecimento de que trata o inciso VII do artigo 3º, o valor total da operação, compreendendo o fornecimento da mercadoria e a prestação do serviço;

V - na saída de que trata o inciso VI-VIII do artigo 3º:

a) o valor total da operação, compreendendo o valor da mercadoria e do serviço, na hipótese da alínea "a";

b) o valor da mercadoria fornecida ou empregada, na hipótese da alínea "b";

VI - na prestação de serviços de transportes interestadual e intermunicipal e de comunicação, o preço do serviço.

Art. 8º - Nas hipóteses dos incisos II e III do artigo 3º, a base de cálculo é o valor da operação ou prestação sobre o qual foi cobrado no Estado de origem, e o imposto a recolher será correspondente à diferença entre as alíquotas interna e interestadual.

Art. 9º - Integram a base de cálculo do imposto, o valor correspondente a:

I - seguro, juros e demais importâncias recebidas ou debitadas, bem como bonificações e desconto concedido sob condição;

II - frete, quando o transporte for efetuado pelo próprio vendedor.

Art. 10 - Não integra a base de cálculo do Imposto o montante do:

I - imposto sobre Produtos Industrializados quando, a operação for realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado a industrialização ou comercialização, configurar fato gerador de ambos os tributos;

II - Imposto sobre Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos.

Art. 11 - Na falta do valor a que se refere o inciso III do artigo 7º, ressalvado o artigo 12, a base de cálculo é:

I - o preço corrente da mercadoria, ou de sua similar, no mercado atacadista do local da operação, se o remetente for produtor, extrator ou gerador de energia;

II - o preço FOB estabelecimento industrial à vista se o remetente for industrial;

III - o preço FOB estabelecimento comercial à vista nas vendas a outros comerciantes ou industriais, se o remetente for comerciante.

§ 1º - Para a aplicação dos incisos II e III deste artigo, adotar-se-á o preço efetivamente cobrado pelo estabelecimento remetente na operação mais recente;

§ 2º - Na hipótese do inciso III deste artigo, se o estabelecimento remetente não efetuar vendas a outros comerciantes ou industriais, a base de cálculo será equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do preço de venda no varejo, observado o

disposto no parágrafo anterior.

§ 3º - Nas hipóteses deste artigo, se o estabelecimento remetente não efetuou operações de venda da mercadoria objeto da operação, aplicar-se-á a regra contida no artigo 12.

Art. 12 - Na saída de mercadoria para estabelecimento localizado em outro Estado, pertencente ao mesmo titular, a base de cálculo é:

I - o valor correspondente à entrada mais recente da mercadoria;

II - o custo da mercadoria produzida, assim entendido a soma do custo da matéria-prima, material secundário, mão-de-obra e acondicionamento.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica às operações com produtos primários, hipótese em que será aplicada, no que couber, a norma do artigo anterior.

Art. 13 - Nas operações e prestações interestaduais, entre estabelecimentos de contribuintes diferentes, quando houver reajuste do valor depois da remessa ou da prestação, a diferença ficará sujeita ao imposto no estabelecimento do remetente ou do prestador.

Art. 14 - Nas saídas de mercadoria para o exterior, a base de cálculo do Imposto é o valor da operação, acrescido dos tributos, nela incidentes, contribuições e de todas as demais importâncias cobradas ou debitadas ao adquirente e realizadas até o embarque, inclusive.

Art. 15 - Nas prestações sem preço determinado, a base de cálculo do imposto é o valor corrente do serviço.

Art. 16 - Poderá a Secretaria da Fazenda:

I - mediante ato normativo manter atualizada, para efeitos de observância pelo contribuinte como base de cálculo, na falta do valor da operação de que decorrer a saída da mercadoria, tabela de preços correntes no mercado atacadista das diversas regiões fiscais;

II - em ação fiscal, estimar ou arbitrar a base de cálculo:

a) sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou esclarecimentos prestados pelo contribuinte, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado;

b) sempre que inoportunizar a exibição ao fisco dos elementos necessários à comprovação do valor da operação, inclusive nos casos de perda ou extravio dos livros e documentos fiscais;

c) quando houver fundamentada a suspeita de que os documentos fiscais e contábeis não refletem o valor da operação;

d) quando ocorrer transporte ou armazenamento de mercadoria sem os documentos fiscais exigíveis;

III - estimar ou abitar base de cálculo em lançamento de ofício, abrangendo:

- a) estabelecimentos varejistas;
- b) vendedores ambulantes sem conexão com estabelecimento fixo ou pessoas e entidades que atuem temporariamente no comércio.

Parágrafo Único - Havendo discordância em relação ao valor estimado ou arbitrado, nos termos do inciso II, caberá ao contribuinte comprovar a exatidão do valor da operação.

Art. 17 - O montante do Imposto integra sua própria base de cálculo, constituindo o respectivo destaque mera indicação para fins de controle.

Art. 18 - Na hipótese do § 3º do artigo 3º, a base de cálculo é o valor da mercadoria ou da prestação, acrescido de percentual de margem de lucro, aplicando-se a base de cálculo prevista no artigo 20.

Art. 19 - Quando o frete for cobrado ou debitado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria ou outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, na hipótese de o valor do frete exceder os níveis normais de preço em vigor no mercado local, para serviço semelhante, o valor excedente será havido como parte do preço da mercadoria.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo considerar-se-ão interdependentes duas empresas quando:

I - uma delas, por si, seus sócios ou acionistas, e respectivos cônjuges e filhos menores, for titular de mais de 50% (cincoenta por cento) do capital da outra, ou uma delas locar ou ceder à outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadorias;

II - uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor, ou sócio com função de gerência, ainda que exercidas sob outra denominação.

Art. 20 - Na hipótese do inciso XII do artigo 30, a base de cálculo é o preço máximo, ou único, de venda do contribuinte substituído, fixado pelo fabricante ou pela autoridade competente, ou, na falta desse preço, o valor da operação praticado pelo substituto, incluídos os valores correspondentes a fretes e carretos, seguro, imposto e outros encargos transferíveis ao varejista, acrescido de percentual de margem de lucro fixado pela legislação.

§ 1º - São as seguintes mercadorias e respectivos percentuais a que se refere este artigo:

1. cerveja, chope, refrigerante, extrato concentrado destinado ao preparo de refrigerantes em máquina "post-mix", "pre-mix" e demais produtos classificados nas posições 22.01.02.00 e 22.02 da tabela do IPI, conforme acondicionamento:

a) Refrigerantes em garrafas com capacidade igual ou superior a 600 ml	40%
b) "pré-mix" ou "post-mix"	100%
c) chope	115%
d) demais	70%
2. Cimento de qualquer tipo	20%
3. Açúcar, de acordo com os tipos:	
a) refinado	10%
b) cristal	15%
c) outros	20%
4. Leite, conforme o tipo:	
a) longa vida	20%
b) tipo A, B e C	15%
c) especial	10%
5. Laticínios	30%
6. Carne bovina, suína, caprina, ovina, e produtos comestíveis resultante do abate, em estado natural, resfriado ou congelados	15%
7. Ave abatida e produtos comestíveis da matança em estado natural, resfriados, congelados ou simplesmente temperados	15%
8. Pescados	30%
9. Alimento enlatado ou envasado	30%
10. Café torrado ou moído	15%
11. Farinha de trigo	150%
12. Pão industrializado e sanduíche de qualquer espécie	40%
13. Goma de mascar e guloseimas semelhantes	30%
14. Fruta e alho importado	40%
15. Suco concentrado de fruta, líquido, em pó ou em pasta	40%
16. Bebida alcoólica (exceto cerveja e chope)	70%
17. Fósforo de segurança	30%
18. Pasta dental, creme de barbear, absorvente íntimo, sabão, sabonete e cosméticos	40%
19. Pente e escova dental	40%
20. Lâmina de barbear e aparelho de barbear descartável	40%
21. Filme fotográfico e cinematográfico e "slide"	40%
22. Disco fonográfico, fita virgem ou gravada	40%
23. Pilha e bateria elétrica	40%
24. Caneta, carga de caneta, lápis, borracha, papel, papel carbono, bobina, fita celulose e baralho	40%
25. Garrafa térmica	40%
26. Fio de algodão, de lã, náilon, tecido e tapete	40%
27. Ferro para construção civil	40%
28. Alumínio para esquadria	40%
29. Telha de amianto	40%
30. Chapa de forração	40%
31. Azulejo, louça sanitária e de cozinha	40%
32. Tinta e verniz	40%
33. Vidro e cristal	40%
34. Fechadura, cadeado, chave pronta ou semi pronta	40%
35. Bomba hidráulica	40%

36.Lâmpada elétrica, fio elétrico , fita isolante, tomada e interruptor	40%
37.Pneu, câmara de ar e autopeça	40%
38.Fogos de artifício	40%
39.Cigarro, Charuto, cigarrilha, fumo e artigos correlatos	preço marcado ou na falta, 40%
40.Eletrodomésticos em geral	40%
41.Sorvete	40%
42.Isqueiro	40%
43.Medicamento, esparadrapo, algo- dão farmacêutico, gaze, absorvente e mamadeira	preço marcado ou na falta, 35%

44.Jóias e bijuterias 50%

§ 2º - O imposto retido pelo contri-  
buente substituto é calculado mediante a  
aplicação da alíquota vigente nas opera-  
ções internas sobre o valor da base de  
cálculo encontrada na forma deste artigo,  
deduzindo-o do valor obtido, o imposto de-  
vido pela operação do próprio remetente.

Art. 21 - O montante do Imposto devido  
pelo contribuinte, em determinado período,  
poderá ser calculado por estimativa, ob-  
servado o disposto no § 5º do artigo 39.

Art. 22 - A base de cálculo do imposto  
devido pelas empresas distribuidoras de  
energia elétrica, responsável pelo paga-  
mento do imposto relativamente às opera-  
ções anteriores, na condição de contri-  
buente substituto, é o valor da operação  
da qual decorra a entrega do produto ao  
consumidor.

Art. 23 - Sempre que o valor da opera-  
ção ou da prestação estiver expresso em  
moeda estrangeira, far-se-á sua conversão  
em moeda nacional ao câmbio do dia da  
ocorrência do fato gerador.

## SEÇÃO II DA ALÍQUOTA

Art. 25 - As alíquotas internas são  
seletivas em função da essencialidade dos  
produtos ou serviços, assim distribuídas:

I - GRUPO A: alíquota de 25% para as  
seguintes mercadorias:

- automóveis, exceto caminhões, ônibus e  
utilitários;
- motos a partir de 125 cilindradas, in-  
clusive;
- armas e munições;
- aparelhos eletro-eletrônicos;
- bebidas alcoólicas;
- cosméticos e perfumes;
- cigarros, charutos e tabacos;
- embarcações de recreação (lanchas, iates  
e barcos de passeio);
- casacos de pele;
- fogos de artifício;
- pedras e metais preciosos e suas obras;
- artigos esportivos;
- energia elétrica;

II - GRUPO B: alíquota de 17% para ser-  
viços, bens e demais mercadorias.

Parágrafo Único - Entre outras hipóte-  
ses as alíquotas internas são aplicadas  
quando:

I - o remetente ou o prestador e o  
destinatário da mercadoria, bens ou do  
serviço estiverem situados neste Estado;

II - da entrada de mercadorias ou bens  
importados do exterior;

III - da prestação de serviço de  
transporte, ainda que contratado no exte-  
rior, e o de comunicação transmitida ou  
emitida no estrangeiro e recebida no País;

IV - o destinatário da mercadoria ou do  
serviço for consumidor final localizado em  
outra Unidade Federada desde que não con-  
tribuinte do imposto.

Art. 26 - As alíquotas para as opera-  
ções interestaduais e de exportação serão  
estabelecidas pelo Senado Federal, por re-  
solução.

Parágrafo Único - Enquanto o senado  
não exercer a atribuição a que se refere  
este artigo, aplicar-se-ão as seguintes  
alíquotas:

I - 12% (doze por cento) para as pres-  
tações e operações interestaduais que des-  
tinem bens, serviços ou mercadorias à co-  
mercialização ou industrialização a con-  
tribuintes estabelecidos nos Estados de  
Santa Catarina, Minas Gerais, Rio Grande  
do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo;

II - 9% (nove por cento) para as pres-  
tações e operações interestaduais que des-  
tinem bens, serviços ou mercadorias à co-  
mercialização ou industrialização a con-  
tribuintes estabelecidos no Distrito Fede-  
ral, e nos demais Estados não relacionados  
no inciso anterior;

III - os percentuais previstos no artigo  
anterior, para as operações e prestações  
interestaduais que destinem bens, serviços  
ou mercadorias a consumidores finais;

IV - 13% (treze por cento) para as ope-  
rações de exportação.

Art. 27 - Nas hipóteses dos incisos II  
e III do artigo 3º, exigir-se-á o imposto  
correspondente à diferença entre a alí-  
quota interestadual aplicada na origem e a  
interna aqui vigente.

## CAPÍTULO IV DA SUJEIÇÃO PASSIVA

### SEÇÃO I DO CONTRIBUINTE

Art. 28 - Contribuinte é qualquer pes-  
soa, física ou jurídica, que realize ope-  
rações ou prestações de serviços descritas  
como fato gerador do imposto.

Parágrafo Único - Incluem-se entre os  
contribuintes do imposto:

I - o importador, o arrematante ou o  
adquirente, o comerciante, o industrial, o  
produtor e o extrator;

II - o prestador de serviços de

transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

III - a cooperativa;

IV - a instituição financeira e a seguradora;

V - a sociedade civil de fim econômico;

VI - a sociedade civil de fim não econômico que preste serviços ou explore estabelecimento de extração de substância mineral ou fósil, de produção agropecuária, industrial ou que comercialize mercadorias que para este fim adquirir ou produzir;

VII - os órgãos da Administração Pública, as entidades da Administração Indireta e as fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, que vendam, ainda que apenas a compradores de determinada categoria profissional ou funcional, mercadorias que, para esse fim, adquirirem ou produzirem ou que prestem serviços de transporte ou comunicação;

VIII - a concessionária ou permissionária de serviço público de transporte, de comunicação e de energia elétrica;

IX - o prestador de serviços não compreendidos na competência tributária dos municípios, que envolvam fornecimento de mercadorias;

X - o prestador de serviços compreendidos na competência tributária dos municípios, que envolvam fornecimento de mercadorias ressalvadas em lei complementar;

XI - o restaurante, o bar, o café, o hotel, a lanchonete e qualquer estabelecimento que promova o fornecimento de alimentação, bebidas e outras mercadorias;

XII - qualquer pessoa indicada nos incisos anteriores que, na condição de consumidor final, adquirir bens ou serviços em operações e prestações interestaduais.

Art. 29 - Considera-se contribuinte autônomo cada estabelecimento produtor, extrator, gerador de energia, industrial, comercial, e importador ou prestador de serviços de transporte e de comunicação do mesmo contribuinte, ainda que as atividades sejam integradas e desenvolvidas no mesmo local.

Parágrafo Único - Equipara-se a estabelecimento autônomo, o veículo ou qualquer outro meio de transporte utilizado no comércio ambulante e na captura de pescado ou na prestação de serviços.

## SEÇÃO II

### DO RESPONSÁVEL OU SUBSTITUTO

Art. 30 - São responsáveis pelo pagamento do imposto:

I - o transportador, em relação:

a) à mercadoria que despachar, redespachar ou transportar sem a documentação fiscal regulamentar ou com documentação inidônea;

b) à mercadoria transportada de outro Estado para entrega sem destinatário certo ou para venda ambulante neste Estado;

c) à mercadoria que entregar a destinatário diverso do indicado na documentação fiscal;

d) à mercadoria transportada que for negociada com interrupção de trânsito no território paranaense;

II - O armazém geral e o depositário a qualquer título:

a) pela saída real ou simbólica de mercadoria depositada neste Estado por contribuinte de outra unidade federada;

b) pela manutenção em depósito de mercadoria com documentação irregular ou inidônea;

c) pela manutenção em depósito de mercadoria desacompanhada de documentação fiscal;

III - O contribuinte estabelecido neste Estado, em relação à saída de mercadoria a ele destinada por produtor paranaense não inscrito no Cadastro de Contribuintes do Estado;

IV - O alienante de mercadoria, pela operação subsequente, quando não comprovada a condição de contribuinte do adquirente;

V - O comerciante atacadista, o industrial, o gerador de energia ou o produtor e o extrator inscritos como contribuintes na forma regulamentada em Instrução da Secretaria da Fazenda, na qualidade de substituto e, em relação à saída promovida por estabelecimento varejista, localizado neste Estado:

a) de cerveja, chope, refrigerante, extrato concentrado destinado ao preparo de refrigerante em máquina "post-mix" e demais produtos classificados nas posições 22.01.02.00 e 22.02 da tabela de IPI, cimento de qualquer tipo, sorvete, açúcar, leite, laticínios, carne bovina, suína, caprina e produtos comestíveis resultantes do abate, em estado natural, resfriados ou congelados, ave abatida e produtos comestíveis resultantes da matança em estado natural, resfriados, congelados ou simplesmente temperados, pescados, alimento enlatado, envasado ou envolvido em papel celofane;

b) café torrado ou moído, farinha de trigo, pão industrializado e sanduíche de qualquer espécie, goma de mascar e guloseimas semelhantes, fruta e alho importados, suco concentrado de fruta, líquido, em pó ou pasta, bebida alcoólica, fósforo de segurança, isqueiro, sabão, sabonete, cosméticos, pasta dental, creme de barbear, absorvente íntimo, pente, escova dental, lâmina de barbear e aparelho de barbear descartável, filme fotográfico e cinematográfico e "slide", disco fonográfico, fita virgem ou gravada, pilha e ba-



teria elétricas, jóias e bijuterias;

c) caneta, carga de caneta, lápis, borracha, papel, papel carbono, bobina, fita celulose, baralho, garrafa térmica, fio de algodão, de lã, náilon, raíom, tecido, tapete, ferro para construção civil, alumínio para esquadria, telha de amianto, chapa de forração, azulejo, louça sanitária e de cozinha, tinta e verniz, vidro e cristal, fechadura, cadeado, chave pronta ou semi pronta, bomba hidráulica, lâmpada elétrica, fio elétrico, fita isolante, tomada, interruptor, pneu, câmara de ar, autopeças, fogos de artifícios, cigarro, charuto, cigarrilha, fumo e artigos correlatos, eletrodomésticos em geral, medicamento, esparadrapo, algodão farmacêutico, gaze absorvente e mamadeira.

VI - O contribuinte em relação à mercadoria cuja fase de diferimento ou suspensão tenha sido encerrada;

VII - o contribuinte que promover saída isenta, ou não tributada de mercadoria que receber em operação de saída abrangida pelo diferimento ou suspensão em relação ao ICMS suspenso ou diferido concernente à aquisição ou recebimento, sem direito a crédito;

VIII - qualquer pessoa em relação a mercadoria que detiver para comercialização, industrialização ou simples entrega, desacompanhada de documentação fiscal ou acompanhada de documento inidôneo;

IX - o leiloeiro, síndico, comissário, e liquidante, em relação às operações de conta alheia;

X - a pessoa natural ou jurídica de direito privado, nas circunstâncias previstas nos artigos 131 a 138 do Código Tributário Nacional;

XI - o industrial, comerciante ou outra categoria de contribuinte, pelo pagamento do imposto devido na operação ou operações anteriores;

XII - o produtor, extrator, gerador de energia, industrial, distribuidor, comerciante ou transportador, pelo pagamento do imposto devido nas operações subsequentes.

§ 1º - O responsável sub-roga-se nos direitos e obrigações do contribuinte, estendendo-se a sua responsabilidade à punibilidade por infração tributária, ressalvada, quanto ao síndico e o comissário, o disposto no parágrafo único do art. 134 do Código Tributário Nacional.

§ 2º - A Secretaria da Fazenda, em relação a qualquer mercadoria das constantes do inciso V deste artigo, pode determinar:

a) a suspensão da aplicação do regime de substituição tributária;

b) a atribuição da responsabilidade pela retenção e recolhimento do imposto ao adquirente da mercadoria, em substituição ao alienante.

§ 3º - O Poder Executivo nos casos

previstos em convênio ou protocolo, pode atribuir a contribuinte localizado em outra Unidade da Federação, a condição de substituto tributário, impondo-lhe o encargo da retenção e do recolhimento do imposto relativo a operações subsequentes realizadas em território paranaense.

§ 4º - A Secretaria da Fazenda poderá excluir o destinatário da responsabilidade de que trata o inciso III deste artigo, atribuindo ao remetente a obrigação de pagar o débito da própria operação, nas seguintes hipóteses:

I - quando o destinatário estiver enquadrado na categoria especial com desoneração total ou parcial do imposto;

II - nos casos em que o destinatário seja sistematicamente inadimplente em relação às obrigações tributárias estabelecidas nesta Lei.

Art. 31 - Nos serviços interestaduais de transporte e de comunicação, quando a prestação for efetivada por mais de uma empresa, a responsabilidade pelo pagamento do imposto pode ser atribuída, por convênio celebrado entre os Estados e o Distrito Federal, àquela que promover a cobrança integral do respectivo valor diretamente do usuário do serviço.

Parágrafo Único - O convênio a que se refere este artigo estabelecerá a forma de participação na respectiva arrecadação.

Art. 32 - É também responsável nos termos desta Lei o contratante de serviços ou terceiro que participe de prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

Art. 33 - A responsabilidade pelo imposto devido nas operações entre associados e a Cooperativa de produtores de que faça parte, situada neste Estado, fica transferida para a destinatária.

Art. 34 - O disposto neste artigo é aplicável às mercadorias remetidas pelo estabelecimento de Cooperativa de produtores para estabelecimento, no mesmo Estado, da própria Cooperativa, de Cooperativa Central ou de Federação de Cooperativa de que a Cooperativa remetente faça parte.

Parágrafo Único - O imposto devido pelas saídas mencionadas neste artigo será recolhido quando da saída subsequente, esteja esta sujeita ou não ao pagamento do imposto.

### SEÇÃO III

#### DA RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

Art. 35 - São solidariamente responsáveis:

I - os despachantes que tenham promovido o despacho ou o redespacho;

a) relativo à saída de mercadoria, sem a documentação fiscal exigível;

b) relativo à entrada de mercadoria estrangeira, saída da repartição aduaneira



com destino a estabelecimento diverso daquele que a tiver importado ou arrematado;

II - Os entrepostos aduaneiros ou industriais que promovam, sem a documentação fiscal exigível;

a) saída de mercadoria para o exterior;

b) saída de mercadoria estrangeira depositada no entreposto com destino ao mercado interno;

c) reintrodução de mercadoria;

III - A pessoa que promova importação, exportação ou reintrodução de mercadorias ou bem no mercado interno, assim como o representante, mandatário ou gestor de negócios com atuação vinculada a tais operações.

Parágrafo Único - A responsabilidade prevista neste artigo é extensiva ao imposto devido por prestação de serviços vinculados a circulação de mercadorias ou bens.

#### CAPÍTULO V

#### DO LOCAL DA OPERAÇÃO E DA PRESTAÇÃO

Art. 36 - O local da operação ou da prestação, para efeitos de cobrança do imposto e definição do estabelecimento responsável, é:

I - tratando-se de mercadoria:

a) o do estabelecimento onde se encontra, no momento da ocorrência do fato gerador;

b) o do estabelecimento em que se realize cada atividade de produção, extração, geração de energia, industrialização ou comercialização, na hipótese de atividades integrais;

c) onde se encontre, quando em situação fiscal irregular;

d) o do estabelecimento do destinatário, quando importada do exterior, ainda que se trate de bens destinados a uso, consumo ou ativo fixo.

e) aquele onde for realizada a licitação, no caso de arrematação de mercadoria importada e apreendida;

II - tratando-se de prestação de serviço de transporte:

a) o do estabelecimento destinatário do serviço na hipótese do artigo 8º, inciso III;

b) onde tenha início a prestação nos demais casos;

c) o da localização do veículo transportador, quando desacompanhado do documento correspondente à prestação;

III - tratando-se de prestação de serviço de comunicação:

a) o da prestação do serviço de radiofusão sonora e de televisão, assim entendido o da geração, emissão, transmissão e retransmissão, repetição, ampliação e recepção;

b) o do estabelecimento da concessionária ou permissionária que fornecer a ficha, cartão, ou assemelhados, necessários à prestação dos serviços;

c) o do estabelecimento destinatário do serviço, na hipótese e para os efeitos do inciso III do artigo 3º;

d) onde for cobrado o serviço, nos demais casos;

IV - Tratando-se de serviços prestados ou iniciados no exterior, o do estabelecimento encomendante;

V - O deste Estado, em relação às operações:

a) realizadas em sua plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva;

b) com ouro aqui extraído, quando não considerado como ativo financeiro ou na operação em que perdeu tal condição;

c) de desembarque em seu território do produto da captura de peixes, crustáceos e moluscos.

§ 1º - O disposto na alínea "c" do inciso II não se aplica quando o valor da prestação estiver incluído no valor da carga transportada, mediante declaração expressa no documento fiscal correspondente.

§ 2º - Quando a mercadoria for remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte, em operação interna, a posterior saída considera-se ocorrida no estabelecimento remetente.

§ 3º - Estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, onde pessoas físicas ou jurídicas exercem suas atividades em caráter temporário ou permanente, bem como o local onde se encontram armazenados produtos ou mercadorias, ainda que este local pertença a terceiros.

§ 4º - Na impossibilidade de determinação do estabelecimento nos termos do parágrafo anterior, considerar-se-á como tal, para os efeitos desta lei, o local onde houver sido efetuada a operação ou prestação, ou encontrada a mercadoria.

§ 5º - Considerar-se-á como estabelecimento autônomo em relação ao estabelecimento beneficiador, industrial, gerador de energia, comercial ou cooperativo ainda que do mesmo titular, cada local de produção agropecuária ou extrativa vegetal ou mineral, de captura pesqueira, situado na mesma área ou em áreas diversas do referido estabelecimento.

§ 6º - Considera-se, também, local da operação o do estabelecimento que transferir a propriedade ou posse, ou título que a represente, de mercadoria que por ele não tiver transitado e que se ache em poder de terceiros, sendo irrelevante o local onde se encontre.

§ 7º - O disposto no parágrafo anterior não se aplica às mercadorias recebi-

das de contribuintes de Estado diverso do depositário, mantidas em regime de depósito.

§ 8º - Para efeito do disposto na alínea "b" do inciso V, o ouro, quando definido como ativo financeiro ou instrumento cambial, terá sua origem identificada.

## CAPÍTULO VI

### DO REGIME DE COMPENSAÇÃO DO IMPOSTO

#### SEÇÃO I

##### MODALIDADES

Art. 37 - O montante devido será o resultado da diferença a maior entre o imposto devido nas operações com mercadorias ou serviços e o cobrado relativamente às operações anteriores, apurado por um dos seguintes critérios.

I - por período;

II - por mercadoria e serviço, dentro de determinado período;

III - por mercadoria e serviço, à vista de cada operação;

§ 1º - Observado o princípio constitucional da incumulatividade, o mês será o período considerado para efeito de apuração e lançamento do ICMS, nas hipóteses dos incisos I e II.

§ 2º - O crédito decorrente do ICMS pago em etapas anteriores gera direito apenas a abatimento de débitos do próprio imposto.

Art. 38 - O montante do ICMS a recolher resultará da diferença positiva, no período considerado, do confronto débito-crédito, observados os parágrafos seguintes:

§ 1º - O saldo credor é transferível para o período ou períodos seguintes:

§ 2º - No total do débito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas:

I - a saídas e prestações;

II - outros débitos;

III - estornos de créditos.

§ 3º - No total do crédito, em cada período considerado, devem estar compreendidas as importâncias relativas:

I - a entradas e prestações;

II - outros créditos;

III - estornos de débitos;

IV - eventual saldo credor do período anterior;

Art. 39 - O ICMS relativo ao período considerado será demonstrado mensalmente em livros e documentos fiscais próprios, aprovados em Convênios.

§ 1º - O pagamento do ICMS por cálculo do sujeito passivo extingue o crédito sob condição resolutória da homologação;

§ 2º - Fica expressamente vedado:

a) a restituição do saldo do crédito existente na data do encerramento das ati-

vidades de estabelecimento de contribuinte do imposto;

b) a compensação do imposto devido com créditos de natureza diversa, junto ao Estado.

c) a compensação de saldo credor com débitos decorrentes de auto de infração, dívida ativa ou outro de natureza não tributária;

d) a compensação do imposto devido por responsabilidade ou substituição, com o saldo credor.

§ 3º - O Estado poderá, mediante convênio celebrado na forma de lei complementar, facultar a opção pelo abatimento de uma percentagem fixa em substituição ao imposto efetivamente cobrado nas operações anteriores.

§ 4º - O direito ao crédito do imposto, nas entradas das mercadorias, bens e serviços, é condicionado, em qualquer hipótese, às exigências de escrituração fiscal prevista na legislação e, quando não for exercido na época própria, só poderá ser utilizado em denúncia espontânea, ou quando o fato seja comunicado à repartição fiscal ou o seu valor seja incluído em reconstituição de escrita, promovida pela fiscalização.

§ 5º - Nas hipóteses do parágrafo 3º, do artigo 3º e artigo 21, far-se-á, conforme o caso, a complementação ou a restituição das quantias pagas com insuficiência ou em excesso.

Art. 40 - Fica, ainda, garantido o direito ao crédito:

I - quando as mercadorias, anteriormente oneradas pelo tributo forem objeto de:

a) devolução por consumidor final desde que o retorno ocorra até 60 (sessenta dias) contados da data do fato gerador;

b) retorno por não terem sido negociadas no comércio ambulante, ou por não ter ocorrido a tradição real;

II - quando o pagamento do tributo estadual, destacado na nota fiscal de entrada, foi efetuado de forma desvinculada da conta gráfica;

III - na hipótese do item anterior quando o substituto tenha recolhido o imposto no momento da entrada do produto;

§ 1º - Para os efeitos do disposto na alínea "b" do item I deste artigo não se considera devolução o retorno de mercadoria para conserto.

#### SEÇÃO II

##### DA VEDAÇÃO DO CRÉDITO

Art. 41 - Não implicará crédito para compensação com o montante do imposto devido nas operações ou prestações seguintes:

I - a operação ou prestação beneficia-

da por isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação;

II - a entrada de bens destinados a uso e consumo ou para integrarem o ativo fixo do contribuinte;

III - a entrada de mercadorias ou produtos que, utilizados no processo industrial, não integrem a composição do produto final;

IV - o valor do imposto referente aos serviços de transporte e de comunicação, salvo se utilizados pelo estabelecimento ao qual tenham sido prestados na execução de serviços da mesma natureza, na comercialização de mercadorias ou em processo de produção, extração, industrialização ou geração de energia;

V - o valor do imposto referente a serviço que não esteja vinculado a operação ou prestação subsequente alcançada pela não incidência ou desoneração, sendo essa circunstância previamente conhecida;

VI - o valor do crédito referente a mercadoria e serviço quando o contribuinte tenha optado pela dedução a que se refere o parágrafo 3º artigo 39;

VII - em relação a documento fiscal perdido, extraviado ou desaparecido, ressalvada a hipótese de comprovação de sua autenticidade;

VIII - em relação a documento fiscal em que seja indicado estabelecimento destinatário diferente do recebedor da mercadoria ou usuário do serviço;

IX - em relação a mercadoria recebida para integrar ou para ser consumida em processo de industrialização ou de produção cuja ulterior saída ocorra sem débito do tributo estadual, sendo essa circunstância conhecida à data da entrada.

X - Em relação à mercadoria recebida para comercialização, quando sua posterior saída ocorra sem débito do tributo estadual, sendo essa circunstância conhecida à data da entrada.

XI - Em relação às mercadorias entradas no estabelecimento quando o imposto tiver sido devolvido, no todo ou em parte, ao próprio ou a outros contribuintes, por qualquer entidade tributante, mesmo sob a forma de prêmio ou estímulo.

XII - A aquisição de materiais ou mercadorias, por empresas com atividade mista (venda esporádica de mercadorias e prestação de serviços), garantindo-se no entanto, a recuperação do crédito quando as saídas forem tributadas pelo imposto.

§ 1º - Quando o ICMS destacado for maior do que o exigível na forma de lei, o aproveitamento como crédito terá por limite o valor correto, observadas as normas sobre correção estabelecidas em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 2º - Entende-se, para os efeitos dos incisos IX e X deste artigo, por saída sem

débito do ICMS, as em que ocorra:

I - isenção objetiva ou subjetiva;

II - imunidade tributária;

§ 3º - O crédito lançado irregularmente fica sujeito a glosa em ação administrativo-fiscal.

§ 4º - Instrução da Secretaria da Fazenda disporá sobre forma de compensação do imposto, nos casos de pagamento desvinculado da conta gráfica.

### SEÇÃO III DA ANULAÇÃO DO CRÉDITO

Art. 42 - Acarretará a anulação do crédito:

I - a operação ou prestação subsequente, quando beneficiada por isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação.

II - a operação ou prestação subsequente com redução de base de cálculo, hipótese em que o estorno será proporcional à redução.

III - a inexistência, por qualquer motivo, de operação posterior.

IV - a utilização em desacordo com a legislação.

Art. 43 - Não se exigirá a anulação do crédito relativo as saídas;

I - para o exterior dos produtos industrializados constantes da lista a ser definida em Convênio ou em Lei Complementar;

II - em operações que destinem a outros Estados, petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados e energia elétrica.

### CAPÍTULO VII DA RESTITUIÇÃO

Art. 44 - As quantias indevidamente recolhidas ao Estado serão restituídas, mediante requerimento ao Secretário da Fazenda, cuja decisão poderá ser delegada, desde que o contribuinte ou responsável produza prova de que o respectivo valor não tenha sido recebido de terceiros.

§ 1º - O terceiro que faça prova de haver recebido o encargo financeiro do ICMS sub-roga-se no direito à devolução de imposto indevidamente pago, em relação ao contribuinte ou responsável.

§ 2º - O contribuinte ou responsável, expressamente autorizado pelo terceiro, a quem o encargo relativo ao ICMS tenha sido transferido, poderá pleitear a restituição do tributo indevidamente pago.

§ 3º - A restituição poderá ser processada, após despacho favorável mediante autorização, creditando-se do respectivo valor em conta gráfica, caso em que será mencionado nos livros e documentos fiscais, o número do respectivo protocolo.

§ 4º - Decorridos 6 (seis) meses contados do mês da protocolização do pedido de restituição, sem que seja cientificado o contribuinte do indeferimento, poderá o interessado escriturar como crédito o respectivo valor mencionando o número do protocolo correspondente.

Art. 45 - A restituição total ou parcial do ICMS dá lugar à devolução de penalidade tributária, juros de mora e correção monetária pagos, atualizados a partir do mês da protocolização do pedido até a data da concessão.

§ 1º - A restituição não abrange as multas de natureza formal não prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

§ 2º - Na hipótese do parágrafo 4º do artigo 44, o contribuinte atualizará o valor a ser creditado desde o mês da protocolização do pedido até a data do lançamento no livro fiscal, conferido ao despacho concessório efeito meramente homologatório, vedada a utilização da diferença relativa à correção monetária.

#### CAPÍTULO VIII DO CADASTRO

Art. 46 - Os contribuintes deverão inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do ICMS.

§ 1º - Para os efeitos desta lei, será considerado autônomo cada estabelecimento de um mesmo contribuinte.

§ 2º - A inscrição deve ser solicitada, antes do início das atividades, na repartição fazendária estadual do Município onde estiver situado o estabelecimento.

§ 3º - O contribuinte receberá um número cadastral básico, que o identificará em todas as relações com os órgãos da Secretaria da Fazenda e constará obrigatoriamente em seus documentos fiscais.

§ 4º - Todas as alterações que ocorrerem nos dados cadastrais do contribuinte, a paralisação temporária ou o reinício de atividades devem ser comunicadas à repartição fazendária na data da ocorrência do fato.

§ 5º - Ocorrendo o encerramento das atividades ou a transferência do domicílio tributário do estabelecimento, o contribuinte deverá solicitar a baixa da inscrição no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a entrega da documentação fiscal.

§ 6º - A inscrição poderá ser cancelada "ex-offício" quando o contribuinte deixar de apresentar o documento de informação e apuração, bem como outros equivalentes instituídos pela Secretaria da Fazenda, e ficar comprovada, através de procedimento fiscal, a cessação da atividade no endereço indicado.

§ 7º - A inscrição poderá ser reativada desde que o contribuinte tenha regulariza-

do a sua situação.

§ 8º - A Secretaria da Fazenda mediante Instrução poderá dispensar inscrição, bem como denegar a concessão de mais de uma, para o mesmo ramo de atividade no mesmo local.

Art. 47 - Compete à Secretaria da Fazenda, expedir Instruções estabelecendo as normas para inscrição, alteração, paralisação temporária, baixa e cancelamento "ex-offício", bem como os modelos dos respectivos documentos.

Parágrafo Único - O cadastro deverá conter os seguintes elementos básicos:

I - número de inscrição no CAD- ICMS

II - números de inscrição do CGC/CPF-MF;

III - razão social;

IV - endereço completo;

V - identificação de proprietários, sócios e responsáveis;

VI - código de atividade econômica, definido pela Secretaria da Fazenda;

VII - outros definidos em Instrução.

#### CAPÍTULO IX DA EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

##### SEÇÃO I MODALIDADES DE EXTINÇÃO

Art. 48 - O crédito tributário extingue-se pelo pagamento.

§ 1º - O crédito tributário, poderá, ainda, ser extinto, pelas demais modalidades previstas no Código Tributário Nacional, nas condições e sob as garantias a serem estipuladas em cada caso, em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 2º - O pagamento em repartição fazendária será efetuado em moeda corrente ou cheque bancário.

##### SEÇÃO II DOS PRAZOS DE PAGAMENTO

Art. 49 - A Secretaria da Fazenda, mediante Instrução estabelecerá os prazos, locais e forma de pagamento do crédito tributário.

§ 1º - Os prazos serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia do início e incluindo-se o de vencimento.

§ 2º - Os prazos referidos nesta lei só se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na repartição onde deva ser realizado o pagamento ou praticado o ato.

##### SEÇÃO III DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Art. 50 - O crédito tributário, inclusive o decorrente de multas, terá o seu valor atualizado monetariamente, exceto

quando garantido pelo depósito, na forma da lei, do seu montante integral.

§ 1º - A atualização monetária será o resultado da multiplicação do crédito tributário pelo coeficiente obtido com a divisão do valor nominal de uma OTN do mês em que efetivar o pagamento pelo valor da mesma no mês do vencimento do imposto.

§ 2º - Quando no primeiro dia útil do mês inexistir oficialmente o valor da OTN prevalecerá, para os pagamentos efetuados no período, o valor da OTN vigente no mês anterior.

§ 3º - Na impossibilidade de adoção dos critérios acima para o cálculo da atualização monetária, adotar-se-á para esse fim, o estabelecido pela União na cobrança dos impostos federais.

§ 4º - A Secretaria da Fazenda divulgará mensalmente os coeficientes de atualização referidos nos parágrafos anteriores.

§ 5º - Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência, do fato gerador, adotar-se-á para o cálculo da correção monetária a média dos índices do período verificado.

§ 6º - Quando a multa ocorrer do descumprimento de obrigações tributárias, acessórias a correção monetária será calculada a partir do mês da lavratura do Auto de Infração.

§ 7º - Quando o pagamento da correção monetária for a menor, a insuficiência será atualizada a partir do mês em que ocorreu aquele pagamento.

§ 8º - Nos casos de parcelamento a atualização monetária será calculada até o mês da elaboração do respectivo termo acordo e, a partir deste, até o efetivo pagamento de cada parcela.

#### SEÇÃO IV DOS JUROS DE MORA

Art. 51 - O crédito tributário inclusive o decorrente de multa, será acrescido de juros de mora, não capitalizáveis, de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§ 1º - Os juros previstos neste artigo serão contados a partir do mês em que expirar o prazo de pagamento;

§ 2º - No caso de parcelamento, até o mês da celebração do respectivo termo de acordo e, a partir daí, nova contagem até o mês do efetivo pagamento de cada parcela.

§ 3º - Nos casos de verificação fiscal, quando não for possível precisar a data da ocorrência do fato gerador, adotar-se-á:

I - o índice correspondente ao mês de julho, quando o período objeto de verificação coincidir com o ano civil.

II - o índice correspondente ao mês central do período, se o número de meses for ímpar, ou o correspondente ao primeiro

mês da segunda metade do período, se aquele for par.

#### SEÇÃO V DA DENÚNCIA ESPONTÂNEA

Art. 52 - Os que procurarem espontaneamente, a repartição fazendária, para denunciar a infração, terão excluída a imposição de penalidade.

§ 1º - Ocorre a denúncia espontânea quando não tenha sido iniciado formalmente, em relação a infração, qualquer procedimento administrativo ou outra medida de fiscalização.

§ 2º - Quando a infração relacionar-se com a parcela do crédito tributário concernente ao imposto, a exclusão da responsabilidade fica condicionada ao efetivo pagamento do tributo monetariamente atualizado e acrescido dos juros de mora devidos.

#### SEÇÃO VI DA REDUÇÃO DAS MULTAS

Art. 53 - A multa prevista no item I do parágrafo 1º do artigo 68, será reduzida, observados os seguintes prazos e percentuais:

a. no 1º dia seguinte ao em que tenha expirado o prazo do pagamento, para 1% (um por cento) do valor do imposto pago;

b. do 2º ao 15º dias cotados da data indicada na letra anterior, para 10% (dez por cento) do valor do imposto pago.

c. do 16º ao 30º dias contados da data indicada na letra "a", para 20% (vinte por cento) do imposto pago.

Parágrafo Único - As multas propostas em Auto Infração serão reduzidos em 20% (vinte por cento) quando pagos no prazo da reclamação.

#### SEÇÃO VII DO PARCELAMENTO

Art. 54 - Os créditos tributários vencidos relativos ao ICMS, exceto os decorrentes de denúncias espontâneas, poderão ser pagos em até 36 parcelas, conforme critério fixado em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 1º - O pedido de parcelamento implica no reconhecimento incondicional da infração e do crédito tributário, tendo a concessão resultante caráter decisório.

§ 2º - tratando-se de crédito tributário ajuizado, o parcelamento será autorizado desde que haja bens em garantia ou fiança suficiente para liquidação do débito.

§ 3º - Em se tratando de fiança, para os efeitos do parágrafo anterior, fica excluído o benefício de ordem.

CAPÍTULO X  
DOS REGIMES ESPECIAIS

Art. 55 - Em casos peculiares e objetivando facilitar o cumprimento das obrigações principal e acessória poder-se-á adotar regime especial.

Parágrafo Único - Caracteriza-se regime especial, para os efeitos deste artigo, qualquer tratamento diferenciado da regra geral de extinção do crédito tributário de escrituração, de emissão de documentos fiscais.

Art. 56 - Os regimes especiais serão concedidos:

I - através de celebração de acordo.

II- com base no que se dispuser em Instrução da Secretaria da Fazenda quando a situação peculiar abrange vários contribuintes ou responsáveis.

§ 1º - Quando o regime especial, compreender contribuinte do IPI será encaminhado o pedido, desde que favorável à sua concessão, à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.

§ 2º - Fica proibida qualquer concessão de regime especial fora das hipóteses indicadas nos incisos deste artigo.

§ 3º - O regime especial é revogável, a qualquer tempo, podendo, nos casos de acordo, ser denunciado isoladamente por ambas as partes.

§ 4º - Os acordos celebrados (inciso I deste artigo) deverão ser numerados em ordem sequencial e divulgados através de publicação do Diário Oficial do Estado.

Art. 57 - Incumbe às autoridades fiscais, atendendo às conveniências da administração fazendária, propor, ao Secretário da Fazenda, a reformulação ou revogação das concessões.

CAPÍTULO XI  
DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS

Art. 58 - Constitui obrigação acessória, qualquer situação que, na forma da legislação tributária do ICMS, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

§ 1º - Incumbe à Secretaria da Fazenda implementar, através de Instrução, as normas fixadas em Convênio ou Ajuste, celebrados entre União, os Estados e o Distrito Federal, relativas ao Sistema Nacional Integrado de Informações Econômico-Fiscais (SINIEF).

§ 2º - O registro das operações de cada estabelecimento será feito através de livros, guias e documentos fiscais, cujos modelos, forma e prazos de escrituração serão estabelecidos na Instrução de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º - Constituem instrumentos auxiliares de fiscalização os documentos, livros

Curitiba, quinta, em 15.12.88

e demais elementos de contabilidade em geral dos contribuintes ou responsáveis do ICMS.

§ 4º - Os elementos necessários à informação e apuração do tributo, serão declarados em documentos estabelecidos em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 5º - Sem prévia autorização do fisco, os livros fiscais não poderão ser retirados do estabelecimento.

§ 6º - Nos casos de perda ou extravio de livros e demais documentos fiscais, poderá a autoridade fiscal intimar o contribuinte a comprovar o montante das operações escrituradas ou que deveriam ter sido escrituradas nos referidos livros, para efeito de verificação do pagamento do tributo.

§ 7º - Se o contribuinte se recusar a fazer a comprovação, ou não puder fazê-la, e bem assim nos casos em que a mesma for considerada insuficiente, o montante das operações será arbitrado pela autoridade fiscal, pelos meios ao seu alcance, deduzindo-se, para efeito de apuração da diferença do imposto, os recolhimentos devidamente comprovados pelo contribuinte ou pelos registros da repartição.

Art. 5º - As pessoas físicas ou jurídicas, contribuintes ou não, responsáveis na forma da legislação, estão obrigadas ao cumprimento das obrigações tributárias acessórias, estabelecidas pela Secretaria da Fazenda, através de Instrução.

CAPÍTULO XII  
DO CONTROLE E DA ORIENTAÇÃO FISCAL

SEÇÃO I  
DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO

Art. 60 - A fiscalização e orientação fiscal sobre o ICMS compete à Secretaria da Fazenda.

§ 1º - Os agentes fiscais incumbidos de realizar tarefas de fiscalização devem identificar-se através de documento de identidade funcional, expedido pela Secretaria da Fazenda.

§ 2º - A autoridade fiscal poderá requisitar o auxílio de força policial quando vítima de embaraço ou desacato no exercício de suas funções ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras de interesse do Fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

§ 3º - É obrigatória a parada em postos de fiscalização, fixos ou volantes, da Secretaria da Fazenda de:

I - veículos de carga em qualquer caso;

II- quaisquer outros veículos quando transportando mercadorias.

Art. 61 - As pessoas físicas ou jurí-

dicas contribuintes responsáveis ou intermediárias de negócios, sujeitos ao ICMS, não poderão excusar-se de exibir à fiscalização os livros e documentos de sua escrituração.

§ 1º - Ao Agente Fiscal não poderá ser negado o direito de examinar estabelecimentos, depósitos e dependências, cofres, arquivos, veículos e demais meios de transporte, mercadorias, livros, documentos, correspondências e outros efeitos comerciais ou fiscais dos contribuintes e responsáveis definidos nesta lei.

§ 2º - No caso de recusa a fiscalização poderá lacrar os móveis ou depósitos, onde possivelmente estejam os documentos e livros, lavrando termo desse procedimento do qual deixará cópia ao recusante, solicitando de imediato, à autoridade administrativa, a que estiver subordinado, providências para que se faça a exibição judicial.

Art. 62 - A Secretaria da Fazenda e seus Agentes Fiscais, terão, dentro de sua área de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores da administração pública.

Parágrafo Único - É facultado ao Agente Fiscal, no exercício de suas funções, identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte, intermediário ou responsável.

Art. 63 - No levantamento fiscal poderão ser usados quaisquer meios indiciários, bem como aplicados coeficientes médios de lucro bruto, ou de valor acrescido e de preços unitários, considerados em cada atividade econômica, observadas a localização e a categoria do estabelecimento.

Art. 64 - Considerar-se-á ocorrido operação ou prestação tributável quando constatado.

I - suprimento de caixa sem comprovação da origem do numerário quer esteja escriturado ou não.

II - a existência do título de crédito quitado ou despesas pagas e não escriturados, bem como possuir bens do ativo permanente não contabilizados;

III - diferença entre o valor apurado em levantamento fiscal que tomou por base índice térmico de produção e o valor registrado na escrita fiscal.

IV - a falta de registro de documentos fiscais referentes à entrada de mercadorias.

V - a existência de contas no passivo exigível que apareçam oneradas por valores documentalmente inexistentes.

VI - a existência de valores que se encontrem registrados em máquina registradora, terminal ponto de venda, processamento de dados ou outro equipamento, utilizados sem prévia autorização ou de forma irregular, que serão apurados mediante a

leitura no equipamento.

Art. 65 - A fim de resguardar a correta execução desta lei, a Coordenação da Receita do Estado poderá determinar, em casos excepcionais e temporariamente, na forma a ser disciplinada em Instrução da Secretaria da Fazenda, sistema individual de controle e pagamento exigindo a cada operação o pagamento do tributo correspondente, observando-se ao final do período da apuração o sistema de compensação do imposto.

## SEÇÃO II DA CONSULTA

Art. 66 - A Secretaria da Fazenda manterá setor consultivo que terá por incumbência específica responder a todas as consultas sobre ICMS dos contribuintes, e de seus órgãos de classe e das repartições fazendárias.

§ 1º - As repostas serão divulgadas pela Coordenação da Receita do Estado através de publicação periódica.

§ 2º - As respostas às consultas servirão como orientação geral da Secretaria da Fazenda em casos similares.

§ 3º - Não são passíveis de multas os contribuintes que praticarem atos baseados em respostas das consultas referidas neste artigo.

§ 4º - As respostas às consultas não ilidem a parcela do crédito tributário ao ICMS, constituído e exigível em decorrência das disposições desta lei.

## CAPÍTULO XIII DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

### SEÇÃO I DAS INFRAÇÕES

Art. 67 - Constitui infração, para os efeitos desta lei, toda a ação ou omissão que importe em inobservância pelo contribuinte, responsável ou intermediário de negócios, da legislação tributária relativa ao ICMS.

§ 1º - Respondem pela infração, conjunta ou isoladamente, todos os que de qualquer forma concorram para a sua prática ou dela se beneficiem.

§ 2º - A responsabilidade por infrações à legislação tributária relativa ao ICMS independe da intenção do contribuinte, responsável ou intermediário de negócio e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

### SEÇÃO II DAS PENALIDADES

Art. 68 - Os infratores à legislação do ICMS ficam sujeitos as seguintes penas:



I - multa;

II- suspensão temporária ou perda definitiva de benefícios fiscais, na forma explicitada em Instrução da Secretaria da Fazenda.

§ 1º - São aplicáveis as seguintes multas:

I - Equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto a recolher, - ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o total do imposto a recolher por ele declarado no documento a que se refere o § 4º do art. 58;

II - EQUIVALENTE A 60% (SESSENTA POR CENTO) DO VALOR DO IMPOSTO DEVIDO ao sujeito passivo que, nos casos não previstos no item anterior, deixar de pagar o imposto, no todo ou em parte, na forma e nos prazos previstos na legislação tributária.

III - EQUIVALENTE A 60% (SESSENTA POR CENTO) DO CRÉDITO:

a) indevidamente utilizado, sem prejuízo do respectivo estorno ao sujeito passivo que se beneficiar com a utilização do crédito do imposto, em desacordo com o disposto nesta lei.

b) transferido em desacordo com a legislação;

IV - EQUIVALENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR DAS MERCADORIAS OU SERVIÇOS:

a) ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a operações com mercadorias ou serviços sem débito do imposto;

b) ao sujeito passivo que transportar, estocar ou manter em depósito, mercadorias sem débito do imposto desacompanhadas da documentação fiscal regulamentar;

c) ao sujeito passivo que executar a prestação de serviços desacompanhados de documentação fiscal em operação sem débito do imposto.

V - EQUIVALENTE A 30% (TRINTA POR CENTO) DO VALOR DAS MERCADORIAS OU SERVIÇOS:

a) ao sujeito passivo que deixar de emitir ou entregar documento fiscal em relação a mercadoria ou serviços em operações com débito do imposto;

b) ao sujeito passivo que transportar, estocar ou manter em depósito mercadorias tributadas desacompanhadas da documentação fiscal regulamentar;

c) ao sujeito passivo que executar a prestação de serviços desacompanhados de documentação fiscal em operação com débito do imposto.

VI - EQUIVALENTE A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO VALOR DAS OPERAÇÕES OU PRESTAÇÕES INDICADAS NO DOCUMENTO FISCAL:

a) ao sujeito passivo que emitir, sem autorização expressa da legislação tributária, documento fiscal que não corresponda a uma saída de mercadoria, a uma transmissão de propriedade de mercadoria,

a uma entrada de mercadoria no estabelecimento, ou a uma prestação de serviço;

b) ao sujeito passivo que emitir, adulterar ou utilizar documento fiscal falso, bem como ao que consignar em documento fiscal, declaração falsa quanto ao estabelecimento de origem ou destino das mercadorias ou serviços;

c) ao sujeito passivo que utilizar documentos fiscais de contribuinte que tenha encerrado suas atividades.

VII - EQUIVALENTE A 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO VALOR EFETIVO DA OPERAÇÃO OU PRESTAÇÃO, ao sujeito passivo que consignar em documento fiscal importância diversa do efetivo valor da operação ou prestação, ou emitir documento fiscal, consignando valores diferentes nas respectivas vias.

VIII - EQUIVALENTE A 7% (SETE POR CENTO) DO VALOR DAS MERCADORIAS OU SERVIÇOS, ao sujeito passivo que:

a) transportar ou mantiver em estoque ou depósito, sem documentação fiscal regulamentar, produtos cujas operações sejam beneficiadas com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto;

b) prestar serviços desacompanhados de documentação fiscal em operações beneficiada com suspensão ou diferimento do pagamento do imposto.

IX - de 2 (DUAS) OTNs, POR DOCUMENTO FISCAL observado o mínimo estabelecido no § 4º deste artigo e o máximo de 25 (VINTE E CINCO) OTNs, ao sujeito passivo que promover a impressão para si ou para terceiros, fornecer, possuir ou guardar documento fiscal ainda não utilizado;

X - DE 4 (QUATRO) OTNs:

a) ao sujeito passivo que não apresentar dentro dos prazos estabelecidos na legislação tributária, o documento de Informação e Apuração do ICMS;

b) ao sujeito passivo que não requerer inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado antes do início das suas atividades;

c) ao sujeito passivo que deixar de preencher e entregar à Secretaria da Fazenda ou repartição que esta indicar, nos prazos estabelecidos, os demonstrativos regulamentares;

d) ao sujeito passivo que preencher documentos fiscais com omissões, incorreções, rasuras ou de forma ilegível;

e) ao sujeito passivo que substituir as vias dos documentos fiscais, em relação às suas respectivas destinações;

f) ao sujeito passivo que deixar de entregar à repartição fazendária de seu domicílio tributário, vias de documentos fiscais a ela destinados;

g) ao sujeito passivo que retirar do estabelecimento, livros, documentos fis-

cais, máquina registradora, terminal ponto de venda ou equipamentos similares sem autorização da Secretaria da Fazenda;

h) ao sujeito passivo que deixar de entregar ou remeter ao produtor no prazo estabelecido, as 1<sup>as</sup> e 2<sup>as</sup> vias das notas de entradas emitidas, e a 2<sup>a</sup> via da nota fiscal de produtor;

i) ao sujeito passivo que não comunicar à repartição fazendária, as alterações cadastrais, o reinício ou a paralisação temporária de suas atividades, bem como deixar de entregar os talonários de notas fiscais não utilizados, para custódia, até o reinício de suas operações;

j) ao sujeito passivo que não escriturar, na forma estabelecida na legislação tributária, as operações ou prestações sem débito do imposto;

l) ao sujeito passivo que não efetuar a escrituração dos livros fiscais nos prazos regulamentares;

m) ao sujeito passivo que utilizar documento fiscal cujas características extrínsecas não observem fidelidade com os requisitos mínimos estabelecidos na legislação;

n) ao agente que retirar do estabelecimento do usuário máquina registradora, terminal ponto de venda, ou equipamentos similares, sem emissão do respectivo atestado de intervenção;

#### XI - DE 7 (SETE) OTNs:

a) ao sujeito passivo que deixar de requerer a sua exclusão, do Cadastro de Contribuintes do Estado, no prazo fixado nesta lei, bem como deixar de entregar à repartição fazendária, para inutilização, os talonários e documentos fiscais não utilizados;

b) ao sujeito passivo que deixar de apresentar a repartição fiscal na forma da legislação, o documento referente à cessação de uso de máquina registradora, terminal ponto de venda ou equipamentos similares, ou ainda deixar de fazer as anotações necessárias no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências;

d) ao sujeito passivo que utilizar máquina registradora, terminal ponto de venda ou equipamento similar em desacordo com a legislação tributária;

e) ao agente que emitir atestado de intervenção em máquina registradora, terminal ponto de venda ou equipamento similar em desacordo com a legislação aplicável ou que nele consignar informações inexatas;

f) ao sujeito passivo que lançar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta lei, sem tê-lo ainda aproveitado, sem prejuízo do respectivo estorno;

g) comercialização de máquina registradora ao usuário final estabelecido nes-

te Estado;

#### XII - DE 12 (DOZE) OTNs:

a) ao sujeito passivo que não apresentar ou não mantiver em boa guarda, pelo período legal, na forma prevista na legislação, ou utilizar de forma indevida, livros e documentos, inclusive arquivos magnéticos;

b) ao sujeito passivo que fornecer informações inverídicas ao se inscrever como contribuinte ou ao requerer alteração cadastral;

#### XIII - DE 25 (VINTE E CINCO) OTNs:

a) ao contribuinte que utilizar, sem a autorização máquina registradora, terminal ponto de venda, sistema de processamento de dados ou equipamentos similares que emita nota fiscal ou cupom que a substitua, bem como aos que utilizá-los em estabelecimento diverso daquele para o qual tenha sido autorizado;

qual tenha sido autorizado;

b) ao contribuinte que utilizar máquina registro, terminal ponto de venda ou equipamentos similares sem os lacres de segurança ou os rompê-los, sem a observância da legislação;

c) ao agente que possuir, utilizar ou falsificar carimbo, impressos e equipamentos de uso exclusivo da Secretaria da Fazenda.

§ 2º - Na aplicação das multas previstas nos itens IV, V, VI, VII e VIII do § 1º deste artigo, a base de cálculo será atualizada pelos critérios desta lei, a partir da ocorrência da infração até a data da lavratura do auto de infração.

§ 3º - O prazo para pagamento das multas previstas neste artigo será:

I - o dia seguinte ao do vencimento do imposto, nas hipóteses do item I do § 1º, obedecidas as reduções concedidas pelo artigo 53.

II - 30 (trinta) dias contados da data da intimação do lançamento, nas demais hipóteses.

§ 4º - Sem prejuízo do disposto no artigo 53, o valor mínimo das multas é o equivalente ao de 4 (quatro) OTNs, em vigor na data da lavratura do auto de infração, desprezada a fração do Cz\$ 100,00 (cem cruzados).

§ 5º - No concurso de penalidades aplica-se a maior.

§ 6º - As infrações e penalidades indicadas no § 1º deste artigo serão lançadas em processo administrativo fiscal de instrução contraditória, na forma do parágrafo único do artigo 70, ressalvada a infração e multa prevista no item I, do § 1º deste artigo, que será objeto de processo administrativo-fiscal cujo rito especial e sumário está determinado no artigo 71.

#### SEÇÃO III

# DAS REINCIDÊNCIAS

Art. 69 - A reincidência sujeita o infrator à multa em dobro, aplicando-se sobre esta, em cada reincidência subsequente, o percentual de 20% (vinte por cento).

§ 1º - Ocorrida decisão condenatória na esfera administrativa em decorrência de infração prevista no artigo 68, aplicar-se-á a pena de reincidência à nova infração cometida ao mesmo dispositivo, pelo mesmo infrator, no prazo de 3 (três) anos contados da data da ciência daquela decisão.

§ 2º - Na reincidência à infração descrita no artigo 68, § 1º, item I, o prazo de 3 (três) anos de que trata o parágrafo anterior, inicia-se na data do encerramento automático do processo administrativo fiscal de rito sumário na forma do inciso II do artigo 71.

## CAPÍTULO XIV

### DO PROCESSO ADMINISTRATIVO-FISCAL

#### SEÇÃO I

##### INSTRUÇÃO CONTRADITÓRIA

Art. 70 - A apuração das infrações à legislação tributária e à aplicação das respectivas multas são procedidas através de processo administrativo-fiscal, organizado em forma de autos forenses, tendo as folhas numeradas e rubricadas e as peças que o compõem dispostas na ordem em que forem juntadas.

Parágrafo Único - O processo administrativo-fiscal de instrução contraditória obedecerá, em primeira instância, o seguinte procedimento e disposições:

#### I - PEÇA BÁSICA

O processo iniciar-se-á alternativamente.

- a) pelo auto de infração;
- b) pela representação;
- c) por denúncia escrita ou verbal reduzida a termo.

II - A Secretaria da Fazenda criará, através de Instrução, um sistema de controle, registro e acompanhamento dos processos iniciados.

#### III - AUTO DE INFRAÇÃO

O auto de infração será lavrado por funcionário da Coordenação da Receita do Estado, no exercício de função fiscalizadora, no momento em que for verificada infração à legislação tributária.

IV - O auto de infração não deve conter rasuras, entrelinhas ou emendas e nele se descreverá de forma precisa e clara, a infração averiguada, devendo nele constar:

- a) o local, a data e a hora da lavratura;
- b) a qualificação e identificação fiscal do autuado;
- c) o dispositivo infringido no artigo

68 e a penalidade aplicável nele estabelecida;

d) o valor do crédito tributário relativo ao ICMS, quando devido, demonstrado em relação a cada mês ou a período;

e) a assinatura do autuado, seu representante legal ou preposto;

f) determinação da exigência e a intimação para cumpri-la ou impugná-la no prazo de 30 (trinta) dias.

V - A assinatura do autuado não importa em confissão, nem sua falta ou recusa em nulidade do auto de infração ou em agravamento da penalidade.

VI - As eventuais falhas do auto de infração não acarretam nulidade, desde que permitam determinar com segurança a infração e o sujeito passivo.

#### VII - REPRESENTAÇÃO

A representação será lavrada por funcionário das repartições fazendárias que, em serviço interno, verificar a existência de infração à legislação tributária.

VIII - São aplicáveis à representação as mesmas disposições relativas ao auto de infração, exceto o requisito da letra "e" do item IV deste parágrafo.

#### IX - DENÚNCIA

A DENÚNCIA escrita deverá ter a qualificação do denunciante e do denunciado se conhecidos e relatar, inequivocamente, os fatos que constituem a infração.

X - Quando a denúncia for verbal, será reduzida a termo assinado pelo denunciante, em repartição fazendária competente.

#### XI - APREENSÃO

É admissível a apreensão de mercadorias e demais bens, livros e documentos como prova material da infração tributária, mediante termo de depósito.

XII - Se houver prova ou fundada suspeita de que as mercadorias e demais bens se encontram em residência particular, ou em dependência de qualquer estabelecimento, a fiscalização adotará cautelas necessárias para evitar a remoção clandestina e determinará providências para a busca e apreensão judiciária, se o morador ou detentor recusar-se a fazer a exibição dessas mercadorias e demais bens.

XIII - As mercadorias ou demais bens apreendidos ficam sob a custódia oficial do chefe da repartição fazendária por onde se iniciar o respectivo processo e poderão ser por este liberados mediante a satisfação pelo autuado, das exigências determinantes da apreensão, ou, se não atendidas, após a identificação exata do infrator da infração e das quantidades, espécies e valores das mercadorias ou demais bens.

XIV - Em relação à apreensão de livros e documentos fiscais ou sua correspondente lacração, será lavrado termo que constará do processo.

#### XV - INTIMAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO DA

**INSTÂNCIA**

A intimação para que o autuado integre a instância administrativa, far-se-á:

a) pessoalmente, mediante entrega à pessoa do próprio sujeito passivo, seu representante legal ou preposto, de cópia da peça básica do processo e dos levantamentos e outros documentos que lhe deram origem, exigindo-se recibo datado e assinado no original da peça básica;

b) por via oral ou telegráfica, com prova de recebimento ou por edital, publicado uma única vez no Diário Oficial do Estado, quando resultar improfícuo o meio referido na alínea "a".

XVI - Considera-se feita a intimação:

a) na data da ciência do intimado;

b) na data do recebimento, por via postal ou telegráfica, se a data for omitida, quinze dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica;

c) trinta dias da publicação do edital, se este for o meio utilizado.

**XVII - INÍCIO DO PROCESSO**

O processo administrativo-fiscal tem início e se formaliza na data em que o autuado integrar a instância com reclamação ou, na sua falta, ao término do prazo para a sua apresentação.

**XVIII - RECLAMAÇÃO**

A reclamação é a defesa apresentada, em cada processo, pelo autuado, no prazo de trinta dias, com efeito suspensivo, a contar da data em que se considera feita a intimação.

XIX - A reclamação apresentada tempestivamente supre eventual omissão ou defeito da intimação.

XX - A reclamação será protocolizada na repartição por onde correr a instrução do processo e nela o autuado aduzirá todas as razões e argumentos de sua defesa, juntando, desde logo, as provas que tiver.

XXI - Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, será declarada a revelia.

**XXII - ADITAMENTO OU RETIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO**

Se, após a lavratura do auto de infração e ainda no curso do processo, for verificada falta mais grave ou erro na capitulação da pena, será lavrado, no mesmo processo, termo de aditamento ou retificação, do qual será intimado o autuado, restituindo-se-lhe novo prazo de trinta dias para complementar a reclamação.

XXIII - CONTESTAÇÃO DA RECLAMAÇÃO: Apresentada a reclamação, o processo será encaminhado, em quarenta e oito horas, ao autor do procedimento, seu substituto ou funcionário designado, para se manifestar no prazo de dez dias, sobre as razões oferecidas pelo autuado.

**XXIV - DILIGÊNCIAS:**

O chefe da repartição, a requerimento do reclamante ou de ofício, poderá deter-

minar a realização de diligências ou requisitar documentos ou informações que forem julgadas úteis ao esclarecimento das circunstâncias discutidas no processo.

**XXV - RELATÓRIO:**

Constestada a reclamação e concluídas as eventuais diligências, será ultimada a instrução do processo, no prazo de até dez dias do recebimento, com relatório circunstanciado sobre a matéria discutida.

**XXVI - JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA:**

O julgamento do processo em primeira instância cabe ao Diretor da Coordenação da Receita do Estado da Secretaria da Fazenda.

XXVII - Antes de proferir a decisão, a autoridade administrativa poderá solicitar a audiência de órgão jurídico da Coordenação da Receita ou da Procuradoria Fiscal do Estado.

XXVIII - A competência decisória prevista no item XXVI deste parágrafo, poderá ser delegada.

**XXIX - DOS RECURSOS PARA SEGUNDA INSTÂNCIA:**

Os recursos ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais são:

a) "ex-officio", de decisão favorável ao contribuinte, desde que o montante do crédito tributário julgado improcedente seja superior a 40 (quarenta) OTN's do mês, da lavratura do auto de infração, caso em que será formalizado mediante manifestação obrigatória da autoridade prolatora da decisão no final desta;

b) ordinário, total ou parcial, em cada processo, com efeito suspensivo, pelo autuado, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da intimação da decisão.

XXX - As razões do recurso serão juntadas ao respectivo processo, para ulterior encaminhamento ao órgão de segunda instância.

XXXI - O recurso ordinário, mesmo preempção, será encaminhado ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, cabendo a este apreciar a preempção.

XXXII - O rito processual em segunda instância obedecerá as normas previstas em lei complementar.

**XXXIII - VISTA**

Em qualquer fase do processo, em primeira instância, é assegurado ao autuado o direito de vista na repartição fazendária onde tramitar o feito administrativo.

**XXXIV - DECISÕES FINAIS**

As decisões são finais e irreformáveis, na esfera administrativa, quando delas não caiba mais recurso ou se esgotarem os prazos para tal procedimento.

XXXV - Após decorrido o prazo para oferecimento de recurso, as decisões finais favoráveis ao Estado serão executadas mediante intimação do autuado pela Coordenação.

nação da Receita do Estado, para, no prazo de 30 (trinta) dias, cumprir a obrigação, sob pena de inscrição do débito em Dívida Ativa.

XXXVI - Os créditos tributários inscritos em Dívida Ativa serão cancelados com observância do disposto em Instrução da Secretaria da Fazenda nos casos:

a) exclusão do crédito tributário;

b) regularização de divergência de créditos tributários originados de processo administrativo-fiscal, de rito sumário.

XXXVII - Se o contribuinte concordar apenas parcialmente com o auto de infração ou com a decisão de primeira instância, poderá, respectivamente, oferecer reclamação ou interpor recurso ordinário, apenas em relação à parcela do crédito tributário contestado, desde que efetue, previamente, o pagamento da parte não contestada.

## SEÇÃO II

### DO RITO ESPECIAL DO

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO-FISCAL

Art. 71 - Quando ocorrer a infração descrita no item I, do § 1º, do artigo 68, o processo administrativo-fiscal para cobrança do ICMS e da multa obedecerá rito especial e sumário, em instância administrativa única, não cabendo, em consequência da declaração do próprio contribuinte no documento que trata o § 4º, do artigo 58, qualquer reclamação ou recurso.

Parágrafo Único - O processo administrativo-fiscal de rito sumário encerrar-se-á automaticamente:

I - com o pagamento total do imposto declarado, quando for o caso acrescido da multa, da correção monetária cabível e dos juros de mora devidos;

II - com a inscrição em dívida ativa do total ou das diferenças não pagas referentes ao imposto declarado ou a multa devida, se os mesmos não forem extintos até o término do prazo de que trata o artigo 55.

## CAPÍTULO XV

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 72 - A partir da eficácia desta lei todas as infrações à legislação tributária do ICMS serão apuradas de acordo com as normas processuais deste diploma legal e as penalidades a serem aplicadas obedecerão as leis da época em que ocorreram as infrações.

Parágrafo Único - As penalidades previstas nesta lei só retroagem quando forem menos severas que as previstas na lei vigente ao tempo da prática da infração.

Art. 73 - Quando, em função de pagamento insuficiente de crédito tributário, em relação aos recolhimentos bancários autorizados ou em repartição fazendária, for responsabilizado o agente de rendas, esta responsabilidade será ilidida, automática-

mente, pelo lançamento das diferenças em processo administrativo fiscal ou dívidas ativas.

Art. 74 - A Secretaria da Fazenda poderá celebrar acordos com órgãos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, bem como com entidades privadas, objetivando:

I - intercâmbio de informações econômico-fiscais;

II - interação nos programas de fiscalização tributária;

III - treinamento de pessoal especializado em administração e fiscalização tributária.

Art. 75 - Fica o Poder Executivo autorizado a promover campanha de estímulo à emissão de documentos fiscais, nas operações tributáveis relativas ao ICMS, mediante a distribuição de prêmios.

Art. 76 - Faça o Secretário da Fazenda autorizado, na forma do inciso III do artigo 172 do Código Tributário Nacional, a remeter créditos tributários atualizados, cujo valor seja inferior ao correspondente à multa mínima prevista nesta lei.

Art. 77 - Ficam revogadas as Leis nºs 6.364, de 29.12.72; 6.551, de 07.06.74; 6.638, de 29.11.74; 6.757, de 22.12.75; 6.859, de 28.12.76; 7.020, de 05.07.78; 7.032, de 19.09.78; 7.273, de 27.12.79; 7.476, de 01.07.81; 7.558, de 23.12.81; 7.624, de 05.07.82; 7.783, de 16.12.83; 7.816, de 29.12.83; 8.083, de 28.05.85; 8.084, de 05.06.85; 8.279, de 16.01.86; 8.324, de 30.05.86; 8.552, de 05.10.87; 8.901, de 29.11.88; o artigo 3º das Leis nºs 6.598, de 26.08.74 e 8.432, de 12.12.86 e demais disposições em contrário.

Art. 78 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 1º de março de 1989.

Ofício:

OF/DTL nº 251/88

Curitiba, 15 de dezembro de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de comunicar a essa Augusta Assembléia Legislativa que, no período compreendido entre 19 de dezembro de 1988 e 05 de janeiro de 1989, licenciarme-ei do exercício das funções de Governador do Estado, em cujo período o Senhor Vice-Governador assumirá as referidas funções.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1052

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário e com fundamento no disposto pelo Art. 100, do Regimento Interno REQUER Preferência de Discussão e Votação para os Projetos de Lei n° 331, 332, 333, 334 e 335/88, todos de autoria do Poder Executivo e constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 15.12.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO N° 1048

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, lhe seja concedida licença pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 12 de dezembro de 1988.

Sala das Sessões, em 15.12.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO N° 1053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a dispensa da discussão e votação da Redação Final para os projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão, e que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no parágrafo único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n° 116/86.

Sala das Sessões, em 15.12.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO N° 1060

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM após ouvido o Douto Plenário, que seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. ULYSSES VIGARÓ, ocorrido na localidade de Pato Branco.

Outrossim, pede-se que da deliberação desta Assembléia dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 15.12.88.

(aa) JOSÉ ROGÉRIO

LAURO LOBO ALCANTARA

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Ulysses Vigaró, pertencente a tradicional família de Pato Branco, deixa enorme lacuna com o seu falecimento.

#### REQUERIMENTO N° 1061

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no art. 134, § 1°, inciso IV, do Regimento Interno, REQUER que, após ouvido o Egrégio Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações à

Fanfarra Especial do Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas, da cidade de Ponta Grossa - PR, pela sua conquista do título de Vice-Campeão no 14° Festival da Juventude, realizado no mês de novembro, na cidade de Rio Negro-PR.

Sala das Sessões em 15.12.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

JUSTIFICATIVA:

No 14° Festival da Juventude, realizado no último mês de novembro, participaram as fanfarras de Rio Negro, Mafra, União da Vitória, São Bento do Sul e Ponta Grossa.

Composta por 54 elementos, divididos em instrumentos de percussão, metais ou melódicos e linha de frente, com um pistão, a Fanfarra Especial do Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas", de Ponta Grossa-PR, foi dirigida pelo seu Instrutor-Mor Professor Luis Alberto Martins de Freitas e, conseguiu conquistar o título de Vice-Campeão, tendo sido considerado pelos organizadores do evento, como a mais elegante em sua marcha, cadência e visual.

Tenho certeza de que, assim como eu próprio, a comunidade pontagrossense se sente honrada e gratificada pelo magnífico desempenho desses jovens, que tão bem souberam representar os campos gerais, sob a direção do Professor Luís Alberto Martins de Freitas.

É com imensa satisfação que registro meus sinceros parabéns a toda a equipe que compõem a Fanfarra Especial, estendendo minhas homenagens ao seu Instrutor-Mor e à Direção do Colégio Agrícola Estadual "Augusto Ribas".

Requeiro que cópia deste expediente seja encaminhada aos interessados.

#### REQUERIMENTO N° 1054

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência do Plenário, seja marcada a data de 23 de março de 1989, às 15 horas, para a realização de sessão solene que outorgará o título de Cidadão Honorário do Paraná ao empresário Jabur Abdalla, já devidamente aprovado por esta Casa de Leis e sancionado pelo Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 15.12.88.

(a) ANTÔNIO BELINATI

#### REQUERIMENTO N° 1055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, oficie-se ao Sr. Governador Álvaro Dias, ao Sr. Secretário de Estado da Administração, Mário Pereira, solicitando o cumprimento das determinações do Sr. Governador com relação aos funcionários da COHAPAR que inte-

ressam à SANEPAR.

Sala das Sessões, em 15.12.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

**JUSTIFICATIVA:**

Trata-se de autorização do Sr. Governador, para o aproveitamento de funcionários da COHAPAR em órgãos do Estado. Tal decisão ocorreu conforme despacho do Sr. Governador, protocolado sob o nº 528.396-5 (documentos em anexo); a fim de evitar demissões da COHAPAR até o momento a decisão governamental não foi acatada.

**REQUERIMENTO Nº 1059**

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Presidente da COHAPAR, solicitando dados a respeito do Programa Habitacional desenvolvido pela Companhia, na seguinte forma:

1. Quantos e quais são os Programas Habitacionais desenvolvidos pela COHAPAR, atualmente?

2. Quantos e quais projetos foram desenvolvidos pelo "Projeto Mutirão" - iniciados e concluídos - durante o Governo Álvaro Dias? Quantas unidades por projeto?

3. Quantos projetos estão em fase de execução? Onde estão localizados? Quantas unidades se pretende construir em cada um deles? E quantos foram iniciados?

4. Qual o montante de recursos disponíveis pela Companhia para desenvolver os programas em andamento? Qual a sua origem? Há aplicação no mercado financeiro? Qual o montante aplicado?

Os dados requeridos servirão para subsidiar discussão a respeito de um programa habitacional alternativo.

Sala das Sessões, em 15.12.88.

(a) PEDRO TONELLI

**REQUERIMENTO Nº 1058**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador Álvaro Fernandes Dias, apelando para que haja um reestudo no posicionamento do Paraná quanto à extinção do BRDE tendo em vista que o fechamento dessa casa de fomento seria deixar de estabelecer diretrizes vitais para o desenvolvimento de relevância regional.

Requer, outrossim, seja dada ciência da decisão da Casa à citada instituição bancária, à FIEP, FAEP, FETAEP e Associação Comercial.

Sala das Sessões, em 15.12.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 346/88**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o LAR ROSAS UNIDAS, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.88

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

**PROJETO DE LEI Nº 347/88**

Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam enquadradas como microempresas os estabelecimentos comerciais e industriais de empresas que tiverem receita bruta igual ou inferior a 10 (dez) mil OTN's para efeitos de enquadramento especial no recolhimento do ICM.

Na da lei 8.552.

§ 1º - Para os efeitos previstos neste art. tomar-se-á como referência o valor da OTN corrigida mês a mês, devendo a receita bruta da empresa ser apurada no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro, ou proporcionalmente aos meses de atividades exercidas no ano em curso.

§ 2º - Entende-se como receita bruta, para fins do disposto neste art., os valores das compras de mercadorias acrescidas das seguintes estimativas de lucro:

a) 30% ao comerciante.

b) 30% sobre a somatória dos valores da matéria-prima e outras mercadorias com o valor da mão-de-obra, ao industrial.

c) 30% sobre o valor da mão-de-obra, acrescidas dos custos operacionais para os prestadores de serviços.

Art. 2º - Não se incluem no regime previsto nesta lei as empresas:

a) Constituídas sob a forma de sociedade por ações.

b) Em que o titular seja sócio pessoa jurídica ou, ainda física domiciliada no exterior.

c) que participe do capital de outra pessoa jurídica, ressalvados os investimentos provenientes incentivos efetuados antes da lei 8.084, de 05.06.85 e das demais resoluções federais que atualizaram a referida lei.

d) cujo titular ou sócio participe, com mais de 5% do capital de outra empresa, desde que a somatória da receita bruta dessas empresas não ultrapasse o limite fixado no artigo anterior.

e) que realize operações relativas a:

- Importação de produtos estrangeiros

- Armazenamento e depósito de produtos de terceiros

- Produção, exploração ou exportação



de produtos.

f) Que possuam estabelecimento em outra Unidade da Unidade da Federação.

Art. 3º - Os estabelecimentos de empresas inscritos no cadastro do IVCM que se julgar incluídos como microempresa não foram desta lei, deverão requerer como tal na Agência de Rendas de seu domicílio tributário.

Parágrafo Único - Nos casos em que o estabelecimento inscrever-se no CAAD/ICM como contribuinte normal e, no mesmo exercício pretender enquadrar-se no regime de microempresa, a proporcionalidade referida no art. 1º § 1º, será apurada com base no valor da OTN do mês em exercício do requerimento.

Art. 4º - Os estabelecimentos enquadrados na categoria de micro empresa na forma desta lei, ficam isentos do ICM em relação as saídas, em operações internas, de mercadorias que promoveram o fornecimento de alimentação que realizaram.

Parágrafo Único - A isenção referida neste item não se estende às saídas de mercadorias incluídas no regimento de substituição tributária, devendo ao substituto eleito, proceder a retenção e o pagamento do imposto incidente na subsequente operação a ser praticada pelo estabelecimento de microempresa, conforme dispuser a norma específica neste sentido.

Art. 5º - A microempresa que ultrapassar o limite da receita bruta admitida ou descumprir das condições necessárias para sua manutenção no regime, estará automaticamente excluída do tratamento tributário previsto nesta lei.

Art. 6º - Deverá a Secretaria da Fazenda baixar instrução normativa, no prazo de 30 dias a contar da publicação da presente lei, que possibilitem sua plena vigência.

Art. 7º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15.12.88

(a) PAULINO JOSÉ DELAZERI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está aberta a sessão. Lida e aprovada a Ata. Está finda a leitura do expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, Vossa Excelência democrata como é na condução dos trabalhos, tem aberto à Casa a possibilidade dos Senhores Deputados usarem da palavra no Pequeno e no Grande Expediente. Entretanto, isto fere dispositivos constitucionais, Senhor Presidente, porque o período extraordinário é convocado exclusivamente para prestação da matéria constata do Edital de Convocação. Não existe expediente.

Então, não há razão de haver oradores no Pequeno e no Grande Expediente; não

existe expediente. Admitir-se-ia ainda que fosse concedida a palavra pela Mesa, no Horário destinado às Lideranças, mas no Pequeno e no Grande Expediente não há nenhum embasamento legal para que a Mesa continue com essa concessão a Casa.

Era a questão de ordem que eu tinha a levantar, Senhor Presidente.

O SR. RAUL LOPES - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, fiquei atento à observação do nosso prezado Deputado Erondy, e evidentemente ele tem razão. Todavia, numa situação especial, os casos omissos, dado a um momento, a expectativa, e não existindo uma outra forma que não seja esta tribuna, este Deputado sente-se no direito e no dever de expressar a sua manifestação face aos acontecimentos que vêm ocorrendo na Segurança Pública, razão pela qual reitero à Mesa que atenda gentilmente, evidente, o pedido de inscrição para ocupar a tribuna em data de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa, em caráter excepcional e na sessão de hoje, dará a palavra na Hora do Pequeno Expediente, no Grande Expediente e no Horário das Lideranças, e a partir da próxima sessão a Mesa vai atender a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Erondy Silvério.

No Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mais uma vez ocupo esta tribuna e o assunto, como de praxe, é a Segurança Pública no Estado do Paraná.

E como não poderia deixar de ser, a análise e a avaliação de um documento publicado e tornado público ontem na "Folha de Londrina", em que aqui, por ocasião do nosso pronunciamento, em ato contínuo, fazia no meu gabinete diretamente à "Folha de Londrina" algumas observações sobre o meu pronunciamento. E ao lado o Governador afirmava que não mudaria absolutamente nada na Segurança Pública.

Quero dizer aos companheiros, em especial ao Governador do Estado, que não estou fazendo pressão, quero crer, que se assim seja, o Governador está entendendo diferente. Não é pressão, e peço para ele não confundir pressão com recomendação. São duas coisas totalmente distintas, cujos significados, etimologicamente no vernáculo, são bem diferentes. Eu quero tão somente observá-los, chamá-los assim a atenção para o que vem ocorrendo, evidentemente.

No artigo contestador o Governador diz que forças à margem, e forças à margem ele me inclui, a mim, ao meu companheiro Coro-

nel Mastech e Coronel Furquim, o Coronel Mastech Presidente de uma Associação e o Coronel Furquim de um Clube, e este o representante classista eleito com 29 mil votos pela nossa querida Corporação.

Então, estou aqui no meu direito pleno de Parlamentar, representando democraticamente e chamando a atenção pelo que vem acontecendo. Já eclode no Brasil e não pelas formas disciplinares com que foram tomadas no Rio e em Brasília e naturalmente vai servir de exemplo aqui. Aqui a situação é diferente, e não vejo porque um homem público como hoje me constituo e sempre me constitui de poder ocupar esta tribuna e expressar o meu pensamento, mesmo hoje estando fora da Corporação.

Eu não me desliguei da Corporação. Sou Oficial da Reserva ativa posso ser mobilizado, convocado a qualquer momento e a qualquer instante e posso, no exercício da minha função, desenvolver, agora mais do que nunca, como Parlamentar. Não é tolhido o direito de um cidadão, um homem público, quer seja civil ou militar de assim se manifestar. Eu vou dar um exemplo aqui. Homens públicos, que foram governadores do Estado, como e eu escrevi o nome dos companheiros: Canet, João Elísio, Emílio Gomes, João Mansur, Hosquen de Novaes, Ney Braga e etc., hoje à frente de empresas privadas no exercício de suas funções, nunca deixaram de militar na política, assessorar, orientar, assistir, quando for necessário. Não vejo por quê este companheiro não pode fazer o mesmo. Não quero indiscutivelmente tumultuar, sublevar, subverter o processo. Quero sim, mostrar que um homem capaz não tem sido feliz, não se conduzindo a contento à frente dos negócios da segurança pública. Quero salvar o Governador, antes que algum mal drástico, crítico venha lhe acontecer. Por muito menos, eu digo, ele montou algumas situações e substituiu alguns Secretários, alguns assessores. Não vejo por que essa forma de o Governador assim entender, repetir o que disse ontem aqui nesta tribuna. Os requisitos básicos escolhidos pelo Governador para a escolha do seu assessoramento, não preenche nesta área, o terceiro, que é a capacidade.

Era isso, Senhor Presidente, o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Pequeno Expediente está encerrado. No Grande Expediente, concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, demais presentes à sessão desta quinta-feira, sessão esta de extrema importância para o Paraná, onde teremos pela frente, certamente, na parte

da tarde, discutindo e votando matérias que são de suma importância para o Paraná e para os paranaenses.

Ocupo esta tribuna nesta data, neste Grande Expediente, para chamar a atenção deste Parlamento, desta Casa Legislativa, desta Casa política, para denunciar e para pedir providências sobre assuntos, temas e práticas que na nossa mente já deveriam estar esquecidas e que continuam acontecendo apesar de contrariar a nova Constituição, mas que continuam acontecendo no nosso Estado.

Por isso, este Parlamentar não pode fugir ao momento histórico e trazer ao conhecimento e pedir providências que certamente deve preocupar a maioria, para não dizer todos os Deputados que compõem esta Casa Política.

Ocupo esta tribuna para fazer uma denúncia do nosso ponto de vista, gravíssima, pois a partir do golpe de 64 o Brasil viveu um dos piores momentos da sua História. O Brasil viveu uma verdadeira guerra suja, onde os cidadãos brasileiros eram violentados, seqüestrados, torturados e não raras vezes assassinados pelos aparelhos repressivos do Estado constituídos e que aqui se enraizaram e infelizmente ainda continuam vivendo em nosso País.

Nesse período - todos lembram o Serviço de Informações do Exército, o Serviço Nacional de Informações, os órgãos de informações instalados inclusive no interior das Universidades brasileiras, promoveram uma verdadeira "caça às bruxas". Os agentes de informação se infiltravam em todas as instituições sociais, nos movimentos populares, no movimento sindical e até na própria Igreja. Durante este triste período da Ditadura, os arquivos do Serviço Nacional de Informações ficaram abarrotados de fichários contendo informações escabrosas sobre milhões de brasileiros. Sintomaticamente a última edição da Revista "Veja" dá um panorama exato dessa parafernália que se criou em torno do Serviço Nacional de Informações.

Depois que os mandatários militares iniciaram o processo de distensão da Ditadura, ardilosamente denominado de "abertura democrática", vieram a público uma pequena parte dos crimes praticados pelo Estado. O histórico livro "Brasil nunca mais" resgata uma pequena parte dessa história de barbaridades acontecidas, histórias essas de insanidade.

Há poucos dias assistimos o lançamento do livro "Resistência Democrática" que conta a história da repressão no Paraná. Esta publicação serve também para lançar luzes sobre o período sombrio da Ditadura. As feridas deixadas pelo terror do Estado praticada contra os cidadãos durante vinte

anos de regime militar, não podem ser esquecidas de forma nenhuma. Muitas famílias convivem com a ausência de entes queridos massacrados pelo aparelho repressor.

Concluída esta introdução, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vamos aos fatos. Estamos realmente chocados com a sordez da história que passamos a relatar. Não porque acreditávamos que os órgãos de informações tivessem sido desativados; muito pelo contrário, o nosso espanto se deve às dimensões assumidas pelo patrulhamento ideológico dos cidadãos.

Essa história que nos faz mergulhar nas lembranças mais terríveis do período repressivo, teve início no dia 30 de março de 1987, na pacífica cidade de Toledo, na região Oeste do Estado do Paraná. Naquele dia, o então diretor de Recursos Humanos da Frigobrás - Cia Brasileira de Frigoríficos - mais conhecida como SADIA, o Senhor Leonildo Baggio, contratou o policial militar reformado, denominado Milton Gomes Pereira, para exercer a função de "Informante". Para desempenhar essa função o cabo Milton receberia um salário de Cz\$ 4.612,00 equivalente a pouco mais de três salários-mínimos, naquela data. Ainda neste primeiro encontro, o Senhor Baggio entregou um relatório escrito de próprio punho contendo as instruções e as especificações do "trabalho" que o Cabo Milton deveria desenvolver, os quais eram sigilosas tarefas.

Tenho em mãos, cópia do documento original, onde o Senhor Baggio incumbia o informante recém-contratado de fiscalizar as atividades dos Sindicatos do Comércio, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do Sindicato dos Bancários, do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria e Alimentação de Toledo. Milton foi incumbido também de obter as seguintes informações: identificar a ideologia política dos dirigentes sindicais, as vinculações com sindicatos, bem como, o envolvimento desses sindicatos com as centrais sindicais e relatar todos os trabalhos sindicais praticados pelos sindicatos de Toledo.

Era esse o patrulhamento ideológico, que era o cargo incumbido àquele Cabo. Mas, o Senhor Baggio, diretor-encarregado da Sadia, incumbiu ainda o cabo Milton de obter informações sobre o envolvimento de funcionários com tóxicos e o comportamento dos mesmos na sociedade.

O Senhor Baggio exigiu um rigoroso acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Igreja em Toledo; pediu que o cabo Milton acompanhasse os movimentos coordenados pela Igreja, bem como a Pastoral operária, o movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, e, deveria ainda identificar e relatar ao Senhor Baggio, os funcionários da Sadia, que estariam envolvi-

dos com as atividades da Igreja.

Finalmente o cabo Milton também recebeu a tarefa de espionar as atividades desenvolvidas pelos Partidos Políticos de esquerda: O Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil e, especialmente o Partido dos Trabalhadores.

O Senhor Baggio encarregou o cabo Milton de observar especialmente se aqueles partidos estavam propagando ideologias ou insuflando os operários contra a Sadia ou contra outras empresas.

O agente contratado pela Sadia, recebeu ordens de identificar e delatar todos os funcionários da Empresa, que são ao todo cerca de 5 mil, que estivessem participando de partidos políticos, principalmente, partidos de esquerda, movimentos populares e sindicais ou que proferissem críticas às normas da Empresa. O cabo Milton também foi responsabilizado de acompanhar as Associações de Moradores ou Associações de Amigos de Bairro, ou Comunidades Eclesiais de Base.

Além disso, ficou particularmente recomendado que o cabo Milton deveria dar atenção especial aos movimentos do companheiro Henrique Pizzolatto, Presidente do Sindicato dos Bancários de Toledo e da direção Estadual da Central Única dos Trabalhadores.

Antes de prosseguir com este relato, gostaria de mencionar que a contratação do Cabo Milton foi intermediada pelo próprio Diretor da Sadia de Toledo, o Senhor Pedrinho Antônio Furlan. Também é bom esclarecer que o cabo Milton foi contratado como "autônomo", para não levantar maiores suspeitas, já que o seu trabalho era muito sigiloso.

Temos em mãos e na íntegra o depoimento prestado pelo cabo Milton ao repórter do Jornal "O Paraná", sucursal de Toledo, jornal esse com sede em Cascavel. Ele justifica a aceitação deste serviço como forma para resolver seus problemas financeiros, uma vez que sua aposentadoria era insuficiente à sua sobrevivência e à da sua família. Ainda no seu primeiro encontro com o Senhor Baggio, o cabo Milton ficou encarregado de apresentar dois relatórios semanais por escrito. Para garantir o sigilo, o próprio Baggio encarregou-se de apanhar os relatórios na casa do informante.

Depois deste acerto, o cabo Milton foi a campo. Desde o início, o PT passou a ser o partido mais visado e o cabo Milton passou a frequentar todas as reuniões do nosso partido, conforme ele próprio relata em seu depoimento. Ele manifesta seu estranhamento de que a diretoria da SADIA tinha informações sobre todas as reuniões do PT, o que o levou a levantar suspeita de que não era o único agente contratado pela em-

presa. Não demorou muito para que o cabo Milton participasse do PT, incentivado pelo próprio Senhor Baggio, que ordenou que ele não poderia se candidatar a qualquer cargo eletivo ou de direção no partido.

Durante um ano e oito meses, o cabo Milton continuou fazendo dois relatórios semanais e encaminhando os documentos ao Senhor Baggio. Durante um certo tempo, o diretor da SADIA apanhou os relatórios na casa do informante, que visitava depois das 16:00 horas, às segundas e quintas-feiras. Mas, temendo levantar algumas suspeitas pela sua presença no bairro, o Senhor Baggio orientou o cabo Milton para que enviasse seus relatórios através do Correio. Temos em nossas mãos cópia do cartão pessoal do Senhor Leonildo Baggio, anotado no verso, de próprio punho, o seu telefone residencial e o do Senhor Pedrinho Furlan dirigente da empresa Sadia. A caixa postal indicada para o envio dos relatórios era a de número 224. No envelope deveria constar o endereçamento ao Senhor Leonildo Baggio, acompanhado da anotação "Confidencial/Particular". Assim, apenas ele poderia abrir os envelopes.

De acordo com o depoimento do cabo Milton, o Senhor Baggio lhe disse que destruiu os documentos após lê-los. Até o dia 06 de outubro de 1988, o cabo Milton enviou semanalmente seus relatórios. Nesse período de informante da SADIA, Milton viu o Padre André, ouvindo seus sermões nas igrejas e acompanhando seu trabalho apostólico para posteriormente informar a direção da SADIA. O cabo Milton confessa que delatou muitos funcionários da SADIA envolvidos com movimentos sociais, principalmente a Pastoral Operária. Ele frequentava as reuniões da pastoral no pavilhão da Igreja da Vila Boa Esperança. Todos os funcionários da SADIA envolvidos com estas reuniões eram delatados e o Senhor Baggio se encarregava de demiti-los sumariamente. Como aconteceu no ano passado quando nesta tribuna nós denunciávamos.

Mas uma vez, o cabo Milton levanta suspeita de que não trabalhava sozinho, pois admite que as informações fornecidas por ele, através dos seus relatórios, já eram do conhecimento da empresa. Em certa altura do seu depoimento, o repórter faz a seguinte pergunta ao cabo Milton: "Você acha então que pode ter mais gente fazendo o mesmo serviço? Ou pode ter uma equipe dentro da SADIA contratada especialmente para vigiar as pessoas?". A resposta do informante é convincente. Ele disse textualmente: "Eu ouvi o Senhor Leonildo Baggio dizer que havia mais gente fazendo este trabalho, só não sei se são daqui de Toledo. Ele disse também que eles não me conheciam e que nem eu os conhecia, mas que existiam".

Para desenvolver seu trabalho de espião, o cabo Milton foi encarregado de frequentar certos locais muito populares em Toledo. Foi assim que o cabo Milton frequentou por algum tempo o Bar Capri, de propriedade do pai do Deputado Nelton Friedrich, a Padaria Quincas e o Bar do Pedro Brum. Nestes locais, o informante participava das conversas e procurava obter alguma informação que interessasse aos diretores da SADIA.

O pacto firmado entre o cabo Milton e o Senhor Baggio, começou a ser rompido por questões salariais. O cabo Milton relata que começou o seu trabalho com um bom salário. Ganhava mais de três vezes acima do que os funcionários da SADIA. No entanto, ele acusa o Senhor Baggio de não ter cumprido o acordo, já que o seu salário sofreu uma defasagem progressiva. O cabo Milton reclama que o seu trabalho exigia dedicação 24 horas por dia.

O cabo Milton não tinha vínculo empregatício e recebia seu pagamento através de cheques nominais. Porém, com a saída do Senhor Leonildo Baggio, da SADIA, contratado pela COPAGRO, a Gerência de Recursos Humanos foi ocupada por Antônio Hejames Nardi e a situação do cabo Milton passou a ficar complicada. Ele passou a receber em dinheiro vivo, para evitar suspeitas. Já que os bancários poderiam desconfiar. Outros cuidados adotados pela diretoria da SADIA para resguardar o sigilo sobre o informante, foi proibi-lo de fazer compras no açougue e supermercado-cooperativa dos funcionários. Em troca, o agente teve assistência médica e odontológica completa. O Senhor Pedrinho Furlan também foi transferido para Paranaguá, e os relatórios do cabo Milton passaram a ser recebidos pelo Senhor Antônio Nardi que os encaminhava ao Senhor Walter Scarpin, novo diretor da SADIA em Toledo.

Essa história macabra veio a público no início deste mês, quando o Senhor Milton Gomes Pereira procurou o advogado e vereador Luiz Carlos Schoeder para ingressar na justiça com uma reclamatória trabalhista, exigindo uma indenização da SADIA no valor de Cz\$ 6.044.470,35. Temos em mãos cópia desta reclamatória trabalhista, que relata exatamente os fatos que acabamos de narrar. Também cópia de documentos anexados ao processo, incluindo os recibos assinados pelo cabo Milton. A SADIA efetuava o pagamento ao PM reformado por serviços de "treinamento de pessoal". O último pagamento, que representa o acerto de contas final, é datado do dia 06 de dezembro 1988, portanto a exatamente dez dias. Trata-se de um cheque nominal do Banco Baneado, no valor de Cz\$ 300.256,00.

Mas, nossa denúncia não terminou ainda. Temos outra que nos parece igualmente

gravíssima e coincidentemente envolvendo mais uma vez a SADIA. Temos em mãos, a nota de lançamento n. 13.444, emitida no dia 17 de outubro de 1986, portanto às vésperas do pleito daquele ano, onde o grupo SADIA transfere ao Diretório Estadual do PMDB a quantia de 250 mil cruzados. Este valor corrigido daria hoje cerca de 12 milhões e 800 mil cruzados. Essa verba está registrada no controle contábil do Moinho da Lapa S/A., localizada no município de Dois Vizinhos e pertencente ao Grupo SADIA.

Este documento está em nossas mãos há muito tempo e agora o tornamos público porque existe uma estranha ligação com o que aconteceu em Toledo. Não é segredo para ninguém que a SADIA financiou a campanha de muita gente. O lobby agropecuario tem dado provas do seu poderio. Então, se a SADIA é financiadora do PMDB, esta sordida prática de espionagem registrada em Toledo deixa de ser apenas uma prática ilegal de um poderoso grupo econômico para constituir-se num fato de dimensões políticas ainda imprevisíveis.

Estamos sendo muito conseqüentes nesta denúncia, calçados em provas irrefutáveis. Queremos alertar os parlamentares desta Casa das perseguições que poderão ser desencadeadas a partir de agora, pois temos consciência de que estamos mexendo com interesses poderosíssimos.

Não é atoa que nós percebemos no ano passado, perseguições a dirigentes, demissões ao pessoal que trabalhou na SADIA e que foram perseguidos, demitidos e que ninguém assumiu a defesa daqueles trabalhadores.

Portanto, desconfiamos seriamente dessa ligação empresarial e política que existe entre esses grupos econômicos e o Poder que governa, certamente estes grupos econômicos que financiaram a campanha do PMDB, estão recebendo ...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, nobre Deputado. Estão recebendo, neste Governo os seus dividendos, agora estamos chegando a conclusões do porque dessa política macia em relação a alguns grupos econômicos deste Estado, que têm facilidade em dilatar os seus prazos de recolhimento de ICM, e facilidade de receber benesses às custas dos cofres públicos.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados é que trazemos estas denúncias, com provas, para que nos preocupemos e que de hora em diante a nova Constituição seja cumprida! E temos responsabilidade de fazer cumprir a nova Constituição, aqui no Estado do Paraná, pois, bem no seu início,

no Artigo 5º diz o seguinte:

"ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa, senão em virtude da Lei".

Diz também ...

"É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato".

Diz mais também ...

"É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida na forma da lei a proteção nos locais de culto e as suas liturgias. E diz mais: "Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se da obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa fixada em lei".

No item 10, do artigo 5º diz o seguinte: "São invioláveis a intimidade e a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação".

No item 17, também diz o seguinte: "É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar". Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o que a Sadia está praticando em Toledo, é contra os princípios constitucionais e contra os direitos dos cidadãos garantidos no artigo 5º dessa mesma Constituição.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é grave o que nós denunciamos e é preciso que construamos um tempo novo, um tempo em que os direitos e os deveres das pessoas sejam respeitados. Os vinte anos do AI-5 temos que sepultá-las. Não é mais tempo de vigência do AI-5. Nós vivemos um tempo novo.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato, que havia solicitado anteriormente.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Como é praxe de Vossa Excelência, sempre ceder-me apenas meio minuto eu vou agradecer porque Vossa Excelência continua sendo antedemocrático.

Obrigado.

O SR. RAUL LOPES - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Uma explicação aos companheiros, que têm-me assistido nesta tribuna, onde tenho usado quase que diariamente e hoje ainda, para fazer algumas observações e ela tem sido quase que dirigida ao Governador. Quero tornar público que como Deputado, defendo com uma garra que sempre me foi peculiar o destino do serviço que exerci ao longo dos meus 33 anos de carreira. Ra-

são pela qual, mesmo à margem desse processo como diz o Governador, não me furto do direito de assim fazer, como eu disse na tribuna.

Quero tornar público aos companheiros, que estou parece que em rota de colisão com o Governador, mas continuo ainda no PMDB, nem que para tal tenha que me tornar independente dele.

Era isto o que eu queria dizer.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, mais dois minutos para concluir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa lhe concede dois minutos para concluir.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Para concluir, Senhor Presidente, está aí a denúncia dos fatos que estão ocorrendo aqui no Estado do Paraná.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede-me um aparte? E se tiver dois minutos eu aceito os dois minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, peço que me garanta a palavra.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência concede-me um aparte. GANHOU DOIS MINUTOS E ESSES DOIS MINUTOS SERIAM SUFICIENTES.

O SR. PEDRO TONELLI - Eu lhe concedi e Vossa Excelência não o usou.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Mas Vossa Excelência, ganhou dois minutos a mais da Presidência. Então, acho que Vossa Excelência podia ceder-me democraticamente esses dois minutos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, vou encaminhar e estou encaminhando relatório às autoridades competentes...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu solicito de Vossa Excelência os dois minutos.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, o meu ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, não fez uso dos minutos que lhe concedeu o orador da tribuna, portanto não tem razão Sua Excelência e nem amparo regimental em insistir no aparte dentro dos

dois minutos que Vossa Excelência concedeu ao orador.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Não houve minutos, companheiro, foi apenas meio minuto que foi cedido.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, quero dizer o seguinte: que o Deputado Manfrinato, tem uma tribuna aberta lá em Cianorte para convencer a população de lá. Aqui, eu cedi o aparte e ele não usou. Infelizmente, não tem mais aparte.

O Sr. Dirceu Manfrinato - A tribuna ela me cabe o direito, como Vossa Excelência na Assembléia Legislativa.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, estou encaminhando um relatório acompanhado de todos os documentos que dão sustentação a essa denúncia ao Secretário de Segurança do Estado do Paraná. Ele vai receber de nossas mãos, e esperamos também que a Superintendência da Polícia Federal cumpra a nova Constituição. Estamos convictos de que a história denunciada pelo cabo Milton, não é um fato isolado, pois essa rede de espionagem, montada pela Sadia, fere profundamente os princípios democráticos que a sociedade persegue a muito tempo. Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, estou encaminhando relatório à Polícia Federal, ao Secretário de Segurança, e gostaria de ter o empenho dos nobres parlamentares, para que fatos desse tipo não ocorram mais no Estado do Paraná. Era isso, Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças. Com a palavra a representação do PT, PDS, PDC.

Com a palavra o nobre Deputado Edmar Luiz Costa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, usando a tribuna desta Casa no mês de agosto deste ano, denunciei irregularidades no DECON a respeito da transmissão de recursos às diversas Prefeituras de nosso Estado. Na ocasião, o nobre Deputado Nestor Baptista como Líder do Governo, adiantou a esta Casa que os devidos esclarecimentos seriam trazidos ao Legislativo. Desde o dia 23 de agosto até hoje, nenhuma informação foi prestada pelo Executivo a respeito da retenção indevida pelo DECON, de recursos que deveriam ser transmitidos às diversas prefeituras do Paraná, fatos que geraram prejuízos enormes à educação no Paraná.

Após as eleições, Senhor Presidente, denunciei através de requerimento nesta



Casa e pedi informações à COPEL, relativamente a um incêndio verificado em áreas rurais do Município de Grandes Rios, que ocasionaram sérios prejuízos aos agricultores, a queda de uma linha de transmissão. Até agora a COPEL não se dignou a dar uma informação sequer. Isso faz-nos crer que a assessoria do Governador do Estado realmente não quer prestar informações ao Poder Legislativo.

Ainda durante esse período extraordinário, Senhor Presidente, farei um requerimento que quase tenho certeza, também terá o mesmo destino, não receberei as informações, e se não as receber no prazo devido ao início do próximo período Legislativo sobre o assunto, eu requererei a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O que pretendo dizer Senhor Presidente, diz respeito à LOTOPAR. Pela documentação que possuo, ainda este ano foi renovado um contrato entre a LOTOPAR e uma empresa chamada Racimec Informática Brasileira S.A., com sede no Rio de Janeiro, para fornecimento das máquinas e manutenção das mesmas para o serviço da LOTOPAR.

Essa empresa, segundo contrato assinado com a LOTOPAR, leva exatamente 1,2% da renda bruta de cada sorteio da LOTOPAR. Não sei se 1,2% é uma rentabilidade correta ou não, mas o que deixa muito a desejar é o comportamento do Governo do Estado a respeito da matéria, porque o contrato foi firmado, foi renovado sem a existência de concorrência pública; a firma é do Rio de Janeiro, e ao que tudo indica no próprio Estado do Paraná, existiriam empresas interessadas e em condições de fornecer o mesmo serviço. Ora! Entregar-se um contrato desta natureza, dando a remuneração de 1,2% da renda bruta de todo o sorteio da LOTOPAR para uma empresa do Rio de Janeiro sem concorrência pública, faz com que pelo menos alguma desconfiança paire no ar. Eu entrarei, na próxima semana, com um requerimento solicitando as informações e se elas não vierem nós seremos forçados a solicitar aos colegas Deputados número suficiente de assinaturas para investigarmos um pouco o serviço de Loterias do Estado do Paraná, pois sabemos que quando foi instituída a LOTOPAR criou-se um sistema que deve ter dado um prejuízo enorme até que foi reformulado, a própria loteria estadual acompanhando as loterias de todo Brasil os prêmios eram dados aos números com cinco algarismos, inventou-se um sistema de seis, deve ter dado prejuízo e retornou-se ao sistema antigo. Acho que o serviço de loterias do Estado do Paraná merece a atenção fiscalizadora deste Legislativo.

Concedo aparte ao ilustre Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Edmar, Vossa Excelência, recentemente fazendo referências à LOTOPAR e aos jogos de uma maneira geral no Paraná ainda se referia à participação que a assistência social do Paraná em virtude de um acordo de cavaleiros entre o Governo e o Sr. Álvaro Dias com os que lideram o jogo do bicho no Paraná de um depósito com conta cujo número é conhecido no Paraná no Banco do Estado, um depósito da área social. De repente o Governo do Estado rompeu o acordo, disse que o seu Governo não aceitava mais esse tipo de contribuição porque não era lícita, e o jogo do bicho continua e vai continuar no Paraná, ele já está oficializado no Brasil, não no Paraná. Agora o que nos intriga e para como um subsídio a Vossa Excelência que também é sua preocupação, é saber onde vai o resultado daqueles recursos que eram depositados até o ano passado quero crer, enquanto entrou na conta do Estado em favor da Secretaria da Ação Social, para onde está indo esse dinheiro. Ora, o jogo continua, não se deposita mais em favor das obras e dos serviços sociais de assistência social no Paraná, onde é que está esse dinheiro?

Vossa Excelência na oportunidade deve fazer essa inquirição.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Eu voltarei ao assunto nobre Deputado, mas é interessante destacar, não sei se foi feito o acordo ou se houve rompimento do acordo, mas quando se fez o acordo alterou-se o sistema de pagamento aos agenciadores do jogo do bicho e ao próprio apostador, e se houve rompimento do acordo não se rompeu essas novas regras de remuneração, o que faz presumir que existe um acordo, quem sabe não oficial, não com o Governo, com alguém. Isso precisa ser investigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A representação do PFL com a palavra.  
Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, li num dos jornais de grande circulação do Paraná ainda hoje um depoimento, uma declaração do ilustre Deputado Erondy Silvério de que em função da nova Constituição Federal o Poder Legislativo tem necessidade premente de ser competente, capacitar-se então para as atribuições que lhe são conferidas pela nova Constituição. E inquiria o Deputado Erondy Silvério como é que a Assembléia Legislativa pode exercer fiscalização rigorosa ao Executivo? Como pode acompanhar o desenvolvimento das despesas orçamentárias do Estado? E os projetos todos, as proposições todas que dizem respeito especialmen-



te nesta área financeira que tramitam e que venham a tramitar nesta Casa?

Realmente o Deputado Erondy Silvério tem muita razão e faz até em forma de advertência para o Poder Legislativo. E eu gostaria também, neste enfoque que faz o ilustre Deputado Erondy Silvério referir-me às proposições, às mensagens que, na Ordem do Dia traz hoje em seu bojo, em 1.<sup>a</sup> Discussão.

É evidente que, nesta oportunidade, na 1.<sup>a</sup> Discussão deve esta Casa, o seu Plenário analisar o seu aspecto constitucional. Sem entrar no mérito, mas, agora neste horário reservado às lideranças, venho à tribuna, Srs. Deputados, para dizer que estas mensagens, em número de cinco ou seis, são da maior importância. Algumas reajustam valores de taxas e impostos, como é o caso do IPDA, que, segundo alguns colegas parlamentares, o aumento proposto pelo Sr. Governador é exorbitante; é a taxa judiciária; depois é a instituição dos impostos por dispositivo constitucional, que é o ICM, o imposto sobre o adicional, o adicional sobre o imposto de renda, e outros lucros, outras vantagens.

E além de outras mensagens, há também, proposta do Tribunal de Justiça, que propõe com base também na nova Constituição Federal, os vencimentos, novos vencimentos para a magistratura do Estado, e também a mesma Constituição Federal, Sr. Presidente, fala em isonomia salarial entre os três Poderes, e os delegados de Polícia do Estado de São Paulo, já estão recorrendo aos seus direitos, segundo entendimentos feitos no Dispositivo Constitucional.

Quer dizer que nós não votaremos aqui Srs. Deputados, com relação à Mensagem, a solicitação do Tribunal de Justiça, apenas os vencimentos da Magistratura, porque a ela se vincula também o Ministério Público, Tribunal de Contas. Agora, no entendimento constitucional, provavelmente, os delegados de Carreira, são matérias da mais alta importância, que nós devemos nos ater ao estudo, na reflexão e na pesquisa, para sabermos da sua repercussão no Estado.

Nesta hora, que nós assistimos a um Governador do Estado, aliás, os três Governadores do extremo Sul, na reunião que se fez ontem em Curitiba, e além do nosso Governador, os dois outros governadores falam da maior crise econômica financeira, digo, da maior crise financeiro-econômica que passam os Estados brasileiros.

Por isto, Srs. Deputados, Sr. Presidente, concordando plenamente com o que disse o Deputado Erondy Silvério, que aqui está há tantos anos: é preciso que esta Casa esteja à altura de suas responsabilidades.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Representação do PL.

Deputado Ezequias Losso com a palavra.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Referiu-se já o nobre Líder do PFL, Deputado Basílio Zanusso, a respeito dos projetos que serão discutidos logo mais, quando a votação da Ordem do Dia, referentes a tributos que estão sendo criados ou aumentados, levando em conta o que dispõe a Constituição Federal, recentemente promulgada, que facultou aos Estados a criação oportuna desses encargos para a sociedade. Inicialmente, cabe a colocação de que não é o imperativo da Constituição Federal a instituição desde logo, nesse instante, de tais tributos. Deixou-se a válvula para que em momento propício o Governo Estadual adotasse a providência de aumentar a sua receita. Mas, eis que de maneira muito apressada pretende se criar já em nosso Estado este peso maior, especialmente sobre aqueles que estão, através de seu trabalho diuturno, produzindo para o desenvolvimento para o progresso. É evidente que no final das contas quem pagará o preço disto? Será o consumidor, será o pobre, será o humilde, porque o preço será acrescido do valor do imposto. Em primeiro quem pagará será o produtor, mas no final, o consumidor é que terá a responsabilidade pelo cumprimento desses encargos.

Vejo dois problemas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, na aprovação desses projetos. Primeiro problema, o desestímulo ao trabalho - muitos ao fazerem os cálculos ao observarem que já estão pagando muito imposto, imposto de renda para o Governo Federal e agora para o Governo Estadual também, deixaram de produzir aquele mais, que é tão importante para o desenvolvimento, para o progresso de nosso Estado. A classe média, por sua vez, estará sofrendo duros golpes nesta primeira etapa também.

O segundo problema é exatamente como ao início falei, o consumidor acabará sendo onerado pelo repasse do custo ao preço do produto e dos serviços prestados.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero fixar a posição do Partido Liberal em relação a estes tributos, considerando-os inoportunos diante das dificuldades financeiras que a família paranaense está atravessando presentemente. O Poder Público deveria aguardar um pouco mais e progressivamente se instituir novos impostos, promovendo uma racionalização no uso das receitas que já estavam previstas e que, tradicionalmente, se constituiu nos meios para o desenvolvimento das obras públicas e manutenção da máquina administrativa.

O Deputado Basílio Zanusso já conclamou a todos para uma análise profunda dessa questão, faço coro com ele dirigindo um apelo a todos os Parlamentares no sentido de que seja analisada devidamente esta questão tributária que está sendo posta e procuremos encontrar as formas que venham trazer a necessária tranquilidade ao povo paranaense que temos a honra de representar nesta Casa de Leis.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a Representação do PDT.  
Deputado Algaci Túlio, com a palavra.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Bancada do PDT também deixa aqui o seu protesto em relação às mensagens enviadas pelo Governador do Estado em relação à nova carga tributária e na sessão de amanhã estaremos colocando a nossa posição.

Mas, venho à tribuna hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para esclarecer o que a imprensa tem divulgado nesses últimos dias em relação a saída do Secretário Belmiro Valverde da Secretaria da Educação. Esta Casa fez uma CPI, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, visando apurar uma série de irregularidades em dois estabelecimentos de ensino em Curitiba. E os parlamentares desta Casa lembrar que a mais de um ano, tenho tocado neste assunto. Primeiro deles, foi com relação ao Instituto Politécnico Estadual do Boqueirão, uma obra do Governo do Estado, uma das poucas escolas profissionalizantes existentes em Curitiba, construída inclusive com o suor dos impostos pagos pela população do Boqueirão e havia a intenção de que esta obra, esta escola, de que aquele patrimônio todo passasse para o CEFET, ora o CEFET um órgão federal que receberia um patrimônio do Governo do Estado, participamos de reuniões, de assembleias, com a presença inclusive de Parlamentares desta Casa e ao final de tudo houve por bem o Governo do Estado em não permitir que o Secretário da Educação naquela ocasião fizesse a transação.

Na sequência denunciemos aqui também o problema do PIC e esta Casa é testemunha, este Parlamento é testemunha, de quantos pedidos de informação encaminhei à Mesa solicitando esclarecimentos a respeito de verbas, a respeito da maneira como foi criado o PIC, foi numa época eleitoral, onde o candidato ao Governo desceu de helicóptero, tinha banda de música e isto ficou comprovado na CPI que nós fizemos recentemente...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa

pede atenção para o Sr. Deputado que se encontra na tribuna, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

...e na própria CPI as pessoas que foram ouvidas comprovaram, testemunharam inclusive tudo o que foi feito em relação ao PIC e queria de repente o Sr. Secretário porque entende ele que a escola que não dá lucro tem que fechar, eu não entendo isso, nunca vi a educação gerar lucro para o Estado, ela gera inteligências para o Estado e não lucro e estas inteligências no futuro vão gerar evidentemente o lucro. Então foi uma outra situação que nós levantamos e na sequência o problema da Escola D. Manoel da Silveira D'Elboux, eu quero dizer que a participação da oposição nesta CPI, foi a mais coerente possível e tenho certeza absoluta e não preciso vir a esta tribuna para fazer a defesa de nenhum Parlamentar que participou da CPI, porque tenho certeza absoluta de que ficou demonstrado mais do que nunca nesta CPI que todos nós participamos sem qualquer intenção de fazer uma CPI dirigida ao Secretário de Educação, foi um trabalho dos parlamentares desta Casa, do Deputado Furiatti, Scarpellini, Raul Vitor Lopes e deste Parlamentar, única e exclusivamente interessado em dar esclarecimentos à população, o que é que estava havendo, porque é que o Governo não havia comprado o imóvel. O imóvel inclusive aonde tem uma área pertencente ao município de Curitiba que de repente estava sendo vendido a terceiros, quando a comunidade participou da compra da construção desse imóvel, foi esta a intenção desta Comissão Parlamentar de Inquérito da Educação, que levantou todos os detalhes, tem as suas conclusões inclusive - e na sequência, dou o aparte ao Sr. Deputado Paulo Furiatti. Ao encaminharmos este relatório para as suas conclusões, desejamos nos reportar à pergunta que formulamos ao Sr. Secretário da Educação durante a sua visita a esta Casa para depor na CPI.

Na ocasião, dia 25 de novembro de 1988, fizemos ver a Vossa Excelência que o Deputado Relator tinha registrado forte envolvimento com o Pólo de Integração da Criança, trabalhando ao lado da comunidade e das autoridades para obter a preservação da iniciativa. E mais: já que sua proposta básica carecia de reformulação, indagamos: se considerando quanto ele representa para a comunidade, se há possibilidade de retornarmos a esse processo, o Senhor estaria disposto a retornar? Em resposta o Secretário Belmiro assinalou: "Tenho absoluta consciência de que na Secretaria da Educação estaríamos disposto a ajudar o

Projeto. Não temos nenhum interesse de que ele morra, temos interesses inclusive que seja ressuscitado realmente". E aqui na seqüência ele diz outros fatos ainda. Isso com relação ao PIC.

Também com relação à Escola D. Manuel da Silveira D'Elboux, a conclusão da CPI foi a mais coerente possível, visando evidentemente fazer com que a comunidade curitibana em especial tenha acesso às escolas com mais possibilidades de mais bancos escolares para as crianças curitibanas.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a minha participação foi a mais coerente, sem qualquer intenção de dirigir qualquer trabalho, qualquer das pessoas que foram ouvidas para que se reportassem contra o Secretário. Nós queríamos apenas os esclarecimentos com relação à situação das escolas no Paraná, e o próprio Secretário disse que a Educação está praticamente um caos em todo o Paraná.

Então, é preciso que se torne público de que não houve a menor intenção deste Parlamentar, e tenho certeza dos demais que participarem desta CPI de dirigir a mesma com relação ao Sr. Secretário da Educação. A sua queda é um problema que não compete a mim dizer, compete ao Governador, compete a ele próprio quem sabe, à Bancada do PMDB. A mim compete apenas dizer que participei com muita seriedade nesta CPI e parabênizo até os companheiros que dela participaram porque demonstraram que quando a gente quer realmente fazer funcionar a coisa e ter interesse que ela se resolva o mais depressa, isso é possível graças à boa vontade de cada um. Foram várias horas, 9 horas da manhã, 6 horas da tarde, 7 horas da noite que nós tocamos aqui esta CPI para que ela pudesse ter a sua conclusão.

Dou o aparte ao Deputado Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Nobre Deputado Algaci Túlio, eu agradeço como Presidente da CPI, o seu depoimento como Deputado de Oposição, que dá o aval da seriedade com que os trabalhos foram conduzidos.

Em primeiro lugar é importante esclarecer que a CPI se instalou em novembro e precisava concluir os seus trabalhos até dezembro para que nós não iniciássemos o próximo ano com uma CPI sem conclusões. Então, ao invés de adotarmos uma prática que muitas vezes é feita de uma reunião semanal em que a CPI se estende por 2 a 3 meses, nós adotamos em conjunto uma prática de reuniões diárias, o que fez com que em 15 reuniões a CPI concluísse o trabalho. Se fosse uma vez por semana, nós teríamos em março do ano que vem.

Em segundo lugar, a CPI não foi instalada para derrubar o Secretário da Educação, a não ser que ele tenha vestido a ca-

rapuça e não sofra aí, não tenha estrutura para aguentar um processo de investigação. A CPI foi instalada para verificar o problema da desarticulação de duas escolas, uma na Cidade Industrial e outra no Hugo Lange. A CPI, por outro lado, o Secretário reclama, Deputado Algaci, que quando chegou na CPI já tinha sido iniciada, e é verdade. Nós começamos às 8 e meia para ouvir duas pessoas e na seqüência ouvimos o Secretário.

Em terceiro lugar, ao Secretário, ou para qualquer pessoa que deponha numa Comissão Parlamentar de Inquérito, a responsabilidade dele é de responder. Quem faz as perguntas são os Srs. Parlamentares. Portanto, nenhum tipo de acusação que tenha sido feito ao Sr. Secretário e que não tenha sido perguntado a ele foi levado em conta. Agora o grande problema é que as pessoas que administram o Estado que têm cargos de confiança, ficam todos horrorizados com o papel democrático e legítimo do Parlamento que é verificar a condução dessas pessoas e elas, em todos os momentos, têm que prestar conta. Como por exemplo, depois de decretado de utilidade pública um terreno no Hugo Lange o Sr. Presidente foi ao Governador, solicitou a revogação dizendo que o problema estava resolvido. Nós fomos lá, Sr. Deputado, na escola, o problema não estava resolvido. As pessoas e as crianças ficariam sem escola num curto espaço de tempo. Para concluir, quando nós perguntamos ao Sr. Secretário, se ele, entrou num acordo, para continuar a escola só mais 4 anos o que aconteceria depois? Veio a resposta jocosa do Sr. Secretário dizendo: "Sr. Deputado, a médio e a longo prazo quem sabe estaremos todos mortos."

Isto é uma declaração de um homem público que assina um documento para revogação de um decreto de utilidade pública e que, na seqüência, a comunidade fica sem escola? Essa falácia da competência do Sr. Belmiro precisa ser acabada, porque ele pode ser competente dentro da tecnocracia do processo de planejamento, mas foi incapaz como Secretário da Educação, incapaz de entender uma escola como o PIC. Manteve durante 18 meses e depois fechou. Um relatório da Secretaria de Educação que diz que o Programa de Integração da Criança não poderia continuar porque as crianças eram marginais, cheiravam cola. O objetivo da escola era exatamente integrar estas crianças marginais ao processo de educação.

Portanto, Sr. Deputado, fico muito satisfeito que Vossa Excelência venha à tribuna, como um Deputado de oposição que participou desde o primeiro momento, no sentido de garantir que o trabalho que fizemos foi um trabalho sério para verificar

problemas e sugerindo soluções ao Sr. Secretário, sem nunca, em nenhum momento, ter feito qualquer orientação no sentido de que ele viesse deixar a Secretaria.

Muito obrigado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Quero dizer que lamentamos profundamente por que o Estado do Paraná deixou de ter um imóvel em mãos de altíssimo valor, de fundamental importância para a educação, quando foi-lhe oferecido pela bagatela de 30 milhões de cruzados. Hoje este imóvel, se o governo tivesse comprado, estaria valendo mais de 100 milhões de cruzados. Por culpa única e exclusiva de uma melhor orientação técnica no relatório feito pelo Secretário de Educação quando encaminhou ao Governador do Estado do Paraná.

É a nossa posição.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Requeiro à Mesa uma cópia do discurso do Deputado Pedro Tonelli, com relação à denúncia feita hoje, nesta Casa, sobre a Saúde. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Será fornecido a Vossa Excelência.  
O PTB com a palavra (Declina)  
O PMDB com a palavra.  
Com a palavra o Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Sr. Presidente, Senhores Deputados.  
Participei algumas vezes da Comissão de Educação nesta Casa, como convidado, não sendo membro titular, mas acompanhava de longe os trabalhos do Deputado Furiatti, Algaci Túlio, Raul Lopes e de tantos outros companheiros de todos os partidos que pertencem a esta Comissão. E causou estranheza o fato do Sr. Secretário da Educação tecer críticas ao Dep. Paulo Furiatti. Em nenhum momento que eu convivi com o ilustre Deputado nesta Casa e que vou continuar vivendo ainda por longos anos, nunca vi esta Comissão, sequer, alguma vez, tecer críticas que ofendesse ou que perseguisse até o Secretário da Educação. Foram proferidas em várias reuniões críticas construtivas, com o objetivo de alertá-lo para uma série de problemas na área da educação.

Então fica aqui o meu testemunho mais uma vez de que o Sr. Secretário da Educação, se não consegue resolver os seus problemas como Secretário, que não coloque a culpa na classe política.

Quando a pessoa não tem competência para assumir um cargo, que renuncie. Sou desta opinião. Então não posso permitir em hipótese alguma de que a Comissão, os mem-

bros dessa CPI, Deputado Furiatti, Deputado Algaci e demais companheiros que formaram essa CPI, tivessem perseguido, tivessem feito com que o Secretário caísse do Governo. Em nenhum momento, senhores, vi alguma coisa de anormal, alguma crítica que pudesse magoar o Secretário da Educação.

Acho que os Senhores Parlamentares cumpriram com a sua função, com o seu desempenho. Os senhores foram eleitos para isso e estão cumprindo a vontade popular. Se fizeram uma CPI, os senhores têm que apresentar um relatório à Presidência da Mesa. À Presidência da mesa cabe decidir aonde vai mandar esse relatório, se vai mandar para a Justiça, ou à Polícia. A Presidência da Casa que tome as devidas providências, e de denunciá-lo até aos órgãos de imprensa.

Amanhã começa a segunda votação de algumas mensagens que chegaram a esta Casa, do Senhor Álvaro Dias. Algumas delas merecem reflexão, Senhores Deputados. Merecem reflexão.

Estive debatendo em alguns momentos, com alguns companheiros de Bancada desta Casa, trocando idéias com o meu Líder Artagão de Mattos Leão, Dr. Djalma de Almeida César, com o Deputado do Partido da Frente Liberal, Deputado Basílio Zanusso e realmente estou preocupado com uma coisa.

Aqui a prisão do Coronel Melo. Na Bahia, a prisão de mais alguns coronéis, no Rio de Janeiro, a prisão de mais coronéis. Os militares, revoltados contra o salário do policial militar, mas não é só isso. Greves e mais greves explodindo na Nação brasileira. É um momento de reflexão. A economia brasileira está podre, acabada; chegamos ao fundo do poço. Não sabemos se há retorno, se há sobrevivência. A classe política desgastada, colocada contra a parede. Todos os partidos políticos preocupados com a situação caótica por que atravessa a Nação brasileira.

Ontem assistia eu, através do Jornal da Cultura e também da Bandeirantes, da SBT e da Globo, acompanhando os cortes que o Governador Orestes Quércia fazia no seu Governo, em São Paulo. Ficou ali, Senhores Deputados, uma preocupação. Os Estados estão falidos, a situação não está boa. Aí os Senhores perguntam: "mas é só você que está com essa?" Isso não é novidade". Realmente, isso não é novidade. A situação brasileira está caótica. Estamos no fundo do poço.

Perguntei ao Deputado Djalma de Almeida César: "Há retorno?" "Sim, há retorno, desde que o Presidente tenha pulso firme e acabe com uma série de forças ocultas" que estão levando este País à beira do caos". Mas será que esse Presidente que aí está tem a moral e a força suficientes para

acabar com as "forças ocultas" que estão levando este País ao desespero? Dizia-me o Deputado Djalma de Almeida César que os ricos estão cada vez mais fortes neste País; os gabinetes de todos os Deputados dentro desta Casa estão superlotados, e permitam-me mais ainda os gabinetes daqueles que têm programas de rádio e de televisão como eu tenho, o Deputado Algaci Túlio, o Deputado Pirajá e outros companheiros que parece a "porta da esperança". Ali aparecem para solucionar os seus problemas de fome, de miséria, como diz a "Folha de Londrina": "a cada hora morre uma criança neste País e o povo está comendo rato para se alimentar". Realmente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a situação brasileira está desesperançosa, não sabemos para onde ir, não sei, com todo o respeito aos Senhores Deputados, se mudar de Partido vai resolver o problema deste País. Não sei se o Partido vai resolver o problema deste País, sei - permitam-me dizer - ... lembro-me daquilo que o Senhor Leonel Brizola fez no Rio de Janeiro: as escolas integradas, onde as crianças entram às sete horas da manhã e saem às sete horas da noite. Não é porque foi o Senhor Leonel Brizola quem fez, mas é porque foi a escola que sempre sonhei na minha vida. É um exemplo, mas não foi o partido político que fez; mas o Senhor Leonel Brizola foi quem a implantou no Rio de Janeiro. Por que não implantar isso em toda a Nação brasileira? Por que ... - e o Deputado Ezequias Losso ocupou a tribuna ontem se referindo às 15 crianças que foram mortas por um soro estragado. Mas, será que são só essas 15 crianças que estão morrendo no Brasil? Só elas? Este é um fato isolado aqui em Curitiba. Milhares de crianças morrem nas portas de hospitais porque não tem saúde; e esta propagando que aparece na televisão é a maior mentira deslavada deste País. Quantos estão morrendo de fome! Quantos estão aparecendo nos gabinetes desta Assembléia, na porta dos Senhores Deputados. Quantos não têm aparelho de surdez para ouvir! não têm encerrado para cobrir o barraco! não têm fogão para cozinhar! não têm nada! ... E dizia ontem o Chico Anísio: "os banqueiros andam de iate e os bancários andam a pé". Esta é a realidade do Brasil: banqueiros andam de iate, e os bancários andam a pé. Agora, até quando? Será que no ano que vem nós vamos realmente eleger o homem certo que vai corresponder às minhas aspirações, às aspirações do povo pobre deste País, que está passando fome, morrendo de fome, comendo rato para sobreviver, como disse a "Folha de Londrina" num dos maiores documentos publicados até hoje. Até quando, senhores? Vale a pena ficarmos sentados aqui a vida inteira, ocupando a tribuna,

gritando, falando, se Brasília está surda, se os homens estão surdos e nós é quem somos desmoralizados, somos jogados, ouvindo que a culpa é nossa. Não! no ano que vem o documento mais importante do povo brasileiro, Senhor Presidente Anibal Khury, é o título de eleitor, e com esse título, Senhor Presidente, vai chegar a hora de votar, de votar em quem? Não em Partido, mas em um homem que tenha vergonha na cara e que venha a resolver os problemas deste País. Porque, caso contrário, os "homens vão tomar este País e aí os senhores vão ver o que é que vai acontecer à Nação brasileira!

O SR. RAUL LOPES - (Pela Ordem) Alborghetti, meus cumprimentos. Solicitei um aparte ao prezado companheiro e o mesmo não pode conceder-me dado a sua eloquência, entusiasmo e emoção. Queria concluir fortalecendo, Deputado Alborghetti, o que disse; será que vale a pena nós Deputados estarmos aqui sentados ante a esse quadro nacional? Eu diria que sim, vale a pena! Porque a nossa função é dinâmica e, sendo dinâmica, não podemos parar, temos que desenvolver dentro do processo de continuidade o que é melhor para este Brasil.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Terminando o expediente

Passa-se à

ORDEM DO DIA;

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Antes porém, a Mesa registra com satisfação a presença do Vereador Sulimam Felício de Centenário do Sul. Reafirma a sua confiança na Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada para examinar irregularidades na Secretaria de Educação.

E quer congratular-se pela rapidez com que essa Comissão concluir os ditos trabalhos.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando licença pelo prazo de cento e vinte (120) dias, a partir de 12 de dezembro de 1988. Em votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, gostaria de tomar conhecimento do conteúdo:

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) (Lê): "Deputado que subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que lhe seja concedido licença pelo prazo de 120 dias a partir de 12 de dezembro de 1988."

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Consulto à Mesa se o Deputado eleito, já diplomado, Prefeito Municipal de Apucarana, pode pedir a esta Casa uma licença por 4 semanas, se hoje nós estamos no dia 15 de dezembro, exatamente a 15 dias da sua posse. Consulto à Mesa se pode submeter à votação e à apreciação desta Casa tal matéria.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa não pode julgar por presunção, o requerimento está legalmente habilitado, e é uma decisão que cabe ao Plenário.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) Gostaria de ponderar o seguinte: um pedido de licença de 120 dias, e aqui a questão não é por ser o Deputado Scarpellini, poderia ser o Deputado Alborghetti, o Deputado Djalma ou o Deputado Algaci eleito vice-Prefeito Municipal.

Nós todos sabemos que a posse constitucionalmente está definida para o dia 1º de Janeiro, no momento em que ocorrer a posse do eleito, o Mandato Parlamentar, no meu entendimento, extingue.

Razão por que, a minha indagação e a minha preocupação e a reflexão profunda que se faz neste aspecto, é de nós, Parlamentares, votarmos uma licença que estrapola a própria expectativa do mandato do nosso colega Scarpellini, eleito Prefeito de Apucarana.

Nesse aspecto eu votaria favorável ao requerimento se: o pedido fosse até o dia 31 de dezembro. Como estrapola este prazo, e a partir de 1º de janeiro, ele, José Domingos Scarpellini é Prefeito Municipal, manifesto-me contrário ao requerimento.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Senhor Presidente. Considerando que se trata realmente de um caso omissso em nosso Regimento Interno, proponho que o requerimento seja encaminhado pela Mesa à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa comunica a votação, vai proceder à votação porque é uma questão meramente política.

Nós não podemos presumir que o Deputado vá ou não assumir a sua função de Prefeito Municipal.

A Mesa vai submeter a voto. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram conservar-se como estão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Gostaria, Senhor Presidente, pelo menos, já que Vossa Excelência não acatou o pedido do Deputado Edmar, que essa votação fosse nominal, porque o meu voto é contrário. Eu não posso compreender dar-se uma

Licença de 4 meses se o ilustre Parlamentar assumirá a Prefeitura Municipal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai submeter à verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

22 Senhores Deputados aprovam o requerimento.

Os Senhores Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

6 (seis) Senhores Deputados o rejeitam. Aprovado o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Vossa Excelência anunciou o resultado de vinte e dois votos favoráveis e cinco contrários. Conseqüentemente, não há número. Vossa Excelência anunciou cinco ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Anunciei, mas logo em seguida ...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Então, solicito a Vossa Excelência que proceda novamente à verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Perfeitamente. A Mesa vai proceder, novamente, a verificação de votação. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Quem participou da votação, necessariamente, terá que compor a votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, eu já me abstive da primeira votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os senhores Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 7 (sete) dos senhores Deputados o rejeitam. Os Deputados que o aprovam, queiram levantar-se.

Há confusão na votação. Vamos proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados, para votação. O Senhor 1º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) Declino da palavra de ordem.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os Senhores Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a licença. Os Senhores Deputados que votarem "não" estarão rejeitando a licença.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

Antônio Annibelli -  
Eduardo Baggio - sim  
Ferrari Júnior - não  
Anibal Khury - sim



Lindolfo Júnior -  
 Vera Agibert -  
 José Alves -  
 Acyr Mezzadri - sim  
 Alexandre Ceranto -  
 Algaci Túlio -  
 Amélia Hruschka -  
 Antônio Bárbara -  
 Antônio Belinati -  
 Antônio Costenaro Neto -  
 Artagão Mattos Leão - sim  
 Basílio Zanusso - não  
 Caíto Quintana -  
 Cândido Bastos - sim  
 David Cheriegate - sim  
 Dirceu Manfrinato - sim  
 Djalma de Almeida César - sim  
 José Domingos Scarpellini - sim  
 Edmar Luiz Costa -  
 Erondy Silvério - sim  
 Ezequias Losso - sim  
 Gernote Kirinus - sim  
 Haroldo Rodrigues Ferreira - não  
 Hermas Brandão - sim  
 Homero Oguido - sim  
 Irondi Pugliesi -  
 João Arruda -  
 José Afonso Júnior - sim  
 José Felinto -  
 José Rogério de Carvalho - não  
 Lauro Lobo Alcântara -  
 Luiz Alberto Oliveira - sim  
 Luiz Antonio Setti - sim  
 Luiz Carlos Alborghetti - sim  
 Nelson Vasconcellos - sim  
 Nereu Carlos Massignan - não  
 Nestor Baptista - sim  
 Nilton Barbosa -  
 Orlando Pessuti -  
 Paulino Delazeri -  
 Paulo Furiatti - sim  
 Pedro Tonelli - não  
 Pirajá Ferreira - sim  
 Quielise Crisóstomo - sim  
 Raul Lopes - não  
 Tadeu Lúcio Machado - sim

O SR. GERNOTE KIRINUS - (Pela Ordem)- Cheguei um pouco atrasado, gostaria de registrar meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Será anotado.

Votaram a favor, 23 Senhores Deputados e 6 rejeitaram. Está aprovada a licença e a Mesa convoca o primeiro suplente.

A Mesa anuncia ofício do Senhor Governador, comunicando a esta Casa que, no período entre 19 de dezembro de 1988 a 05 de janeiro de 1989, licenciou-se do exercício de suas funções.

Ainda anuncia a mensagem do Governador do Estado, relativa a... pela ordem concedo a palavra ao Deputado Luiz Alberto de Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - (Pela Ordem) - Consulto a esta Presidência se Sua Excelência o Governador do Estado dá as razões do seu afastamento na comunicação que faz a esta Casa e, se Vossa Excelência vai colocar o assunto em votação ou se Vossa Excelência recebe apenas a comunicação do afastamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa recebe a comunicação do afastamento porque não se trata de viagem ao exterior. E de acordo com o Artigo 22 da Constituição, parágrafo primeiro, o Governador terá que comunicar o seu afastamento das funções.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Vossa Excelência pode solicitar ao 1º Secretário que faça a leitura do ofício do Governador a esta Casa?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Presidência já leu, mais vai solicitar ao 1º Secretário que proceda à leitura.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Lê ofício de pedido de licença do Governador).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Sua Excelência não informa as razões por que vai se afastar.

Seriam razões de ordem pessoal de Sua Excelência. Seriam razões de ordem política de Sua Excelência. Seriam razões de ordem, até poderíamos supor de tratamento de saúde de Sua Excelência.

Quais as razões que levam Sua Excelência a comunicar a esta Casa o seu afastamento por esse período já que Vossa Excelência, na condição de Presidente da Casa, informa que Sua Excelência o Senhor Governador não fará viagem ao exterior?

Vossa Excelência poderia extra-oficialmente ainda que fosse, informar as razões do pedido de afastamento do Governador?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Eu posso fazer uma presunção.

Tenho a impressão de que o Governador vai descansar.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Vossa Excelência tem razões muito grande na vida política paranaense para fazer presunções. Mas como Vossa Excelência é tido como um homem bem informado, Vossa Excelência talvez dê as razões palacianas para este fato.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Infelizmente não posso contentar Vossa Excelência neste instante.



A Mesa solicita ao 1º Secretário que proceda à leitura da Mensagem nº 131/88.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Lê a Mensagem nº 131/88.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - ...O Projeto irá às Comissões competentes.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Paulino José Delazeri, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos nºs 331, 332, 333, 334 e 335/88. Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Procede à chamada nominal).

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, após o Senhor 1º Secretário dar o resultado, farei uso da palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 33 Senhores Deputados estão presentes, vai-se proceder à verificação de votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de saber se entre os presentes consta o Deputado José Domingos Scarpellini.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não. Senhores Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

24 Senhores Deputados aprovam o requerimento. Os Senhores Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, solicito a Vossa Excelência que mande proceder à segunda chamada, como é de praxe regimental e não foi feita. Solicito então, a Vossa Excelência que proceda à segunda chamada.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Pela Ordem, Senhor Presidente. Nós estamos em processo de verificação de votação, Sua Excelência, o Líder do Governo só quer tumultuar. Está verificando a votação, o Senhor nem esperou o término da verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Absolutamente. Se não for regimental, é praxe, nesta Casa, se proceder a duas chamadas, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá à segunda chamada.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Verificação de votação. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Artagão Mattos Leão, queiram levantar-se.

24 Senhores Deputados aprovam o requerimento. Os Senhores Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. 3 Senhores Deputados o rejeitam. Não há quórum para deliberação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, Vossa Excelência contou o seu voto?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O meu voto seria de "Minerva".

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, o resultado já foi anunciado, não há quórum para a continuidade da sessão.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Solicito então que Vossa Excelência dê continuidade à segunda chamada, por gentileza, Senhor Presidente.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, já foi realizada a segunda chamada, a votação já foi verificada, o que há é um tumulto por parte do Líder do PMDB.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, apenas desisti da continuidade da segunda chamada e volto a solicitar o pedido a Vossa Excelência.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - É matéria vencida, Senhor Presidente. Foi anunciado o resultado. 24 votaram a favor e três contra. As notas taquigráficas e a fita está demonstrando isso.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Solicito que Vossa Excelência dê continuidade à segunda chamada.

O SR. PAULO FURIATTI - Uma questão de ordem, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, no momento em que a Mesa considera que Deputados que estão como o Deputado Luiz Alberto, o Deputado Pedro Tonelli, presentes em Plenário, e se retiram e há essa liberalidade, solicito de Vossa Excelência que coloque a 2.<sup>a</sup> chamada na totalidade, para que nós possamos realizar um processo de votação correto.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, o pedido de preferência já foi derrubado, o resultado já foi anunciado. Vamos à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa, baseada em dispositivo regimental que elucida o problema da falta de número quando a Assembléia está com o seu número assegurado para votação, pode reiniciar os trabalhos de votação. Então, nós vamos novamente para o Projeto seguinte fazer a discussão e a votação, se der número nós voltaremos ao Projeto inicial.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) - O que está em votação agora?...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Está declarando a falência total desta Assembléia Legislativa e a desmoralização total do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Isso é no entendimento de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) No entendimento de minha não, Excelência! É no entendimento de Vossa Excelência, porque Vossa Excelência está tentando rasgar o Regimento Interno desta Casa com esta discussão. Vossa Excelência sabe que não pode colocar mais matéria em votação, não é possível que Vossa Excelência tente inclusive...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência labora em um equívoco. A Mesa já decidiu em questão de ordem de Vossa Excelência...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)... desta forma os trabalhos desta Casa. Faço um apelo, inclusive aos eminentes Deputados do Governo, para que se respeite o Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 84, parágrafo 2º: "Não havendo número para votação", a Mesa vai anunciar a sua decisão: Não havendo número para votação, o Presidente anunciará o debate da matéria a ser discutida, mais logo que houver maioria

legal para deliberar, o Presidente convidará o Deputado que estiver com a palavra a interromper o seu discurso para proceder às votações.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Vossa Excelência está se referindo a outro artigo do Regimento Interno, Vossa Excelência sabe que é no processo de votação e não num processo de verificação de presenças dos Senhores Deputados em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência sofisma muito bem.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Recorro da decisão da Mesa ao Plenário.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) - Lamento discordar do nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira, meu companheiro de lutas políticas de tantos anos. A decisão da Mesa está corretíssima, a Mesa não pode não... Vossa Excelência está rindo, Vossa Excelência leia o Regimento Interno, artigo 84, que Vossa Excelência dará razão à decisão da Mesa.

A Mesa só não pode mais deliberar sobre o requerimento de preferência, mas pode anunciar o Projeto seguinte e havendo número pode prosseguir a sessão.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Prosseguir a sessão pode, Vossa Excelência tem toda a razão, votar não. Discursos Paralelos.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem - Senhor Presidente, a qualquer instante da sessão a chamada nominal poderá ser requerida à Mesa, que verificada a existência de número legal para votação dará prosseguimento ao processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa não tem a menor dúvida sobre isso, vai submeter à votação dos Projetos em discussão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente eu recorri ao Plenário da decisão da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa aceita o requerimento de Vossa Excelência e vai submeter a sua decisão ao Plenário. Os Senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa queiram levantar-se. Aprovada a decisão.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - Senhor Presidente, quantos votos? Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Perfeitamente. A Mesa vai proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que rejeitam a decisão da Mesa queiram levantar-se. Dois Senhores Deputados a rejeitam. Os Senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa, queiram levantar-se.

Vai se proceder à chamada nominal dos Senhores Deputados para a votação. Os Senhores Deputados que aprovam a decisão da Mesa, responderão sim. Os que não aprovam, responderão não.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Chamada Nominal.

Antônio Annibelli - sim

Eduardo Baggio- sim

Ferrari Júnior-

Anibal Khury-

Lindolfo Júnior-

Vera Agibert-

José Alves-

Acyr Mezzadri- sim

Alexandre Ceranto-

Algaci Túlio-

Amélia Hruschka-

Antônio Bárbara-

Antônio Belinati-

Antônio Costenaro-

Artagão Mattos Leão- sim

Basílio Zanusso-

Caíto Quintana- sim

Cândido Bastos- sim

Dirceu Manfrinato - sim

Djalma de Almeida César- sim

Edmar Luiz Costa- não

Erondy Silvério- sim

Gernote Kirinus- sim

Haroldo Rodrigues Ferreira- sim

Hermas Brandão- sim

Homero Oguido- sim

Irondy Pugliesi-

João Arruda-

José Felinto- sim

José Afonso Júnior- sim

José Rogério de Carvalho- sim

Lauro Lôbo Alcântara-

Luiz Alberto Oliveira- não

Luiz Antônio Setti-

Luiz Carlos Alborghetti- sim

Nelson Vasconcellos- sim

Nereu Carlos Massignan- sim

Nestor Baptista- sim

Nilton Barbosa-

Orlando Pessuti- sim

Paulino Delazeri-

Paulo Furiatti- sim

Pedro Tonelli-

Pirajá Ferreira- sim

Quielise Crisóstomo da Silva- sim

Rafael Greca-

Raul Lopes- sim

Sabino Campos-

Tadeu Lúcio Machado- sim

Valderi Mendes Vilela-

Werner Wanderer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vinte e seis votos favoráveis à decisão da Mesa, dois contra.

Há quórum para prosseguimento da sessão e para votação.

Passaremos à apreciação da matéria da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 86/88 (Mensagem nº 84/88- ex-Proposição nº 79/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio nº 003/88, celebrado em 09.06.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, objetivando a aplicação de recursos financeiros no transporte hidroviário de passageiros. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 67/88 (Mensagem nº 85/88- ex-Proposição nº 80/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através do SERLOPAR, vinculado à Secretaria da Fazenda, e os Municípios com as datas que especifica, objetivando o repasse de recursos financeiros aos Municípios signatários, conforme planos de aplicação específicos, atendidas as exigências do Art. 2º do Decreto nº 2.694, de 11.04.88. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 70/88 (Mensagem nº 88/88- ex-Proposição nº 83/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 31.05.88., entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Município de Ibatí, objetivando cooperação técnica e financeira para a implementação de uma ação concentrada do Município, mediante a realização de Seminário de Desenvolvimento Industrial. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 71/88 (Mensagem nº 91/88- ex-Proposição nº 88/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 331/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 124/88), que objetiva insti-

tuir a CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, com base no inciso III, do Artigo 145, da Constituição Federal. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria e C.F., com EMENDAS, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. n° 130, de 07.12.88. Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 331/88

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 124/88, o presente plano de lei objetiva instituir a "Contribuição de Melhoria", com base no inciso III, do artigo 145, da Constituição Federal.

Tanto a Constituição Federal, acima mencionada, quanto a Constituição Estadual, em vigência, em seu artigo 6°, inciso III, facultam ao Poder Executivo Estadual a competência para iniciar o processo legislativo que disponha sobre tal matéria.

Diante do exposto, entendemos que a medida ajusta às normas legais vigentes, merecendo nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Sessões em 07.12.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
CAÍTO QUINTANA - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 331/88

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 124/88, o projeto de lei em exame tem por finalidade instituir a "Contribuição de Melhoria", com base no inciso III, do artigo 145, da atual Constituição Federal.

De acordo com o artigo 6°, inciso III, da Constituição Estadual em vigor e o disposto da Constituição Federal acima mencionado, é facilitada a competência para dar início ao processo legislativo que trate desta natureza, ao Poder Executivo Estadual.

Esta douta Comissão de Finanças, chamada a opinar de conformidade com o Regimento Interno, vem a se pronunciar favoravelmente, seguindo o entendimento da Comissão de Constituição e Justiça nos termos supracitados.

Nestas condições e por inexistirem óbices que possam prejudicar o trâmite normal da presente proposta pelos demais órgãos desta Colenda Casa, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação, com emendas em anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
QUIELSE CRISÓSTOMO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 331/88  
EMENDA ADITIVA

Art. ... - Acresce Parágrafo Único ao artigo 4°, do Projeto de Lei n° 331/88, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - O proprietário do imóvel que doar ao Estado do Paraná área de terra para construção de obra pública, ficará desonerado da respectiva contribuição de melhoria."

Sala das Sessões, em 09.12.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente  
QUIELSE CRISÓSTOMO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 331/88  
EMENDA MODIFICATIVA

Dá nova redação ao art. 6°, do Projeto de Lei n° 331/88:

"Art. 6° - A contribuição será lançada de ofício e o contribuinte será notificado para pagá-la em parcelas mensais, desde que o valor de cada parcela não ultrapasse o limite de 5% (cinco por cento) do rendimento familiar, atualizadas monetariamente, vencendo-se a primeira no último dia útil do mês seguinte ao do recebimento da notificação e as demais no último dia útil de cada mês.

§ 1° - O contribuinte que recolher a contribuição de uma só vez, dentro do prazo da primeira parcela, gozará do desconto de 20% (vinte por cento) do seu valor;

§ 2° - Fica vedado o lançamento de contribuição de melhoria em relação a imóvel:

I - destinado, exclusivamente, a moradia de família, desde que outro imóvel não possua;

II - rural, com área não superior a 25 (vinte e cinco) hectares, de cuja exploração do solo depende o sustento da família, desde que outro imóvel não possua."

Sala das Comissões, em 09.12.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;  
QUIELSE CRISÓSTOMO - Relator.

- Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Vossa Excelência não colocou em discussão ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Aribal Khury) Infelizmente, ainda não.

Tem a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Certamente o caráter da nossa discussão dessas cinco matérias seguintes que

teremos na sessão de hoje, vamos analisar o aspecto constitucional dessas matérias, e procuraremos levantar algumas indagações com o objetivo de enriquecer as discussões e as proposições, no sentido de alterá-las, para as sessões seguintes, que é o momento oportuno para que os parlamentares possam emendar, suprimindo, substituindo ou derrubando, votando contra.

Essa matéria, ora em discussão, Projeto de Lei nº 331/88, que trata da contribuição de melhoria, cobrança de contribuição de melhoria é um tributo novo para o Estado do Paraná, mas que já existia desde 1967, criado pelo Decreto nº 195/67.

Ele institui a cobrança da referida taxa, em função da realização de obras públicas, que dessas decorra benefícios a bens imobiliários. O valor é até o limite do custo da obra rateada entre os beneficiários, o qual poderá ser atualizado na época de lançamento. Diz também que o contribuinte, proprietário, o titular do domínio útil ou possuidor, a qualquer título, esses é que são os contribuintes.

A instituição da contribuição de melhoria a nível estadual, do nosso ponto de vista, é perfeitamente constitucional; sobre a visão da nova Constituição é possível, por força do Art. 145, item 3 da Constituição Federal, ela diz que possibilita à União, aos Estados e aos Municípios, instituir a contribuição da melhoria.

Portanto, quanto à sua constitucionalidade, não temos o que nos contrapor, porque é matéria constitucional. É permitido pela nova Constituição.

Quanto ao mérito da proposta, entendo que é legítimo, visto que a contribuição de melhoria se define como um ressarcimento ao Estado, por uma obra realizada com recursos públicos, acarretando uma valorização privilegiada em relação aos demais proprietários.

Quanto à forma apresentada neste momento, que é matéria de discussão, a essa sim, é que temos algumas restrições:

A primeira define como devedores da contribuição de melhoria, todo o proprietário ou possuidor de imóvel beneficiado de forma geral. Ela não estabelece distinção entre proprietários ou possuidores, evidenciando o objetivo de mero ressarcimento de recursos aplicados, sem qualquer conotação social.

Em vez de instituir a contribuição de melhoria, como mecanismo de evitar o enriquecimento imerecido e ilícito, e a especulação imobiliária, penaliza a todos, indistintamente.

Esse é o caráter da Mensagem, ora em discussão.

Por isso é que discutimos o mérito desta nova Lei.

Segundo, ao definir como devedor da contribuição de melhoria ao possuidor, a qualquer título, está permitindo que o locador a cobre do locatário, porque, enquanto locatário, é possuidor do imóvel beneficiado, e isto todos nós sabemos que é extremamente injusto. Não faz ressalvas das obras realizadas de cunho eminentemente social, tais como: escolas, postos de saúde, módulos policiais e outros, os quais são direitos constitucionais e a contraprestação por tributos já recolhidos sobre os quais não devem incidir imposto de contribuição de melhoria.

Terceiro - No artigo 5º, § 2º, o projeto possibilita ao contribuinte a impugnação do Edital, contendo os elementos da obra, porém exige a apresentação de um "laudo técnico-contestatório", o que inviabiliza o exercício desta faculdade pelos proprietários ou possuidores de baixa renda, privilegiando novamente os mais abastados economicamente ou os especuladores.

Quarta observação, Senhor Presidente, Srs. Deputados. No artigo 7º, o projeto estabelece uma multa de 80% sobre o crédito tributário, caso o contribuinte atrase o pagamento de qualquer parcela. Esta multa é excessiva, não tem justificativa, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Portanto, o mais correto na nossa opinião, seria que nós deveríamos apresentar um substitutivo a tal projeto. Este projeto como está não pode ser votado de forma nenhuma.

Julgamos constitucional, sim, criar contribuição de melhoria, mas, do jeito que está, não dá. Por isso, o melhor seria apresentar um substitutivo baseado no Projeto e no Decreto nº 195/67. Ou então nos basearmos em várias emendas que deveriam ser apresentadas amanhã ou na próxima discussão e votação; emendas pontuais que iriam alterar o mérito deste Projeto.

Com base nisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós votaremos contra, porque o projeto como está não pode ser aprovado. Deveria ser apresentado um Substitutivo ou então várias emendas pontuais que alterassem todo o mérito desse projeto. Com base nessas considerações, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que já votaremos contra nessa primeira discussão.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Para discutir, o Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

As matérias originárias da Mensagem do

Poder Executivo que envolve questão tributária. Cumpro um dever parlamentar de colocar a minha posição quanto a estas questões.

É bem verdade que a todas elas se invoca a adaptação dos projetos à nova Constituição em vigor desde o dia 05 deste ano. E assim o é com relação ao imposto de renda que é tributado sobre os rendimentos de bem e capital. Já não é com relação à contribuição de melhoria, já que este tributo, esta instituição esteve em vigor já na antiga Constituição e o princípio da contribuição de melhoria foi repetido na atual Constituição; da mesma forma o imposto que trata da transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos, na verdade não é uma novidade, é o famoso imposto sobre a herança em que o projeto traz algumas novidades.

O projeto que trata da taxa judiciária é uma adaptação aos novos tempos inflacionários, IPVA também, posto isso, a nossa posição com relação às mensagens nesta primeira discussão, refere-se à questão da constitucionalidade, da legalidade, e nesse aspecto já na Comissão de Constituição e Justiça, como titular, manifestei-me favorável aos projetos, razão porque venho à tribuna para dizer que votarei neste primeiro momento, nesta primeira discussão, favorável aos projetos, excluindo a questão do mérito que será discutida na segunda e na terceira discussão quando haverá também a oportunidade da discussão das emendas que já foram apresentadas e que eventualmente serão apresentadas.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Nereu Massignan, estou acompanhando atentamente o seu pronunciamento e lhe dou razão quanto ao aspecto constitucional de todas as mensagens, mas a verdade é que elas estão pessimamente redigidas, estão criando ônus excessivos para o povo paranaense e há até erros técnicos que depõem contra o bom nome deste Parlamento, se as mensagens forem aprovadas com as emendas introduzidas pelo Deputado Cândido Bastos.

Eu faria um apelo à Liderança do PMDB para que, após a votação em primeiro turno, as matérias fossem retiradas da Ordem do Dia e se criasse uma comissão interpartidária para realizar estes projetos e apresentar as fórmulas que poderão determinar uma melhor qualidade. Vou citar um exemplo até para adiantarmos o expediente e não discutirmos o outro projeto.

Aquele que trata do imposto sobre transmissão, há um absurdo tão grande, Sr. Presidente, Srs. Deputados de que se nós aprovarmos o projeto original com a emenda apresentada pelo Deputado Cândido Bastos,

estaremos dando poder ao Governo do Paraná de cobrar imposto de transmissão sobre o presente de Natal que iremos dar aos nossos familiares, porque ele fala em cobrar o imposto em todas as transmissões não onerosas de bens móveis e imóveis. Se eu quiser dar um relógio ao meu filho no Natal, o Estado, aprovada esta lei, tem todo poder de cobrar 4% sobre essa transação. Eu acho que isso não existe nem no mais radical dos países comunistas do mundo e acho que nunca existiu, por isso, proponho a criação de uma comissão interpartidária para reanalisar as matérias e dentro do aspecto constitucional colocar um novo texto, que inclusive honre a tradição deste Parlamento.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu agradeço o aparte do ilustre Deputado Edmar Luiz Costa, que vem contribuir em muito para discussão das matérias que estão na Ordem do Dia.

De fato, vamos nos ater apenas à Lei de Transmissão. O artigo primeiro diz que o imposto é de competência dos Estados sobre a transmissão de bens e direitos pela via sucessória ou por doação, tem como fato gerador o que a transmissão "causa mortis" ou por doação de direitos e da propriedade, posse ou domínio de bens móveis ou imóveis. Aqui já há uma falha, porque no parágrafo único diz que para os efeitos desta lei é adotado o conceito de bem móvel e imóvel e de doação e cessão constantes da lei civil.

Ora, todos nós sabemos que o Código Civil é objetivo na definição, na classificação dos bens. Bens móveis, bens imóveis, semoventes e o Deputado Edmar Costa é professor de Direito Civil e pode me auxiliar neste meu raciocínio.

Ora, na medida em que a lei exclui os semoventes está excluindo a possibilidade da tributação de um animal de raça de alto valor, no momento em que ele se transmite pela morte, este animal de 50 mil, 20 mil, 10 mil ou de mil dólares, estará isento, beneficiando certos bens de alto valor de propriedade de pessoas de alto poder aquisitivo.

Concordo plenamente com o Deputado Edmar Luiz Costa: a redação precisa ser aprimorada através de emendas, de estudo aprofundado, sob pena de aprovarmos um projeto em que poderemos punir o pequeno proprietário de 10 alqueires de terra que, com a sua morte, pagará o tributo da parte da herança que transmite aos herdeiros em 4%, e enquanto isso o fazendeiro, o proprietário que lida com a pecuária, faz da sua pecuária a sua atividade principal, e como tal, possui 10 mil cabeças de gado, três, quatro ou cinco cavalos de raça, com

a sua morte, a transmissão desses bens se-moventes, animais de grande valor, não se-rão tributados pela transmissão "causa mortis".

Mas, não vou me adentrar em todos os detalhes de todos os projetos. A questão que eu queria levantar aqui e colocar cla-ramente aos Srs. Deputados e à sociedade paranaense, é a nossa posição quanto a es-se momento de discussão, da primeira dis-cussão em que nós, já coerentes com a nos-sa posição na Comissão de Constituição e Justiça, votaremos favoráveis quanto a sua constitucionalidade e legalidade, não ex-cluindo, entretanto, o aperfeiçoamento, o aprimoramento e a correção do projeto nas suas várias discussões que vão ocorrer aqui na Assembléia.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputa-dos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerra-da a discussão, em primeira votação, o Projeto de Lei nº 331/88. Os Srs. Deputa-dos que aprovam o projeto, queiram levan-tar-se.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, está sendo feita veri-ficação ou não?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa inverteu inequivocamente a votação, mas vai se proceder depois à votação.

O SR. ARTAGÃO MATOS LEAO - Sr. Presidente, está sendo feita a votação com verifi-cação ou não?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Não. Sem verificação. Pelo método inverso. Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder à verificação de votação.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem)  
Sr. Presidente, solicito a chamada no-minal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder à chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

Responderam à chamada nominal 33 Srs. Deputados. Há quórum para votação. Está em votação. Os Srs. Deputado que aprovam o projeto, queiram levantar-se: 26 aprovam; 4 rejeitam. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/88, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem nº 125/88), que dispõe sobre o IMPOSTO DE TRANSMISSÃO "CAUSA MORTIS" e doação de quaisquer bens ou direitos - ITCD. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. por unanimidade e C.F., com EMENDAS, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - (Publ. no D.A. nº 130, de 07.12.88 - Men-sagem).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 332/88

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental n. 125/88, diz res-peito ao Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de quaisquer Bens ou Di-reitos ITCD.

Esta Comissão de Constituição e Justi-ça no que lhe tange manifestar, através de seu Relator, sobre o aspecto constituicio-nal e legal da matéria entende ser a mesma constitucional, pois a mesma encontra-se em conformidade com a Constituição Federal recentemente promulgada, em ser artigo 155, inciso I, alínea "a".

Pelo que acima foi exposto, somos pelo parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação; quanto à legalidade e constitu-cionalidade.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 332/88

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 125/88, o projeto de lei, em tela dispõe sobre o Imposto Sobre Transmissão "Causa Mortis" e doação de quaisquer bens ou di-reitos - ITCD.

A Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar os aspectos que lhe cabem, conforme o artigo 48, do Regimento Inter-no, entendeu que a matéria encontra-se em consonância com o artigo 155, inciso I, alínea "a", da Constituição Federal.

De acordo com os termos da justifica-tiva governamental que acompanha presen-te proposta, trata-se de uma medida neces-sária e oportuna.

Esta Douta Comissão de Finanças, ao ser chamada a opinar sobre o aspecto que lhe cabe, conforme disposição regimental, vem fazê-lo em pronunciamento favorável, recebendo pois a medida ora proposta total acolhimento por parte desta Colenda Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação,



com emendas em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente-Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI N° 332/88

O inciso I, do art. 1°, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1° - ....

"I - a transmissão "causa mortis" ou por doação de direitos e da propriedade, posse ou domínio de quaisquer bens ou direitos".

Sala das Comissões, em 09.12.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI N° 332/88

Altera a redação do "caput" do art. 2°; unificam-se os incisos I e II com a redação adiante especificada; e renumeram-se os demais incisos na ordem subsequente:

"Art. 2° - O imposto de que trata esta lei incide sobre as seguintes e principais modalidades de transmissões, a título gratuito, que resulte:

I - aquisição por ato não oneroso, de bens ou direitos, por pessoa física ou jurídica;"

Sala das Comissões, em 09.12.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

Presidente-Relator

Em votação:

O SR. PEDRO TONELLI - (Para discutir) O Projeto de Lei n. 332/88 que trata do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e doação de quaisquer bens e direitos, é um imposto antigo também, com modificações substanciais. Foi regulado pela Lei n. 5464/66 com modificações determinadas ou permitidas pela Constituição Federal nos artigos 155 e 156. A base de cálculo é o valor venal dos bens ou direitos transmitidos "causa mortis" ou doados. A alíquota, 4%. Isenções, transmissão "causa mortis" de bens destinados à moradia do cônjuge, sobrevivente ou herdeiro desde que outro não possua.

Segundo: transmissão de imóvel rural não superior a... de cuja exploração dependa o sustento da família, sobrevivente ou herdeiro, desde que outro não possua.

Terceira isenção: Doação de imóvel para fins de reforma agrária.

Quarta isenção: Doação de aparelhos

móveis e utensílios de uso doméstico e de vestuário e sua transmissão "causa mortis".

A matéria é constitucional, é permitida pela nova Constituição, só que a Constituição neste particular introduziu algumas modificações, algumas alterações. Antes dela, era competência dos estados, instituir imposto sobre transmissão de bens imóveis, fosse ela, "inter vivos" ou "causa mortis". Agora, essa instituição desse imposto de transmissão de bens imóveis "inter vivos" por ato oneroso, é competência municipal e a transmissão de quaisquer bens ou direitos "causa mortis" móveis ou imóveis, é competência estadual.

Ainda acrescentou à competência Estadual a instituição do imposto sobre doação de quaisquer bens ou direitos em função dessas modificações, é que o Executivo está enviando anteprojeto com essas modificações introduzidas.

Esse imposto merece uma atenção especial, porque aumenta significativamente a carga tributária sobre os contribuintes, em primeiro lugar, porque tributa a doação de bens e direitos de qualquer natureza, e em segundo lugar, porque majora a alíquota que antes, pelo antigo ITBI, era de 2% para qualquer transmissão e que agora passa para 4% sobre as transmissões "causa mortis" e doações de bens e direitos. O aumento será gravado com a instituição, pelos municipais, do Imposto de Transmissão de bens imóveis "inter vivos", por ato oneroso.

Portanto, temos que nos preocupar quando estamos dobrando a alíquota, além de criar um Imposto novo, porque esse que era previsto na lei anterior, agora vai ser competência dos municípios, e esse é um Imposto novo para o Estado. O que se percebe, é que ao majorar a alíquota de 2 para 4, o Estado está pretendendo compensar a perda do ITBI "inter vivos" para os municípios, o que é descabido, porque para compensar, o Estado pode instituir, como está fazendo, o Imposto sobre doações, por isso entendo que a alíquota é escorchantes, essa alíquota não justifica.

Outro detalhe importante: as isenções são pertinentes, porém, acho que seria oportuno isentar do Imposto as doações de pequeno valor, fixando um limite em OTN, por ser injustificado tributar tais doações, ou por ser quase impossível controlar e por que, com isso, a própria Lei estará criando um bolsão de sonegadores desnecessários.

Como é que vamos controlar, porque pela lei vai ser permitido, que alguém que doa uma bicicleta a outro, tem que ser tributada. Nós vamos estimular o bolsão de sonegadores.

Portanto, acho que nas emendas que apresentaremos amanhã, temos que levar em conta que se acaso nós vamos aprovar que se crie, temos que estabelecer limites mais realistas. Não podemos, de forma nenhuma, como disse aqui muito bem o Deputado Nereu Carlos Massignan, disse o Deputado Edmar Costa ...

O Sr. Nelson Vasconcellos - Nobre Deputado, permita-me um aparte esclarecedor a Vossa Excelência?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo.

Não podemos permitir, se ficar como está, entende-se com facilidade que a doação de uma bicicleta a outro, pode ser tributada. Quem vai controlar isso? Já é impraticável. Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é que temos que alterar o teor e o mérito dessa Lei, além de analisar essa alíquota: 4%. Os paranaenses que o digam: não suportarão, principalmente nesse momento de crise, essa tributação que o Estado do Paraná está querendo que o povo engula goela abaixo.

Concedo o aparte ao Deputado Cândido.

O Sr. Cândido Bastos - Apenas, Deputado, para esclarecer a Vossa Excelência porque talvez Vossa Excelência não entendeu bem com relação às isenções. O Artigo 4º, no seu item 4º, perfeitamente esclarece que móveis, utensílios ou aparelhos domésticos não estão tributados. Acho que Vossa Excelência está equivocado neste sentido.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Artigo 4º, item 4º?

O Sr. Cândido Bastos - Artigo 4º, item 4º.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Item 4º?

O Sr. Artagão Mattos Leão - (Pela Ordem), Senhor Presidente?

O Sr. Edmar Luiz Costa - Item 4º? Porque eu não acho.  
(vozes paralelas).

O Sr. Artagão Mattos Leão - (Pela Ordem) Deputado Edmar Luiz Costa, se quiser fazer uso da palavra, inscreva-se ou use pela ordem. Não pode atravessar o pronunciamento do Deputado Cândido Bastos, atrapalhando, desta forma, o bom andamento dos trabalhos desta Casa.

O Sr. Edmar Luiz Costa - (Pela Ordem) É que estou acompanhando o seu pronunciamento e não consigo encontrar o dispositivo que ele citou ...

O SR. CÂNDIDO BASTOS - (Pela Ordem) Solicito a Vossa Excelência que permita-me a continuidade do aparte que tão gentilmente o Deputado Pedro Tonelli me concedeu.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vossa Excelência está com o aparte concedido pelo Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Cândido Bastos - Apenas para complementar, ilustre Deputado, Vossa Excelência pode observar que no Art. 4º, das isenções, que, o que esclareci a Vossa Excelência, está esclarecido.

O SR. PEDRO TONELLI - Consulto ao Deputado Edmar Costa, se quer um aparte.

O Sr. Edmar Luiz Costa - Eu ... O Deputado Cândido Bastos parece que não entendeu o que solicitava; eu estava acompanhando o raciocínio deles, que queria dizer que Vossa Excelência não se ateve ao texto do projeto e citou o item 4º do Art. 4º. Agora, eu não conheço, não achei o item 4º do Art. 4º, eu não achei. Preciso saber onde ele está.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem sombra de dúvidas, esses projetos ora em discussão e votação, oriundos da Mensagem do Executivo, diante do momento em que estamos passando, regime de votação, onde se decide a sua constitucionalidade, é matéria perfeitamente constitucional. O que levanto é uma indagação sobre o que vamos preparar, para que nos preparemos, é para o que vamos discutir e votar amanhã que é o mérito e já está visto a olho nu, que é a necessidade de alterações fundamentais no mérito de tal matéria também.

Era isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Muito obrigado!

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Para encaminhar) Sr. Presidente, a cada momento que lançamos os olhos sobre as mensagens desse Pacote Econômico enviado pelo Governo do Estado do Paraná, com respaldo na Constituição Federal, encontramos erros graves.

Em aparte dado ao Deputado Nereu Massignan, narrei um episódio relativo às doações não onerosas abrangendo bens imóveis e móveis e não fazendo exceção a nenhum tipo delas, de tal modo que fica o Estado realmente autorizado a cobrar o imposto de transmissão quando alguém dá uma bicicleta para outrem ou quando o pai dá para o filho um relógio de presente de Natal é transmissão, via doação, não onerosa

de um bem imóvel.

Mas, Sr. Presidente, nós propusemos que se votassem hoje todos os projetos em primeiro turno em que se discute apenas o aspecto constitucional e que a liderança da Bancada do PMDB concordasse em formar uma Comissão Interpartidária para, até segunda ou terça-feira, num esforço concentrado, como já fizemos com o Regimento Interno da Casa, reestudássemos estas matérias e encontrássemos fórmulas adequadas que não ferissem o decoro e a tradição deste Parlamento e não espoliassem o povo paranaense que já está sobejamente espoliado pelo Governo Federal.

Fui consultar pessoalmente o líder da Bancada do PMDB e o Deputado Artagão disse que não assume compromisso disso, e que a ordem é votar.

Então, estamos retornando ao sistema ditatorial também na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Já que não há possibilidade de diálogo para se formar uma comissão interpartidária, eu, como Deputado, a partir deste instante, retiro-me do Plenário na discussão e votação de hoje, e nas próximas sessões voltarei para marcar e esclarecer ao povo do Paraná, que existem fórmulas suficientes para o Governo não ser prejudicado e os interesses do povo salvaguardados, e que a responsabilidade pelo arrocho fiscal que virá com esse pacote no ano que vem é única e exclusivamente do Governador do Estado e da Bancada do PMDB.

Muito obrigado.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela Ordem)

Sr. Presidente, é preciso esclarecer que esta matéria obteve a tramitação legal e normal desta Casa, passando, sendo analisada e votada pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, e não vemos porque formarmos uma outra comissão para analisarmos as matérias; estas matérias foram analisadas nas Comissões permanentes da Casa, não é porque o Deputado Edmar Luiz Costa deseja formar uma Comissão que vamos concordar, não estamos impondo nesta Casa uma ditadura, mas estamos cumprindo o Regimento Interno.

Portanto, não aceito as insinuações e acusações do Deputado Edmar Luiz Costa, porque não estamos infringindo o Regimento Interno desta Casa.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, não posso afirmar seguramente, porque na reunião da CCJ cheguei alguns minutos atrasados, embora estivesse no Plenário desta Casa, e quando cheguei, as matérias já tinham sido aprovadas. Mas, a reunião da CCJ, ao invés de ter sido realizada às 13:30 minutos, foi antecipada para o período matinal, coisa não muito

comum nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Está em votação o Projeto.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, queiram conservar-se como estão. Aprovado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO- (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Tem a palavra pela ordem o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO- Senhor Presidente, na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, eu não posso aceitar as acusações do nobre Deputado da Bancada do PDC, Edmar Luiz Costa, que houve a antecipação da reunião da Comissão de Constituição e Justiça sem convocação prévia. Isso não trata-se de uma afirmação verdadeira, porque foi convocado previamente e a antecipação foi inclusive redigida pela maioria dos integrantes membros da bancada da Comissão de Constituição e Justiça preocupado que estava, que no horário das 13:30 como regularmente é realizada esta reunião, não houvesse quórum. O Deputado Edmar Luiz Costa, foi avisado em tempo hábil, e por motivos que não vale aqui a pena analisar, e não é da nossa preocupação, chegou atrasado na reunião, e a matéria já tinha sido aprovada.

Portanto, nós cumprimos a nossa obrigação na Comissão de Constituição e Justiça, os seus integrantes na sua maioria se fizeram presentes e só não se fez presente o Deputado Edmar Luiz Costa, por motivos de ordem particular.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, mais ou menos corroborando com a versão do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, não posso deixar também de querer que os anais da Casa registrem o meu protesto, pela forma talvez impensada do nobre Deputado Edmar Luiz Costa, que tem sido um "Gentleman" nesta Casa, no trato com seus colegas, mas que esta vez estrapalou fazendo uma acusação inaceitável. O nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado encontrava-se ausente da Capital, eu, na qualidade de vice-Presidente da Comissão de Justiça, consultei, a reunião havia sido convocada para as 13:30, tem razão o nobre Deputado Edmar Luiz Costa, mas consultei pessoalmente todos os membros da Comissão, inclusive o Deputado Edmar Luiz Costa, que concordou com a antecipação. Agora não me cabe culpa se ele por uma razão ou outra, demorou-se e quando chegou já estava praticamente finda a reunião.

O SR. ELMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) -  
 Parece-me que o que eu falei foi plenamente confirmado quer pelo ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado, quer pelo Deputado Erondy Silvério. A reunião da Comissão de Constituição e Justiça, é normalmente realizada às terças-feira às 13:30, e foi antecipada no dia da própria reunião, fato confirmado pelo ilustre Deputado Tadeu Lúcio Machado e pelo Deputado Erondy Silvério.

Se fui consultado ou não, posso ter sido até consultado aqui no Plenário porque nós tivemos sessão pela manhã, mas ninguém sabia quais os projetos que seriam abordados naquela reunião matinal e eu somente saí do Plenário depois de encerrada a sessão plenária, e quando cheguei, todas as matérias já tinham sido devidamente votadas e eu invoco o testemunho do Deputado Basílio Zanusso que estava presente à reunião, que cheguei atrasado realmente, porque estava no Plenário. Mas agradeço ao Deputado Erondy Silvério, agradeço ao Deputado Tadeu Lúcio Machado, porque o que eu falei é o retrato da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury)-

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 333/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 126/88), que objetiva instituir o ADICIONAL DO IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA, - AIR. Com PARECERES FAVORÁVEIS, da C.C.J., por maioria e C.F., com EMENDA, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA. nº 130, de 07.12.88. Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
 PROJETO DE LEI Nº 333/88

PARECER:

O presente Projeto de Lei, tem origem na Mensagem Governamental nº 126/88, visando instituir o Adicional do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - A.I.R.

Analizando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação, quanto à legalidade e constitucionalidade. É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO  
 Presidente  
 NEREU CARLOS MASSIGNAN  
 Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 333/88

PARECER:

O projeto de lei em pauta, oriundo da Mensagem Governamental nº 126/88, tem por finalidade instituir o Adicional do Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - A.I.R..

No plano legal e constitucional a matéria mereceu total apoio da Comissão de Constituição e Justiça, pois de acordo com o artigo 155, II, foi fixada, a competência estadual para instituir o adicional em questão.

Chamada a opinar esta Douta Comissão de Finanças, no aspecto que lhe cabe analisar, conforme disposição regimental, vem a se pronunciar favoravelmente, pois inexistem óbices que possam vir a prejudicar o seu trâmite pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Assim sendo, nestas condições, o nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação com a Emenda anexa.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS  
 Presidente  
 QUIELSE CRISÓSTOMO  
 Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
 EMENDA MODIFICATIVA  
 AO PROJETO DE LEI Nº 333/88

Art. ... - Suprima-se o Parágrafo Único do artigo 9º, para que ele, com a mesma redação, passe a vigor como Parágrafo Único do artigo 3º.

Sala das Comissões, em 09.12.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS  
 Presidente  
 QUIELSE CRISÓSTOMO  
 Relator.

Em votação:

Em discussão. Encerrada a discussão. Para encaminhar a votação, com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados; o nosso parecer, com relação ao Projeto n. 333/88, que cria um novo imposto no Estado do Paraná, permitido pela nova Constituição, no seu artigo 155, onde a sua base de cálculo é o montante pago à União a título de imposto de renda incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital, com uma alíquota de 5% e com isenção dos rendimentos de trabalho assalariado, autônomo ou "pró-labore".

Não temos dúvida quanto à sua constitucionalidade. É matéria constitucional. Entretanto, a lei que será instituída de-

verá ser publicada até 31.12.88, sob pena de vigir apenas para o ano de 1990, em função do princípio constitucional da anterioridade da lei fiscal. Se aprovado para o exercício de 1989, o produto da arrecadação influirá no orçamento de 1989. Como a partir do próximo ano a cobrança do imposto de renda da União será mensal e como o adicional de imposto de que trata o presente projeto de lei será cobrado juntamente com o imposto federal, a receita oriunda da sua cobrança se constituirá em excesso de arrecadação, que o Senhor Governador suplementará como quiser. Obviamente dentro dos limites autorizados por lei de meios.

Segundo informações colhidas diretamente junto à Secretaria de Estado das Finanças, o Estado não possui uma estimativa sobre o montante que será arrecadado, estes 5% do imposto de renda o ano que vem. Porém, a previsão da Secretaria das Finanças é a de que não será significativo, em função de que a maioria das empresas possuem as suas matrizes em São Paulo, onde efetivamente se contabilizarão os lucros. Ainda que exista a ressalva no Projeto estabelecendo o domicílio tributário, em se verificando mais de uma residência de pessoa jurídica, o lugar de auferição das vantagens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem aos lucros, ganhos e rendimentos de capital, facilmente se encontrarão artifícios para desviar-se para a matriz os rendimentos auferidos no Estado do Paraná.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, temos dúvidas sobre a aprovação desta matéria, apesar de que temos que reconhecer que esta é a matéria mais justa das cinco apresentadas ora em discussão e ora em votação. Por quê? Porque ela tributa exatamente os setores que precisam ser tributados no Estado do Paraná, que são as empresas e os rendimentos de especulação financeira. Então, reconhecemos como a mais justa, apesar de não estarmos percebendo um mecanismo hábil para, efetivamente, tributar. As empresas, os grupos econômicos, os grupos financeiros terão facilidade em desviar e provar de que não arrecadaram isto aqui no Estado do Paraná.

Era isto, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Solicito verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai-se proceder à verificação de votação.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Senhor Presidente, o Senhor já estava lendo o projeto seguinte.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa infelizmente, tem que obedecer o Regimento Interno.

Os Srs. Deputados que aprovam o projeto, queiram levantar-se.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa deferir e fará a chamada nominal.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela ordem) Sr. Presidente, eu consulto a Mesa, uma vez que já se trata de matéria vencida lida por Vossa Excelência e aprovada pelo Plenário, e já iniciada a nova leitura do novo projeto a ser votado.

Solicito de Vossa Excelência, quando se trata de matéria vencida, não há necessidade de verificação mais.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai proceder à verificação de votação de acordo com o art. 176. (Lê artigo)

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela ordem) Sr. Presidente, solicitei a chamada nominal e peço que Vossa Excelência a faça.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Vai se proceder à chamada nominal.  
(É procedida a chamada nominal)

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - (Pela ordem) Sr. Presidente, chegamos a um acordo com o Deputado Luiz Alberto e solicitamos a retirada da chamada nominal e da verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O projeto está aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 334/88, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 127/88, que dispõe sobre a cobrança da TAXA JUDICIÁRIA, a que se refere o Decreto nº 962, de 23.04.32. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 130, de 07.12.88, Mens.).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 334/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, encaminhado a esta Augusta Casa de Leis por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, através da Mensagem nº 127/88, versa sobre a cobrança da TAXA JUDICIÁRIA a que se refere o Decreto nº 962, de 23 de abril de 1932.

Analizando a matéria sob o aspecto legal e constitucional a que é chamada a

opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que nada há que possa obstar sua normal tramitação pelo demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é Favorável à aprovação do presente plano de lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente  
JOSÉ FELINTO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 334/88

P A R E C E R:

Encaminhado a esta augusta Casa de Leis, via Mensagem Governamental n° 127/88, o projeto de lei em questão versa sobre a cobrança de Taxa Judiciária, a que se refere o Decreto n° 962, de 23 de abril de 1932.

A matéria veio a receber total acolhimento na Comissão de Constituição e Justiça, nos aspectos legal e constitucional da proposta em análise.

Conforme justificativa governamental que acompanha a presente proposta, observa-se que se deve levar em conta a necessidade e oportunidade da mesma.

Esta douta Comissão de Finanças, chamada a opinar, vem a seguir o entendimento da Comissão supracitada, por inexistirem óbices que possam prejudicar o trâmite normal da medida, pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Assim sendo, o nosso entendimento é Favorável, opinando-se pela aprovação do Projeto de Lei n° 334/88.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.88.

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;  
HOMERO OGUIDO - Relator.

- Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) Eu solicitaria que, se houvesse possibilidade do Deputado Pedro Tonelli distribuir um xerox dos discursos feitos pelos economistas do PT e, aí os Deputados teriam acesso mais fácil e não precisaríamos ficar ouvindo só a leitura dele, dos pareceres dos grandes economistas do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - É um ato unilateral de vontade e está com a palavra o Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço a Mesa e digo ao nobre Deputado Dirceu Manfrinato que ele está recebendo 5 milhões por mês para me ouvir, que ouça-me.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Só que eu faço jus ao meu salário, Deputado. Eu não roubo terra de ninguém no Sudoeste.

O SR. PEDRO TONELLI - Então ouça-me porque eu lhe aguento aqui há muito tempo.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu gostaria de lembrar Vossa Excelência que não sou Líder de partido aqui na Casa. É bom que Vossa Excelência saiba que não sou Líder de nenhum partido aqui. Sou apenas vice-Líder da minha bancada. Se Vossa Excelência está com todas essas mordomias, eu desconhecía. Vossa Excelência acabou morrendo pela boca.

O SR. PEDRO TONELLI (Para encaminhar) - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Esse projeto n° 334 que trata da cobrança de taxa judiciária, como todos sabem é um tributo antigo regulado pela Lei n° 7810/83 (Lê):

3. Cobrança de "Taxa Judiciária":

Tributo antigo, regulado pela Lei n° 7.810/83.

Base de cálculo: valor das causas judiciais.

Alíquota: 0,2% do valor da causa, sendo:

- no mínimo 4% do valor da Unidade Padrão Fiscal do Estado - hoje: R\$ 8.222,95 - igual a R\$ 328,91, e,

- no máximo 80% do valor da mesma Unidade, equivalente a R\$ 6.578,36.

Modificações:

1. Desvincula o produto de sua arrecadação do fundo penitenciário, sob a justificativa de que este procedimento é inconstitucional, face o artigo 33, § 3° da Constituição Estadual, o qual veda a vinculação do produto da arrecadação de qualquer tributo a fundo, programa...

2. Substitui a tabela progressiva de alíquotas constantes da Lei anterior, por uma alíquota única, ressalvado o mínimo e o máximo, conforme está explicitado acima.

3. Majora os percentuais sobre a Unidade Padrão Fiscal do Estado, necessários para calcular os valores mínimo e máximo da Taxa, de 3% e 60% a 4% e 80% respectivamente.

4. Ao contrário do que faz a Lei n° 7.810, o Projeto não diz para onde irão os recursos obtidos com a cobrança da "Taxa Judiciária".

Comentários preliminares para discussão:

O Projeto é constitucional porque é competência estadual instituir ou majorar taxas pela utilização de serviços públicos específicos prestados ao contribuinte (art. 145, II da CF).

Entretanto quanto à forma apresentada, merece observações:

1. Não sei qual a importância do fundo

penitenciário, para defender ou condenar a destinação dos recursos obtidos com a cobrança da "Taxa Judiciária" a ele, porém o argumento que é inconstitucional face a Constituição Estadual é evasivo, porque, a Constituição de 1969, então a vinculação sempre foi inconstitucional, não apenas agora. E mais, na justificativa do anteprojeto, o Secretário da Fazenda diz: "desaconselha tal vinculação a natureza do tributo em questão cuja imposição se fez, exclusivamente para custeio do serviço prestado pelo Poder Judiciário". Se é assim, novamente se estabelece uma vinculação inconstitucional.

2. A substituição da tabela de alíquotas progressiva, por uma alíquota única, e a majoração dos percentuais sobre a Unidade Padrão Fiscal do Estado de 3% e 60% para 4% e 80% respectivamente, para calcular o valor mínimo e o máximo, provoca um aumento significativo no produto da arrecadação, visto que o volume de causas de valores expressivos.

Desta forma penaliza-se mais os autores de causas de menor valor, aumentando a arrecadação, e privilegia os autores de causas com valores elevados.

Ressalte-se, porém, que autores de causas de valor baixo necessariamente não são despossuídos. Esta vinculação não existe.

Por último e a título de ilustração, observa-se que, pela nova fórmula, todas as causas até Cz\$ 164.000,00 dever-se-á recolher uma taxa de Cz\$ 328,91 e todas as causas cujos valores sejam superiores a Cz\$ 3.290.000,00 dever-se-á recolher a taxa máxima de Cz\$ 6.578,36.

3. Opino pela apresentação de emenda diminuindo o percentual, embora não considere a questão essencial.

Esta é uma dúvida que nós temos.

Concedo o aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Deputado Pedro Tonelli, quero cumprimentar Vossa Excelência por estar discutindo estas matérias da maior importância para o Estado do Paraná, em toda oportunidade que surge uma discussão, um encaminhamento, e acompanha com responsabilidade, prova que estudou as matérias e o assunto.

Evidente que seu discurso diverge da Bancada do PMDB, a quem cabe votar as mensagens de seu Governador, e nós entendemos, eu também fui, nesta Casa, 12 anos de Partido de Bancada situacionista.

Mas, como Vossa Excelência falou, e outros oradores que estiveram nas tribunas de Oposição e Situação, são matérias da mais alta importância, o contribuinte vai sentir a repercussão e o efeito dessas mensagens, desses Projetos de Lei, em vir-

Curitiba, quinta, em 15.12.88

tude da nova Constituição ou não a partir do dia 1º de janeiro e 1º de março.

Como já se falou nesta Casa, eu fiz alusão ao que falou o Deputado Erondy Silvério, nas minhas palavras, quando ele em entrevista, ainda ontem ou anteontem, disse que esta Casa precisa buscar os seus funcionários mais competentes, aposentados que estão, alguns deles, para virem a esta Casa, ajudá-la e estruturá-la, a fim de analisar e criar condições para que esta Casa aprecie e vote em matérias dessa importância.

Não podemos mais, aqui nesta Casa, agir como há tantos anos, e esta Casa é Casa para mais e nunca para menos, porque nós temos responsabilidades.

Nós queríamos que, na Constituição Federal votassem poderes a esta Casa, que o Poder Legislativo fosse fortalecido, mas da mesma forma é preciso que ela tenha competência para exercê-la na sua plenitude. Por isto, cumprimento Vossa Excelência, imagine Vossa Excelência, Deputado Pedro Tonelli, o Governador de São Paulo campeão em despesas de publicidade, talvez ganhe até do Sr. Álvaro Dias provavelmente, porque já li no "Estado", nos jornais de São Paulo, lá o Governador está providenciando a extinção de Secretarias de Estado e extinção de cargos de alta remuneração, talvez no Paraná tenha que se fazer e proceder da mesma forma, talvez até com mais profundidade, senão o Pacto Social vai por água abaixo, Senhor Deputado; e a hora que o Pacto Social e as forças que o representam não mais sentarem à mesma mesa, ninguém mais vai segurar a inflação deste País. Por isso, Senhor Deputado, é que congratulo-me com sua presença no encaminhamento, na discussão dessas matérias, devido não só da importância delas, mas da responsabilidade que todos nós temos.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço ao nobre Deputado, Líder do PFL, Deputado Basílio Zanusso, que justifica perfeitamente a importância da discussão de tais matérias. Por esses e tantos outros motivos é que nós não podemos concordar que através dessa iniciativa permitamos que se penalize mais os autores de causas de menor valor, aumentando a arrecadação e privilegiando os autores de causas com valores elevados...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Permite um aparte, Deputado?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência eu lhe concedo.

Ressalta-se porém, que autores de causas de valor baixo necessariamente não são



desposuídos, essa vinculação não existe. Por último, a título de ilustração, observava-se que pela nova fórmula, todas as causas até 164 mil, dever-se-á recolher uma taxa de 328 cruzados e 91 centavos; e a todas as causas, cujos valores sejam superiores a 3 milhões 290 mil, dever-se-á recolher a taxa máxima de 6.578. Portanto, ...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa concede o prazo de dois minutos para Vossa Excelência.

O SR. PEDRO TONELLI - Muito obrigado. Portanto, é visível que essa Lei é completamente injusta àqueles que são desposuídos.

Concedo um aparte, desculpe um aparte rápido, porque estou pedindo para encaminhar, um minuto, um minuto e meio para o Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Só queria dizer a Vossa Excelência, que tenho ouvido as colocações de Vossa Excelência na tribuna, não significando que nós aceitamos as colocações. Em 2ª discussão, haveremos de, nesta Casa, por parte de nossa Bancada, colocar os dados que fazem com que sejam necessárias as medidas mandadas pelo Governo, refutando algumas colocações como a de Vossa Excelência neste exato instante de que as causas pequenas são prejudicadas, quando entendemos que é exatamente ao contrário, porque a causa fixada no valor limite tem um prego fixo, quando nós viamos na justiça até pouco tempo que muitas causas pequenas tinham valor maior de custo do que do próprio valor da causa. Mas, isto Deputado Tonelli, dentro deste embate que haveremos de ter aqui na Assembléia, na 2ª votação dessas matérias, nós viremos para o debate com os senhores para podermos dissecar as matérias e mostrar que a Constituição Federal no instante em que ela entrar exatamente em vigor, terá modificações nos estados como terá nos municípios, e que neste mesmo dia em todas as Assembléias do Brasil está se procedendo matérias como esta porque é a nova Constituição entrando em vigência. Vamos discutir em alto nível na segunda discussão.

O SR. PEDRO TONELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, era isso e espero que na contemplação das alterações, das emendas nós possamos reduzir esse percentual para excluir ainda mais àqueles das causas menores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o Projeto de Lei nº 334/88. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 335/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 128/88), que estabelece e consolida normas de tratamento tributário pertinentes ao IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE DE VEÍCULOS AUTOMOTORES - I.P.V.A., instituídos pela Lei nº 8216 de 31.12.85, mantido artigo 155, inciso I, letra C da Constituição Federal. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por maioria, e C.F., por unanimidade. Em REGIME DE URGÊNCIA. (Public. no D.A. nº 130, de 07.12.88 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 335/88

PARECER:

O presente plano de lei, encaminhado a esta Augusta Casa de Leis por Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, através da Mensagem nº 128/88, que estabelece e consolida normas de tratamento tributário pertinentes ao Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), instituídos pela Lei nº 8.216, de 31 de dezembro de 1985 e mantido pelo art. 155, inciso I, letra "c", da Constituição Federal.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, à APROVAÇÃO do presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.88  
(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
HOMERO OGUIDO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 335/88

PARECER:

O presente projeto de lei, oriundo da Mensagem Governamental nº 128/88, estabelece e consolida normas de tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

Esta matéria encontra-se instituída pela Lei nº 8.216, de 31.12.85 e mantida pela Constituição Federal, recentemente outorgada, em seu art. 155, inciso I, alínea "c".

A Douta Comissão de Constituição e Justiça analisando a matéria em seus aspectos legais e constitucionais entendeu pela conformidade da matéria com a Magna Carta.

As alterações básicas contidas neste Projeto de Lei visa alterar certos detalhes e problemas de ordem prática, sentidos pela experiência na administração e execução da lei e permitirão aos contribuintes e ao próprio fisco maior facilidade no exame e manejo da matéria.

Ao procedimento da análise financeira de competência desta Comissão de Finanças, só encontramos aspectos meritórios, já que o mesmo vem em muito melhorar a legislação atualmente em vigor pertinente ao IPVA. Outrossim, vimos haver consonância do projeto de lei em tela com o interesse público, não ferindo qualquer dispositivo legal, constitucional ou financeiro.

Assim sendo, é o nosso Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 09.12.88

(aa) CÂNDIDO BASTOS - Presidente;

HOMERO OGUIDO - Relator.

Em votação.

O SR. PEDRO TONELLI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Ligeiro! Para Encaminhar a votação com a palavra do Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, esta matéria também é inconstitucional, como todas, por força do Artigo 155, Letra "c" da Constituição Federal. Não há alterações significativas entre a Legislação anterior e o anteprojeto apresentado. As alterações são as seguintes; primeira: é aquela que estabelece que o momento da ocorrência do fato gerador para veículos novos e importados é o da compra, não o do licenciamento como define a Legislação em vigor. O fundamento dessa proposta é o seguinte: evitar que o comprador burle os prazos fixados para pagamento do IPV com o objetivo de pagar menos imposto; segundo, ele atenua o valor venal do veículo para efeito de incidência do imposto, para evitar discriminação entre proprietários que devem pagar o imposto no início do ano e aqueles que pagam no segundo semestre em função do número final da placa como era anteriormente, os quais obviamente pagaram menos do que aqueles que pagaram no início do ano. A terceira consideração: nas alíquotas obrigando os proprietários de triciclos e motocicletas a pagarem dois por cento, e não mais um por cento como eram obrigados anteriormente; é uma terceira colocação que nós gostaríamos de colocar à apreciação. Quarta: reduz os valores das multas previstas pelo não pagamento em dia dos impostos, era 100% sobre o valor dos impostos, passa para 50%. Caso o imposto não seja pago em

dia, é de 30% para 10% a redução da mesma multa se o contribuinte pagar até o último dia do mês em que vencer o imposto devido. E uma quinta consideração, ela amplia a isenção para os veículos táxis que atualmente é apenas para autônomos, e seria para todos os táxis.

Portanto, são algumas considerações que nós gostaríamos que fossem apreciadas nas emendas que serão apresentadas obviamente amanhã ou quando for realizada a segunda discussão.

Era isso, Sr. Presidente. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação o Projeto. Aprovado.

A Mesa alerta aos Senhores Deputados para a Sessão da Assembleia Estadual Constituinte, 6ª Sessão Ordinária às 14 horas.

Sobre a Mesa, requerimento de nº 1058, de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1060, de autoria dos Srs. Deputados Rogério Carvalho e Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1053, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1061, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1055, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1059, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 1054, de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente. Aguardar o período Ordinário de Sessão Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 20, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA;

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 331/88, 332/88, 333/88, 334/88 e 335/88.

Levanta-se a sessão.